



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LUCY LANY RIBEIRO GUSMÃO

**GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO DOS CURSOS
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA**

**MANAUS
2025**

LUCY LANY RIBEIRO GUSMÃO

**GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO DOS CURSOS
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Deilson do Carmo Trindade

Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro

G982g Gusmão, Lucy Lany Ribeiro.

Gênero na organização do currículo integrado dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada / Lucy Lany Ribeiro Gusmão. – Manaus, 2025.

117 p. : il. color.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Gênero. 3. Currículo. I. Trindade, Deilson do Carmo. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 370.7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



LUCY LANY RIBEIRO GUSMÃO

GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO DOS CURSOS
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 29 de agosto de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade - Presidente/Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Prof. Dr. Shigeaki Ueki Alves da Paixão – Membro Externo
Secretaria de Estado de Educação e Desporto de Roraima - SEED/RR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



LUCY LANY RIBEIRO GUSMÃO

FORMAÇÃO DOCENTE E GÊNERO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE NÍVEL MÉDIO NO IFAM.

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 29 de agosto de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade - Presidente/Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Prof. Dr. Shigeaki Ueki Alves da Paixão – Membro Externo
Secretaria de Estado de Educação e Desporto de Roraima - SEED/RR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus guias espirituais, que protegem e conduzem minha cabeça e meus pés, mesmo quando a fé não fez morada.

À minha família, especialmente à minha mãe, Jaclane Ribeiro e minha vó Luzia Francisca - por serem minhas maiores referências em força, resistência e criatividade. Às minhas tias, principalmente à Luzia Ribeiro, por todo apoio e por acreditar na minha jornada, muitas vezes mais do que eu mesma.

Em meio a tanta referência feminina, registro minha gratidão à memória de meu avô, Jader Ribeiro – homem guerreiro e destemido, que lutou uma das mais cruéis batalhas: o Alzheimer em estágio avançado. Sua partida tão próxima à defesa deste trabalho, me deixou como último legado a alegria e a bravura de viver.

À minha psicóloga e psicanalista Pâmela Lopes Vieira pelo belíssimo trabalho que temos feito em fazer com que eu me humanize, olhe com mais gentileza e empatia para a minha própria trajetória, movimento fundamental em uma sociedade que frequentemente nos desumaniza.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT pelas oportunidades de crescimento intelectual e profissional, sobretudo na coordenação da professora Dra. Deuzilene Marques Salazar, que se fez presente na minha caminhada me indicando possibilidades de melhoria da pesquisa.

Ao apoio do Governo do Estado do Amazonas, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), com a concessão da bolsa de estudo. Sem a bolsa, teria sido inviável custear minha permanência no curso.

A turma ProfEPT/IFAM 2023 pelos ricos diálogos que a convivência em sala de aula possibilitou, além das brincadeiras, que acalentaram a exaustão do dia inteiro de aulas, especialmente, a amiga e companheira de estudos, Zenaide Batista, que não soltou minha mão em momento algum.

Aos colaboradores da pesquisa, na figura dos sujeitos participantes, pela generosidade em contribuir para a produção deste conhecimento.

Ao meu orientador, professor Dr. Deilson do Carmo Trindade pela oportunidade e pelo incentivo de apresentar a pesquisa nos simpósios amazônicos contribuindo para a minha trajetória pessoal e intelectual.

A todas as pessoas queridas, que me auxiliaram de modo material e emocional para a sustentação da minha caminhada nessa pesquisa.

“Escrever é uma maneira de sangrar”

(Evaristo, 2016).

RESUMO

Este estudo investigou a presença das questões de gênero no curso técnico de nível médio de edificações na forma integrada no âmbito do Instituto Federal do Amazonas - IFAM, Campus Manaus Centro - CMC. Diante de uma escassez de produção acadêmica referente a esse tema na instituição e reconhecendo ser um fator crucial para uma formação humana integrada, a pesquisa visa analisar as questões de gênero no currículo integrado com foco no Curso Técnico em Edificações na forma integrada, no IFAM – Campus Manaus Centro. Mediante a identificação e possibilidades de discussão das relações de gênero no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), na compreensão e concepção dos docentes é imprescindível o desenvolvimento de um produto educacional de inclusão das questões de gênero na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A natureza dessa pesquisa é qualitativa, os dados foram coletados por meio de oito entrevistas com docentes que atuam e atuaram no curso técnico de edificações. Sendo analisados conforme a Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2020).

Sobre os resultados da pesquisa observou-se que as questões de gênero se manifestam no cotidiano da instituição de diversas formas, evidenciando a necessidade de uma formação continuada que capacite os profissionais para lidar com as temáticas que emergem. Nesse contexto elaboramos um guia como Produto Educacional intitulado “Guia para Mundos Possíveis: Formação Docente e Gênero no técnico de nível médio do IFAM” a ser utilizado por docentes e pedagogos para refletir de forma crítica a respeito dessas temáticas, de modo a construir um planejamento curricular mais inclusivo. O material oferece uma base teórica e pedagógica para uma formação contínua permitindo a apropriação de teorias e sugestões de atividades para abordagens das questões de gênero.

Palavras-Chave: gênero; currículo; educação profissional e tecnológica.

ABSTRACT

This study investigated the presence of gender issues in the integrated mid-level building construction technical course at the Federal Institute of Amazonas (IFAM), Manaus Centro Campus (CMC). Given the scarcity of academic literature on this topic at the institution and recognizing its crucial role in integrated human development, this research aims to analyze gender issues in the integrated curriculum, focusing on the Building Construction Technical Course at IFAM – Manaus Centro Campus. By identifying and exploring opportunities for discussing gender relations in the Course Pedagogical Project (CPP), and in the understanding and conception of teachers, it is essential to develop an educational product that includes gender issues in Vocational and Technological Education (VTE). This research is qualitative in nature; data were collected through eight interviews with teachers who currently and have previously worked in the building construction technical course. Data were analyzed using Moraes and Galiazzi's (2020) Discursive Textual Analysis (DTA). The research findings revealed that gender issues manifest themselves in the institution's daily life in a variety of ways, highlighting the need for ongoing training to empower professionals to address emerging issues. In this context, we developed a guide as an Educational Product titled "Guide to Possible Worlds: Teacher Training and Gender in the IFAM Mid-Level Technician Program," for use by teachers and educators to critically reflect on these issues and develop more inclusive curricular planning. The material provides a theoretical and pedagogical foundation for ongoing training, enabling the appropriation of theories and suggested activities for addressing gender issues.

Keywords: gender; curriculum; professional and technological education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual do tempo de atuação docente no IFAM	39
Figura 2 – Titulação dos colaboradores.....	40
Figura 3 – Representação esquemática das três etapas da Análise Textual Discursiva (ATD)	41
Figura 4 - Capa do produto educacional.....	68
Figura 5 – Percentual de interesse do público nas seções do guia	78
Figura 6 - Percentual de mudanças sugeridas pelo público no guia	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fragmento do recorte de unidades de significado das unidades.....	44
Quadro 2 - Unidades de significado geradas da análise do PPC	46
Quadro 3 - Recorte das unidades das transcrições de entrevista alinhadas com o objetivo específico 2 da pesquisa.	47
Quadro 4 - Seleção final das unidades de análise geradas.....	48
Quadro 5 - Categorias iniciais mapeadas	51
Quadro 6 - Todas as categorias elaboradas.....	52
Quadro 7 - Amostra de dados da estética e organização	71
Quadro 8 - Amostra de dados dos módulos do Guia	73
Quadro 9 - Amostra de dados da escrita.....	74
Quadro 10 - Dados da amostra do conteúdo apresentado.....	75
Quadro 11 - Amostra de dados das propostas didáticas apresentadas	76
Quadro 12 - Amostra de dados da criticidade do material.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD – Análise Textual Discursiva

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa Com Seres Humanos

CMC – Campus Manaus Centro

CMDI – Campus Manaus Distrito Industrial

CMZL – Campus Manaus Zona Leste

DAINFRA – Departamento Acadêmico de Infraestrutura

DCNEPTNM – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Profissional Técnica de Nível Médio

EMI – Ensino Médio Integrado

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

EPTNM – Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio

ETFAM – Escola Técnica Federal do Amazonas

ETM – Escola Técnica de Manaus

IF– Instituto Federal

IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários

OMS – Organização Mundial da Saúde

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PROFEPT– Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SEPLANCTI – Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ARTICULANDO QUESTÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO INTEGRADO PARA UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRADA.....	17
2.1	Contextualizando Gênero	17
2.1.1	Lugar do Gênero na Educação Profissional Tecnológica.....	20
2.2	Entre disputas e regulações: Dimensões do Currículo.....	25
2.3	Uma proposta ética-política: Currículo Integrado.....	26
2.3.1	Breve contextualização do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações.....	29
2.4	No horizonte de uma formação possível: Formação Humana Integrada	30
3	A TRAJETÓRIA DA PESQUISA OU PROCEDIMENTOS E MÉTODO.....	34
3.1	A escolha qualitativa e seus fundamentos	34
3.2	Reunindo as vozes: Constituição do <i>Corpus</i> da análise.....	35
3.3	Lócus de pesquisa: Percalços na construção da rede de colaboradores.....	37
3.4	Percurso da Análise Textual Discursiva (ATD).....	40
4	CAMADAS DE MUNDOS: DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	43
4.1	Mundo além das camadas: Unitarização das entrevistas e PPC.....	44
4.2	Unindo mundos: Entre o reconstituir e construir	50
4.3	A expressão de novos mundos através da escrita	53
5	O PRODUTO EDUCACIONAL – Guia para Mundos Possíveis: Formação docente e Gênero no técnico de nível médio no IFAM.....	63
5.1	Fundamentos teóricos-metodológicos da construção do guia.....	64
5.2	Descrição do produto educacional	66
5.3	Avaliação e análise do guia como um produto educacional	69
6	REFLEXÕES FINAIS PARA PENSAR EM MUNDOS POSSÍVEIS	83
	REFERÊNCIAS	87
	ANEXO A – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO CEP.....	96
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	102
	APÊNDICE B – ROTEIRO BASE PARA APLICAÇÃO DE ENTREVISTA	107
	APÊNDICE C – TODAS AS UNIDADES DE SIGNIFICADO GERADAS	108
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL PRODUZIDO NO <i>GOOGLE FORMS</i>	112

1 INTRODUÇÃO

Desde cedo, percebo¹ que as temáticas de gênero e sexualidade perpassam meu cotidiano através das mídias, como novelas, filmes e programas televisivos de modo geral. Os discursos religiosos e as conversas cotidianas carregam as mais variadas impressões dessas temáticas. No âmbito escolar, essas informações se faziam presentes, mesmo que não formalmente, existiam falas entre os próprios discentes e docentes em relação à sexualidade de determinados indivíduos, que fugiam às normas do que era esperado socialmente, sendo então considerados sujeitos fora da definição de normalidade.

Os sujeitos desviantes da norma, nessa linha, seriam as pessoas gays, bissexuais, transgêneros, as lésbicas e dentre outras identidades de gênero e orientações sexuais. Pode ser que um dos motivos do meu interesse em pesquisar gênero tenha nascido dessa vivência em me ver como uma pessoa desviante dessa ordem hegemônica de gênero e desejo, que seria a heterossexualidade, ao conceber que existem outras formas de ser e existir, as quais são historicamente marginalizadas.

Além disso, o fato de ter crescido em um lar majoritariamente de mulheres, fazia com que alguns discursos e papéis fossem repensados, como a concepção ainda persistente em determinados segmentos religiosos, de que os homens são os provedores do lar, o que destoava da minha realidade.

No ingresso à universidade no curso de História, a História das Mulheres foi o primeiro impulso na busca de leituras para explorar mais desse processo da abordagem de experiências femininas em determinados contextos históricos. Daí começou a surgir uma das inquietações do apagamento dessas experiências na área de ensino, atrelada a isso a busca por compreender as contribuições do entendimento das questões de gênero na prática docente e de pesquisa.

A vivência no curso de História foi um impulso, contudo, os maiores subsídios para entender essas epistemologias advieram das Ciências Sociais em uma disciplina chamada “Antropologia dos Estudos de Gênero”, na qual entrei em contato com diversas leituras feministas. Em meio a isso, a iniciação científica como voluntária com um projeto que buscava investigar gênero e diversidade sexual no ensino de História mediante a ótica de docentes, juntamente com a análise de livros didáticos.

¹ Na parte inicial da introdução, uso em determinadas passagens a primeira pessoa do singular, pois são relatos das minhas vivências. Todavia, posteriormente, a escrita assume a tradição acadêmica para textos dissertativos.

Com base nessas experiências, a abordagem de gênero e sexualidade como um todo no âmbito escolar se fez uma necessidade, não somente por um viés biologizante, mas os aspectos culturais e sociais que atravessam essas questões, enquanto entrevistava alguns docentes de História, servidores e servidoras da rede pública de ensino, ficava claro o quanto essas temáticas são indissociáveis do cotidiano escolar, por mais que esses conteúdos não estejam oficialmente nos currículos, não significa que sejam pautas socialmente menos importantes, pelo contrário, estar em um lugar de desvalorização pode sinalizar, nesse caso, a dimensão de disputas de poder quando se fala em gênero.

O objetivo do artigo é investigar o lugar das discussões de gênero no Instituto Federal do Amazonas *Campus* Manaus Centro, uma vez que a proposta de ensino é baseada no trabalho como princípio educativo, a cultura e a tecnologia, tendo como intuito a formação humana integral. Nos questionamos como as questões de gênero estão articuladas no currículo integral, pois a construção da ciência e da tecnologia historicamente tem como marca um olhar masculino.

Uma formação humana integral não se reduz a um projeto de educação, mas trata-se de um projeto societário. Tendo gênero como um foco de análise na organização do currículo integrado, pode-se lançar novos olhares sob uma concepção mais crítica das relações sociais, dos conflitos e das relações de poder perpassantes na construção do currículo.

A perspectiva conceitual adotada é fundamentada nas concepções de Joan Scott (1995), ao afirmar que gênero é um elemento essencial das relações sociais, e que está diretamente ligado ao poder. A referida autora, indica também algumas lacunas nas teorias em voga daquele determinado momento nos estudos apresentados. A forma como as relações de gênero é estabelecida possuem ligação com a manutenção de certas hierarquias e desigualdades pelo sistema econômico, político e cultural vigente, como evidencia Hirata (2007), ao tratar sobre gênero e trabalho, e suas transformações e implicações na divisão sexual do trabalho.

Para trabalhar com as categorias de educação humana integral e currículo integrado, o suporte Ciavatta e Frigotto (2012), Ramos (2008, 2011), e outros autores, que colocam à baila questões fundamentais ao tratarem da concepção de Ensino Médio Integrado - EMI, articulado com a ciência, a cultura, a tecnologia e o trabalho. É discutida a apropriação dos conhecimentos por meio do trabalho como princípio educativo e da pesquisa. Não resumindo ao acesso a esses conhecimentos, mas como também, um projeto mais amplo, no qual os indivíduos compreendam seu papel social, entendendo a importância da participação e engajamento nas transformações das estruturas vigentes.

O ensino médio integrado é considerado um caminho, uma travessia para construção de uma educação humana integral, omnilateral ou politécnica (Moura, 2013). É uma possibilidade de superar a fragmentação do conhecimento e a dualidade estrutural entre educação geral e profissional ao contribuir para uma formação mais integral da juventude, ao preparar não unicamente para uma profissionalização, mas colaborando ativamente na construção de uma sociedade mais democrática.

A Educação Profissional e Tecnológica é um âmbito no qual são amplas as possibilidades para debater e pensar sobre a construção de uma sociedade menos desigual para os que trabalham, uma classe historicamente excluída da construção de uma educação que atendesse para além das necessidades. Analisar gênero sob a inserção de mulheres nessa modalidade de ensino, por exemplo, é refletir sobre como se estabeleceram as relações entre os gêneros e quais marcas políticas, históricas e sociais as moldaram.

A trajetória educacional feminina na educação profissional é marcada por um aprofundamento das desigualdades ao estabelecer atividades, que inicialmente eram consideradas de natureza masculina ou feminina, essa desigualdade teria suas raízes na colonização brasileira com influências patriarcais de Portugal na formação histórica do país (Araújo; Oliveira, 2022).

Desde o início da organização da educação profissional na dinâmica industrial era possível ver a diferenciação de atividades destinadas aos homens e as mulheres, levando em conta que os cursos inicialmente eram voltados para o público masculino (Machado, 2012).

No contexto local, Melo (2009) coloca que é desde 1971 que ocorre a regulamentação para o ingresso de mulheres na instituição. Silva (2018) faz uma investigação histórica da presença de mulheres no período de 1937 a 1971, na Escola Técnica de Manaus (ETM), que posteriormente foi denominada de Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM). Foi possível encontrar a presença de algumas mulheres na instituição em alguns recortes temporais, em contrapartida, se constatam períodos caracterizados pela total ausência de mulheres matriculadas.

O estudo se faz relevante ao trazer um panorama das dinâmicas das relações de gênero com enfoque nas mulheres nas transformações que fazem parte dessa instituição federal, que atualmente é configurada como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAM, Campus Manaus Centro.

Diante disso, a atualidade as temáticas de gênero tem sido uma constante preocupação de pesquisa em alguns Institutos Federais – IFs, credenciados junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, que se propuseram a partir

de pesquisas com os discentes, com os técnicos e com o corpo docente, investigar como as relações de gênero estão articuladas no ensino médio integrado, no ensino subsequente, ou ainda, nos institutos de modo abrangente.

Este campo de estudo pode ser caracterizado como interdisciplinar, pois a produção acadêmica está presente em diversas áreas do conhecimento. Vale aqui ressaltar que no ProfEPT grande parte das pesquisas que têm como objeto de estudo a temática de gênero, se concentram na Linha 1, Práticas Educativas. No que se refere a linha 2, Organização e Memórias dos espaços pedagógicos, a temática até o momento presente é pouco explorada.

Portanto, a pesquisa é pertinente academicamente, uma vez que busca ampliar a compreensão da temática de gênero no âmbito de um instituto federal situado na Amazônia, no qual as pesquisas nessa linha são incipientes. Socialmente, a pesquisa é relevante, já que, quando pensamos no espaço escolar como um lugar de reprodução de valores, comportamentos e papéis que dirigem os discentes a considerar o que deve ou não ser seguido, um espaço que não está descolado dos conflitos sociais e políticos. Sendo o instituto um espaço de formação de profissionais, pensar e discutir temáticas de gênero se torna imprescindível para que esse sujeito possa ter uma visão mais crítica dos lugares que ocupa.

Ao identificar que, pelo menos o Instituto Federal do Amazonas não possui pesquisas expressivas que abordem temáticas de gênero, como em alguns outros IFs, pelo menos através do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT, isso somado a trajetória acadêmica se justifica a escolha do tema. Assim, se espera que a pesquisa dentro dos seus limites possa ser um ponto de partida significativa para levantar um olhar mais sensível às temáticas de gênero nessa realidade de práticas docentes.

Estabelecer as relações de gênero como uma dimensão de pesquisa no currículo escolar é uma pauta que carrega uma relevância social significativa, considerando que essas relações refletem na construção do currículo escolar, como afirma Silva (2016, p.97) “O currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero”. Não só refletem, como são produzidas e reproduzidas pelo currículo.

Pensando na especificidade do currículo nos institutos federais de ensino, a pesquisa parte da seguinte problemática: De que forma as discussões de gênero no currículo integrado, com foco no curso de técnico na forma integrada em Edificações do IFAM, Campus Manaus Centro, pode contribuir para uma educação humana integral?

Tendo por base o problema científico em questão, construímos os seguintes objetivos: analisar as questões de gênero no currículo integrado com foco no Curso Técnico em

Edificações na forma integrada, no IFAM – Campus Manaus Centro. A fim de alcançarmos nossos propósitos, foram estabelecidos, especificamente, os seguintes objetivos: identificar as possibilidades de discussão das relações as questões de gênero no Projeto Pedagógico de Curso; compreender as percepções dos docentes em relação às gênero nos currículos; desenvolver um produto educacional para a inclusão das questões de gênero na EPT.

Por conseguinte, o caminho metodológico da pesquisa está situado no estudo qualitativo (Minayo, 1994), realizando-se, no primeiro momento uma discussão bibliográfica articulada à análise de documentos, passando posteriormente para a pesquisa de campo, realizada com docentes, que atuam ou atuaram no curso técnico de Edificações na forma integrada do Campus Manaus Centro (CMC). A escolha do curso se deu pela característica do curso de eixo tecnológico, que é Infraestrutura. Estando ligado à área de Construção Civil, que ainda é uma área com predominância masculina.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas com técnica de entrevista da História Oral (Freitas, 2006; Meihy, 2005). Por sua vez, as entrevistas foram transcritas e analisadas sob o olhar da Análise Textual Discursiva (Moraes, Galiuzzi, 2020), etapa constituída por unitarização, categorização e a criação do metatexto.

Desse modo, a dissertação está organizada em seis partes. A primeira parte é esta seção introdução. A segunda é o capítulo “Articulando questões de gênero no currículo integrado para uma formação humana integrada”, que se desdobra em seções e subseções, a saber: “Contextualizando gênero”, “Gênero na Educação Profissional e Tecnológica”; “Concepções de currículo”, “Currículo Integrado”; “Formação Humana Integral”. Esse capítulo discute o conceito de gênero e os pressupostos que estruturam a educação profissional técnica de nível médio.

A terceira parte intitulada de “Caminhos metodológicos”, que apresenta em detalhes os procedimentos adotados para esse estudo, como a localização da pesquisa no contexto educacional, o tipo de abordagem, os instrumentos de coleta de dados utilizados, o local de pesquisa, perfil das pessoas que participaram, tal como a obtenção e tratamento dos dados gerados.

A quarta “Camadas de mundos: desconstrução e reconstrução” descreve e discute as etapas metodológicas de análise dados. Sendo constituída por “Mundo além das escamas”; “Unindo mundos: Entre o reconstituir e construir”; “A expressão de novos mundos através da escrita”. O capítulo elucidada o tratamento dos dados, que engloba a análise das entrevistas e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A quinta parte é dedicada à descrição do desenvolvimento do produto educacional intitulado “Guia para Mundos Possíveis: Formação docente e Gênero no técnico de nível médio no IFAM”. Detalhamos os pressupostos teóricos e metodológicos, que guiaram a construção do produto educacional. Além disso, analisamos os dados coletados da avaliação submetida ao público-alvo do guia. Por fim, a sexta e última parte, as considerações finais de todo o processo do trabalho.

2 ARTICULANDO QUESTÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO INTEGRADO PARA UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRADA

Esta seção tem como finalidade apresentar as questões de gênero, com enfoque no gênero como uma categoria de análise que se relaciona com conceitos centrais da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio na forma integrada, que são o Currículo Integrado e a Formação Humana Integrada.

Discutimos gênero de forma mais ampla, com apoio nas compreensões de Scott (1995, 2012); Pedro (2005); Butler (2018); Louro (1997, 2000) e entre outras concepções. Situando a categoria na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), articulamos com a concepção de trabalho, sobretudo a divisão sexual do trabalho, a qual é um fator influente quando tratamos das relações de trabalho entre os gêneros. Em seguida, discutimos as ideias sobre currículo e situamos a proposta do currículo integrado. Por último, buscamos examinar o conceito de Formação Humana Integrada nesse contexto.

2.1 Contextualizando Gênero

Teorizar gênero é uma forma de historicizar conceitos que, normalmente, são naturalizados, o que rompe com ideias fixas de identidades dos gêneros e os usos feitos dessas ideias, como as hierarquias estabelecidas. É um movimento teórico que busca compreender as transformações das relações sociais ao longo do tempo, das rupturas e continuidades pelas lentes da categoria gênero.

A categoria surgiu no interior dos movimentos feministas como uma forma de nomear as relações sociais entre os sexos, abrange críticas em relação aos conceitos de “sexo” e “diferença sexual”, uma vez que esses termos foram utilizados ao longo do tempo para embasar discursos que estabeleciam que as diferenças entre homens e mulheres eram naturais, logo, era justificável que homens e mulheres tivessem comportamentos distintos fundamentados nos atributos físicos/biológicos (Scott, 1995).

No Brasil, especialmente no final dos anos 1980, as feministas começaram a utilizar o termo gênero de uma forma mais ampla, como uma forma de indicar que os comportamentos esperados de homens e mulheres eram indicativos de construções culturais, não eram inatos como enfatizava o determinismo biológico (Pedro, 2005).

A categoria não se limita à diferença sexual sobre o que significa ser homem ou mulher. De acordo com Pinsky (2009, p.164) “Pode remeter às condições de desigualdade, a manifestações e a ideias sobre sexualidade, maternidade, paternidade; às relações familiares ou de trabalho; às ideias veiculadas pelos meios de comunicação”. Portanto, gênero engloba questões sociais como um todo.

A noção de gênero como uma categoria de análise do sistema de relações sociais, significa estudar as experiências femininas em concomitância com as masculinas, conforme Scott (1995). A autora faz uma série de apontamentos à forma como historiadoras e historiadores conduziam as pesquisas sobre esta questão até aquele momento, dado que não se tratava de incluir uma nova história das mulheres, mas sim, de analisar criticamente a produção científica dos conhecimentos históricos em sua totalidade.

Para propor uma alternativa de análise da categoria de gênero, a autora faz uma apresentação das concepções teóricas dominantes naquele período e aponta as limitações desses estudos. A primeira proposição apontada é a que se concentrava em explicar as desigualdades tendo como ponto principal o patriarcado, um sistema alimentado da dominação masculina sobre as mulheres, seja na reprodução da espécie ou na própria objetificação sexual. Contudo, a autora coloca que esse enfoque centra-se na diferença física, considerando problemático do ponto de vista histórico basear uma análise complexa em uma única variável.

A segunda abordagem é de cunho marxista e procura alinhar as críticas feministas com esta teoria. As feministas desta corrente buscavam apreender a relação entre patriarcado e capitalismo, os debates centravam-se especialmente na representação do sistema de gênero como um produto do sistema econômico, ou seja, as relações de gênero estavam subordinadas às relações de produção.

A terceira posição teórica é influenciada pelo pós-estruturalismo francês e pelas teorias anglo-americanas das relações de objeto. As teóricas utilizam distintas escolas psicanalíticas para explicar a produção da identidade de gênero do sujeito. Elas se concentram na linguagem e na cultura como determinantes na construção das identidades. Ao fim, teorias que focam mais precisamente no sujeito individual.

Scott (1995) propõe uma estrutura de gênero em duas proposições: 1) é um elemento indissociável das relações sociais, estando essas relações organizadas com base nas diferenças percebidas entre os sexos. Constitui diferentes simbologias e representações que evocam características que fixam identidades de homens e mulheres. Todavia, faz-se necessário olhar para os conflitos e resistências, para ir além dessas noções de fixidez. As mais variadas

instituições evocam representações que buscam sustentar uma permanência de determinados papéis de gênero.

2) dá significado às relações de poder, quer dizer, a noção de gênero é articulada nas diversas relações de domínio e é elemento fundante dessas relações (Scott, 2012; Piscitelli, 2009), sendo assim constantemente disputado. Tanto as legitimações de gênero quanto as noções de poder se constroem mutuamente. De acordo com Scott (1995, p.27) “Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina”. As ideias fundamentadas nas diferenças entre os corpos como natural/divino, tal como na mitologia cristã, a criação de Eva e Adão.

Os estudos das diferenças entre os sexos ao longo dos períodos históricos, evidenciam o funcionamento político de determinadas sociedades, um movimento de historicização dessas diferenças revela como as posições binárias entre masculino e feminino se constituem na dinamicidade dos processos políticos.

Refletindo sobre esse binarismo, Butler (2018) questiona a aparente fixidez dos conceitos gênero/sexo, que gênero seria um elemento construído culturalmente e o sexo seria o elemento neutro, anterior à cultura. Afirmando que o que entendemos como natural apresenta múltiplos problemas, tendo em vista que não vai a fundo, como o sexo dito biológico também é um elemento produzido historicamente. A estrutura binária reforçaria a normalidade do desejo e prática sexual atribuída à heterossexualidade. Por conseguinte, esse dispositivo regulador que é a estrutura binária seria um dos aportes da hegemonia masculina e heterossexista.

A conceituação e demarcação do campo dos estudos de gênero é caracterizada por um debate intenso e pode se referir a questões como mulheres, desigualdades, diferença sexual ou uma combinação desses termos, influenciando seus significados. Tratar de tais questões possui inúmeros desafios, apesar das diversas produções de pesquisa existentes nesse campo nas últimas décadas. O campo desse estudo, tal qual outros campos acadêmicos, está permeado por debates e disputas constantes em relação aos conceitos e significados utilizados, se constituindo como um campo dinâmico e em constante expansão.

Fora do contexto acadêmico, os desafios são amplificados, tendo em vista que a compreensão em torno do conceito de gênero frequentemente é obscurecida e apropriada de maneira distorcida, como é o caso da denominada “ideologia de gênero”, fruto de avanço de grupos posicionados contra estes estudos, principalmente quando se trata das políticas educacionais. Neste sentido, é inegável a complexidade que perpassa a discussão de gênero, uma vez que, abrange uma perspectiva histórica que necessita ser devidamente considerada e analisada.

Na realidade amazônica, particularmente em Manaus, embora exista um aparato jurídico voltado para tratar das questões de gênero, as ações implementadas ainda são limitadas e pouco abrangentes. Mesmo com leis e diretrizes que tratam dessas questões, todavia, não se observa um reflexo claro nas práticas pedagógicas das instituições educacionais (Oriente, 2022). Uma das razões para essa lacuna está relacionada à falta de precisão nos documentos que regem a educação quanto ao tratamento das temáticas de gênero. A ausência de diretrizes claras sobre como dialogar e implementar esses aspectos da legislação dificulta a incorporação consistente desses temas nas políticas educativas.

O Plano Municipal de Educação - PME/AM e o Plano Estadual de Educação do Amazonas - PEE, ambos em vigência e com duração de dez anos, mencionam a inclusão de questões de gênero na formação inicial e contínua como metas para a docência. Embora não assegure estratégias que o pessoal docente poderia empregar para articular em suas práticas, predomina um silêncio (Oriente, 2022).

As tensões nesses campos que permeiam a construção de políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais constituem-se como uma verdadeira arena política, na qual as batalhas em sua materialidade giram em torno ora da inclusão de artigos que asseguram uma educação que promova uma luta contra desigualdades e discriminações de gênero, ora a substituição por termos considerados neutros.

2.1.1 Lugar do Gênero na Educação Profissional Tecnológica

À medida que estudamos o percurso da Educação Profissional e Tecnológica, percebemos uma longa história de disputas e acirramentos em termos de políticas educacionais, legislação e conceitos. Uma das questões centrais na trajetória dessa modalidade de ensino é a dualidade estrutural, a divisão entre trabalho e não trabalho, trabalho manual e intelectual. Divisões que possuem em sua base a sociedade dividida em classes. Uma das prerrogativas da educação profissional e tecnológica é a educação humana integral na visão de totalidade social (Ciavatta, 2012), para os indivíduos poderem conceber as múltiplas dimensões que fazem parte do processo educativo.

O trabalho é encarado na dimensão ontológica, ou seja, concebido como uma atividade que constitui a nossa existência, nós seres humanos produzimos nossa existência por meio do trabalho. Por isso, o trabalho é composto por dimensões, sendo a produção de elementos fundamentais a nossa sobrevivência e ao mesmo tempo para as necessidades “(...) da vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva” (Frigotto, 2012, p.59). Quando o ser

humano transforma a natureza ao agir sobre ela, nós também somos transformados, é uma relação dialética.

Ao falar sobre trabalho como atividade histórica, é pertinente pensar em gênero como uma categoria de análise por conta da divisão sexual do trabalho perpetuada no modo de produção capitalista. De acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 599), “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. É dessa forma que são reforçadas as concepções de que determinadas profissões ou áreas são por essência masculinas, ou femininas.

As autoras discutem que essa divisão é um sistema dotado de plasticidade, variando no tempo e no espaço, alicerçado em dois princípios organizadores próprios, que seriam o princípio de separação e hierárquico. No primeiro, a separação de trabalhos pautados na visão biologizante de gênero, a ideia anterior de trabalho de homens e mulheres. No segundo princípio, o trabalho de homens ocuparia posições consideradas mais importantes do que o trabalho realizado por mulheres.

Ao focar em gênero como uma categoria de análise, é fundamental estar atento às condições históricas e materiais construídas na sociedade, especialmente diante da gestão de novas configurações de flexibilização das relações de emprego, que contribuem para a emergência de novas formas de exploração e precarização do trabalho, afetando as relações entre os gêneros de maneiras distintas.

Dentre essas formas, Hirata (2001, 2009) atribui os impactos causados nas relações de trabalho aos efeitos da globalização, que a princípio pode ter aumentado o número da participação de mulheres na vida econômica formal e informal. Entretanto, a precarização e a vulnerabilidade acompanham essas relações. O grupo das trabalhadoras teria uma fragilidade maior nesse cenário do ponto de vista das legislações trabalhistas.

Segundo Antunes (2009) a divisão sexual do trabalho apresenta as transformações dessas dinâmicas, se antes mulheres ocupavam serviços considerados menos intensos, na atualidade revela-se uma ocupação nos serviços considerados mais intensos no quesito de trabalho de força, que outrora eram ocupados quase que exclusivamente por homens. Em contrapartida, a presente realidade do predomínio masculino em cargos de chefia/liderança, por exemplo. O autor chama a atenção para essa interação gênero/classe na análise da dinâmica de trabalho.

No intuito de contribuir, destacamos a questão racial, porque na maior parte das vezes é invisibilizada, especialmente quando se trata da luta por igualdade entre os gêneros, as

condições de trabalho da população negra, o grupo composto por mulheres possui particularidades oriundas do desenvolvimento sociedade brasileira. Gonzalez afirma (2020, p. 42) “Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca”.

Por estarmos investigando a questão do gênero em um dos cursos que fazem parte da última etapa da educação básica, destaca-se a juventude negra, ao ser uma das que mais sofrem com o desemprego (Ibidem, 2020). Diante disso, partimos da noção de que discutir sobre as relações de trabalho envolve a discussão de outros fenômenos que fazem parte diretamente.

É no trabalho que estão constituídas as relações sociais entre os gêneros, o que pode nos permitir investigar a questão das desigualdades com mais profundidade, corroborando Arroyo (2019, p.11), que nos diz que:

As relações sociais de produção e o padrão racista, sexista, classista de trabalho não reconhecem os direitos iguais das mulheres, dos trabalhadores negros, negras, camponeses, ribeirinhos, das periferias urbanas. Em nossa história, os direitos da cidadania – da educação básica para a cidadania como os direitos do trabalhador – da educação profissional e tecnológica sempre trouxeram as segregações de classe, raça, etnia, gênero, lugar.

Não é possível pensar na correção de desigualdades de gênero nesse âmbito e outros, se não pensarmos em mudanças sociais em sua totalidade. Scott (2012, p.339) aponta: “Nós não vemos que isso é geralmente gerado ou perpetuado por estruturas de trabalho de mercado globais, fabricada pelo capital financeiro, e é insolúvel sem a atenção aos seus impactos e operações.” Em suma, os impactos desse capital financeiro afetam de formas segmentos heterogêneos da sociedade.

As intersecções entre racismo, sexismo e classe demarcam concepções teóricas e metodológicas que analisam os impactos sobre a população, especialmente negra. Possibilitando a promoção de maiores estratégias no enfrentamento das desigualdades presentes na construção de uma cidadania plena e uma educação profissional que vá além de uma concepção fragmentada de ensino, atendendo não apenas às demandas do mercado de trabalho, mas buscando uma formação humana integral.

No campo educacional brasileiro, a discussão em torno do gênero tem se desenvolvido progressivamente, na legislação desse campo da educação profissional tecnológica, o IFAM orienta-se pelos princípios delineados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), que segue a Resolução do CNE/CP n.º 01/2021. Os

artigos versam sobre a organização e o funcionamento dessa modalidade educacional, dos cursos de qualificação profissional, a abrangência da educação profissional técnica de nível médio, a educação tecnológica de graduação e pós-graduação, a formação continuada, os princípios norteadores e entre outros aspectos.

No capítulo II, Art.3º está disposto um conjunto de dezenove princípios norteadores, o princípio treze assume importância particular, uma vez que enfatiza o reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais. Embora a resolução não ofereça uma definição explícita da concepção de “identidade de gênero”, podemos compreender como uma construção social, nos termos de Scott (2012, p.75): “Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres”. Nesse ponto de vista, gênero não se restringe às determinações biológicas, mas engloba as experiências sociais.

Reconhecendo a dimensão histórica e social que permeia esses processos, considerando as expectativas atribuídas culturalmente aos corpos, especialmente no contexto do mundo do trabalho. Para além dessas expectativas de que os sujeitos cumpram determinadas funções, discutir os papéis de gênero pode ser reducionista, uma vez que a questão central é o debate da identidade, como gênero é elemento constituinte da vida do sujeito (Louro, 1997).

Acoplar em um mesmo artigo o reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais deixa uma impressão de homogeneização de uma questão complexa, que é a identidade, principalmente quando vigora um aparato legislativo que ampara a inclusão no trabalho das relações étnicas-raciais. Bem como, gênero amplia um leque de possibilidades de questões. O reconhecimento que a resolução propõe é um passo essencial, no entanto, separar e detalhar os princípios permitiria abarcar mais pontos enriquecedores.

Como uma forma de aprofundar a temática no campo de pesquisa da EPT, realizamos uma revisão sistemática durante a disciplina de Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, o estudo selecionou na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) dissertações e teses que integravam a palavra “gênero” no título ou resumo, que abordavam questões de gênero no ensino médio integrado ou subsequente no período de 2013 a 2023 (Gusmão e Trindade, 2024).

Foram selecionados oito trabalhos, dos quais 75% destes trabalhos, tiveram como enfoque as percepções das questões de gênero a partir dos próprios discentes, com a presença dessas temáticas nos cursos técnicos, os estereótipos existentes em torno de determinadas áreas associada as relações entre os gêneros, e como isso influencia na escolha de

carreiras/profissões. Somente 12,5% analisaram as percepções do pessoal docente às relações de gênero nos cursos técnicos.

Louro (1997), aborda a interseção entre docência e gênero, mais especificamente como as identidades de gênero e sexuais são construídas. De acordo com a autora, a escola exerce a “pedagogia da sexualidade” baseada na disciplinarização dos corpos que a escola promove. Ela fundamenta-se em algumas produções de Philip R. D. Corrigan, que versa sobre os impactos da escolarização do corpo, sobretudo a experiência de produção de determinada masculinidade.

Louro (2000) afirma que o “corpo escolarizado” é aquele que está acostumado ao ambiente da escola e é capaz de ficar sentado por longos períodos. Ele também demonstra habilidades para expressar interesse e atenção, mesmo que necessariamente não esteja conseguindo se concentrar. Por outro lado, esse corpo é aquele que passou por um treinamento dentro da escola, que inclui aprender a ficar em silêncio quando necessário e aprender determinadas formas de linguagem mais adequadas ao ambiente escolar, o que se torna uma diferença na expressão de corpos que foram ou não à escola.

Diante dessas informações, é relevante pensar como o corpo está situado nessa dinâmica do mundo do trabalho, ou seja, a disciplina dos corpos em um entendimento de valorização de características, como obediência e submissão no ambiente de trabalho, pois “Assim, os corpos são marcados social, simbólica e materialmente - pelo próprio sujeito e pelos outros” (Louro, 2020, p. 76). O corpo não pode ser analisado como um elemento exterior as circunscrições culturais, especialmente no mundo de trabalho.

Refletir sobre a categoria gênero em articulação com o trabalho, ciência e cultura, apresenta desafios significativos, especialmente quando considerada como uma categoria de análise. Nesse sentido, torna-se necessário problematizar um conjunto de representações naturalizadas ao pensarmos nas experiências históricas entre os gêneros.

As práticas curriculares expressam valores e concepções produzidas com base nas experiências de socialização entre os gêneros, evidenciando dinâmicas de disputas de poder na sociedade. Por isso, se faz necessário discutir os princípios operantes na organização dos currículos e as racionalidades privilegiadas, que excluem determinados grupos e subjetividades, que colaboram para perpetuar preconceitos e estigmas.

2.2 Entre disputas e regulações: Dimensões do Currículo

O campo de estudos do currículo emerge de um contexto de transformações sociais, sobretudo com a industrialização, onde se via necessidade de ampliar a escolarização para as massas (Silva, 2016; Lopes e Macedo, 2011). Seleção e exclusão de determinados conhecimentos, as intencionalidades pelas quais são pensadas as formações para determinadas sociedades marcam a constituição desse campo.

O currículo escolar é constituído de algumas dimensões estruturantes, entre elas a produção do conhecimento escolar, a qual é uma forma específica desse contexto, ao selecionar e determinar conteúdos a serem transpostos didaticamente. Desse conjunto fazem parte os materiais elaborados e as práticas dos docentes (Sacristán, 2013). A sistematização do conhecimento escolar é mais do que a produção ou transmissão de conhecimentos, mas está envolta em relações de poder.

Múltiplos discursos refletem as concepções sobre o que se denomina ou deveria ser o currículo, e isso varia segundo a posição de cada autor. Se pode afirmar que as visões sobre currículos são diversas, não se restringindo apenas aos conhecimentos a serem ensinados ou às formas de ensino.

O currículo, teoricamente, deve orientar o processo educativo e deve estar alinhado ao projeto político-pedagógico da instituição, o qual expressa a identidade, propósitos e valores da comunidade. De acordo com Silva (2016), a noção de discurso nos permite realizar uma análise mais aprofundada das relações de poder, valores e interesses que estão presentes nos currículos:

A perspectiva crítica e pós-crítica de currículo se centra nas questões de poder que envolvem a construção e manutenção de determinadas hierarquias e de modos de ser, ou seja, a identidade. As teorias tradicionais, por outro lado, concebem a existência de uma neutralidade nos processos de ensino.

As teorias críticas destacam as relações sociais de produção, ideologia, reprodução cultural e social. Apple (2008) afirma que na escola é reforçado um conjunto de regras que funcionam como uma manutenção do controle social e econômico. Esse pensamento faz parte de alguns dos conceitos essenciais da obra do autor, como a ideologia, hegemonia e tradição seletiva, na qual a escola é como um espaço que contribui para ampliação da desigualdade.

Os pressupostos feministas questionaram alguns aspectos das teorias críticas do currículo por não incluírem o gênero como uma das categorias de análise, assim como classe, ao debater sobre a desigualdade. A preocupação inicial era com o acesso das mulheres a uma

formação escolar que não reproduzisse essas questões (Silva, 2016), constitui, portanto, o ponto de partida para que os estudos de gênero no currículo se tornem objeto de pesquisa.

Estudos feministas enfatizavam que as instituições escolares reproduzem estereótipos de gênero ao ressaltar representações de que existiriam cursos e profissões masculinas e femininas. Não se trata apenas do acesso que as mulheres deveriam conquistar, mas, como a formação é marcada por aspectos que marcam a desigualdade das relações de gênero.

Nesse contexto, carece a construção de práticas curriculares que reflitam tanto a experiência de um gênero quanto a de outro. As formas de raciocinar, de produzir determinados conhecimentos, de pensar o mundo são subjugadas em detrimento de outras em um movimento de regulação e disciplinarização (Popkewitz, 1994; Silva, 2016).

Os currículos perpassam nossas maneiras de ser, de se comportar e de pensar. Embora a produção de currículos esteja intimamente relacionada com o estabelecimento de objetivos e a avaliação, como uma forma de alcançar maior eficiência. O currículo no Ensino Médio Integrado na Educação Profissional e Tecnológica é uma proposição de currículo, que busca se contrapor às práticas pedagógicas hegemônicas. Portanto, abordaremos os fundamentos dessa proposta curricular.

2.3 Uma proposta ética-política: Currículo Integrado

O currículo integrado é uma proposta do Ensino Médio Integrado - EMI, estruturado nos eixos do trabalho como princípio educativo, as concepções de ciência, cultura e tecnologia, centrado na formação humana integrada. Nessa compreensão, os conhecimentos que seriam destinados para uma formação geral ou específica são colocados na perspectiva de integração curricular, de uma forma que a totalidade social seja apreendida mediante as relações construídas entre os conhecimentos (Ramos, 2008).

Uma das influências teóricas dessa organização de currículo é o materialismo histórico-dialético, por isso, o trabalho como princípio educativo advém da noção de trabalho como uma atividade indissociável da existência humana. Incluir o trabalho enquanto um princípio é pensar, além do trabalho nas suas condições do modo de produção capitalista, a preparação ou treinamento para atender às constantes demandas do mercado de trabalho.

A dimensão formativa da união entre trabalho e educação está fundamentada nas reflexões produzidas pelas vertentes marxistas e gramscianas, sob a concepção da politecnia, omnilateralidade e escola unitária, uma escola centrada em uma cultura formativa e humanística.

Diante desta finalidade de uma formação integrada que envolveria toda a totalidade do ser humano, como afirma Ciavatta (2014, p.202): “Significa que também o currículo deve ser pensado como uma relação entre partes e totalidade na produção do conhecimento, em todas as disciplinas e atividades escolares”. Por isso, um dos nortes dessa organização é a integração entre esses conhecimentos.

A integração curricular seria um método que não hierarquiza os conhecimentos ditos gerais ou específicos, mas possui como intuito trabalhar as disciplinas de maneiras que abarquem a totalidade, permitindo uma maior compreensão da realidade (Ramos, 2008). Em síntese, a integração das disciplinas é o ponto de partida do currículo integrado.

Ramos (2008, 2010, 2011) e Pereira (2008) analisam que esse tipo de integração é uma contribuição de Bernstein (1996), ao defender um sistema que estabeleça uma relação entre as disciplinas de uma forma que os conhecimentos sejam socializados em maior amplitude para a comunidade escolar.

Santomé (1998) propõe que o currículo pode ser organizado para além dos formatos das disciplinas, mas pode ser na forma de tópicos, problemas, ideias e entre outros, visto que a realidade é multidimensional, cada ser humano é composto por inúmeras facetas. Dessa maneira, a interdisciplinaridade no contexto escolar é uma necessidade.

É imprescindível captar que os sentidos do Ensino Médio Integrado estão estreitamente vinculados com as maneiras de organizar as propostas e práticas curriculares mais integradas. Logo, os pressupostos que fundamentam esse ensino. Nesse prisma, Ramos (2008, 2014) propõe três sentidos para entendermos a amplitude dessa integração.

O primeiro sentido é o filosófico, a formação omnilateral, na qual não se detecta uma diferenciação no que seria formação geral ou profissional, mas sim todas as dimensões da vida incorporadas no processo formativo. As principais são o trabalho, a ciência e a cultura, essas dimensões formam uma unidade. O trabalho como uma ação humana não está desassociado da ciência, diretamente ligada com a intervenção da humanidade sobre a realidade e a produção dos conhecimentos, bem como a cultura está envolvida.

O segundo sentido é o princípio da indissociabilidade entre educação profissional e básica, para que os indivíduos tenham a possibilidade de se apropriarem dos conhecimentos, sem que haja uma formação em detrimento de outra. Se trata de um princípio político, um direito que os sujeitos sejam contemplados com uma única formação que é a educação profissional integrada à educação básica.

A afirmação desse princípio é fundamental, pois a legislação que constitui a educação profissional de nível médio foi marcada anteriormente pelo Decreto n. 2.208/97, que se

caracterizou como um dispositivo de fragmentação dessa educação com uma proposta totalmente alinhada aos interesses do capital, marcando a separação entre ensino médio e educação profissional (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012).

O terceiro é a integração desses conhecimentos enquanto uma totalidade curricular, no sentido epistemológico da proposta curricular. Um dos pontos que diferencia essa proposta das tradicionais seria a atitude problematizadora do processo de produção, tendo em vista que um mesmo processo implica múltiplas dimensões (Ramos, 2014). Uma problematização que tenha como finalidade a transformação social. Conforme Frigotto e Araújo (2018, p.262):

A autonomia, condição desejável pelo ensino integrado, é aqui entendida como capacidade de os indivíduos compreenderem a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo conforme as suas condições objetivas e subjetiva. Em outras palavras, reconhecendo-se como produto da história, mas também como sujeito de sua história.

Ademais, de acordo com os autores, alguns princípios que podem orientar a organização do currículo integrado são a “contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social”. A contextualização no sentido de articular os conteúdos com a realidade social. A interdisciplinaridade é um mecanismo indispensável para lidar com a fragmentação disciplinar, na qual cada disciplina quer fazer com que seus objetivos sejam mais importantes que o objetivo maior, a totalidade, para transformar a realidade.

O sentido de integração, tem sido mais enfatizado no currículo entre os conteúdos. É preciso destacar a dimensão ética-política da proposta, um ponto de partida que os educadores devem levar em consideração na elaboração de estratégias pedagógicas, pois ainda existe um desconhecimento dos pressupostos teóricos que orientam essa proposta de currículo.

A construção de uma identidade para o ensino médio é uma das lutas que estão no bojo de uma proposta de um ensino médio integrado, dado que a historicidade das políticas para o público aponta para uma educação que tem como foco o mercado de trabalho.

O currículo do Ensino Médio integrado precisa ser pensado dentro da lógica de abordagem dos sujeitos em suas diversidades (Arroyo, 2019). Cada curso de ensino médio técnico na forma integrada possui suas especificidades e identidade própria, refletidas nos currículos sob uma concepção de educação politécnica e omnilateral. Corroborando Ciavatta (2012, p. 776): “trabalho, ciência e cultura são dimensões da vida humana que devem ser integradas no currículo e no currículo, tendo o trabalho como princípio educativo”.

Por cada curso apresentar uma identidade própria ao pensarmos na construção de um currículo integrado, podemos refletir sobre qual identidade está posta nesses currículos, quais

subjetividades estão sendo moldadas, pois privilegiar um modelo de identidade em detrimento de outros revela relações de poder subjacentes à essas escolhas. Sendo um currículo que privilegia as dimensões da ciência e cultura, questionamos por quais óticas, uma vez que o conhecimento científico foi construído na maior parte do tempo por uma ótica masculina e branca.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPTNM no capítulo de organização e estrutura da educação profissional para esse nível coloca no Art. 21:

O currículo, contemplado no PPC e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição e rede de ensino pública ou privada, nos termos de seu PPC, observada a legislação e as normas vigentes, em especial o disposto nestas Diretrizes Curriculares Nacionais, no CNCT ou instrumento correspondente que venha substituí-lo e em normas complementares definidas pelos respectivos sistemas de ensino (Brasil, 2021).

As instituições possuem autonomia para a elaboração dos currículos, uma vez que é um princípio incluído nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Por sua vez, o PPC é um documento construído coletivamente, além de organizar o trabalho pedagógico, demarca a identidade da escola (Veiga, 1998; Vasconcellos, 2022). Com efeito, o currículo é um elemento, que dialoga diretamente com os princípios do PPC. Por isso, esse documento precisa estar alinhado aos objetivos que promovam a inclusão das questões de gênero.

2.3.1 Breve contextualização do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações

O atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) técnico de nível médio em Edificações na forma integrada foi aprovado mediante a Resolução nº 166 - CONSUP/IFAM, no dia 26 de dezembro de 2019, autorizado e implantado para o ano letivo de 2020.

O curso tem duração de 3 anos, uma carga horária total com disciplina optativa de 4.120 horas e funciona no turno diurno. As disciplinas estão estruturadas em formação geral e profissional; núcleo politécnico e estágio profissional supervisionado ou projeto de conclusão de curso. O documento justifica a necessidade de profissionais qualificados no ramo da construção civil no Estado do Amazonas, uma área que tem crescido na geração de empregos na região, à luz do PPC (2020) apoiado em relatório trimestral de 2017 da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado do Amazonas – SEPLANCTI.

Os objetivos do curso consistem em formar profissionais que desenvolvam os conhecimentos indispensáveis às atividades ligadas à área da construção civil, como criação e desenvolvimento de projetos; orçamento de obras; fiscalização e execução dos serviços necessários para a instalação e manutenção de uma obra, bem como seu planejamento e vistorias. A pessoa com formação em Edificações irá atuar auxiliando diretamente profissionais das áreas de engenharia e arquitetura.

A estrutura curricular do curso é composta por três núcleos: a) Núcleo Básico, b) Núcleo Politécnico e c) Núcleo Tecnológico. O primeiro corresponde aos componentes curriculares da formação geral, que são as linguagens, a matemática, as ciências da natureza e as ciências humanas. O segundo possui como ponto chave a interdisciplinaridade, componentes que articulam os eixos do trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O último, se trata dos conhecimentos técnicos específicos de cada área, no caso de Edificações são disciplinas, como: desenho arquitetônico, materiais de construção, tecnologia da construção civil, planejamento e controle da construção civil e outras disciplinas de acordo com cada série ou ano.

O Núcleo Básico, tem o papel de proporcionar saberes para os discentes com o objetivo de que estes possam se constituir como sujeitos críticos e reflexivos, capazes de apropriar os fundamentos científicos-tecnológicos basilares para o mundo do trabalho, bem como o amadurecimento da autonomia podendo problematizar acerca das relações que compõe o sistema de produção social.

Os princípios políticos-pedagógicos que regem o documento estão detalhados seguindo a orientação da formação integral, abrangendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. Logo, a concepção está presente. Contudo, essa perspectiva deve estar incorporada aos demais aspectos do documento, como a própria integração entre as disciplinas do currículo e às próprias práticas que estimulem a discussão de gênero. A formação humana integrada é um conceito complexo, portanto é relevante entender como ela pode se articular às questões de gênero.

2.4 No horizonte de uma formação possível: Formação Humana Integrada

Esta subseção fará uma breve contextualização da categoria proposta, por existir uma multiplicidade de interpretações e posicionamentos a respeito do conceito da Formação Humana Integral.

No propósito de fazer uma breve historicização de uma das categorias centrais, a ideia de formação integral se faz presente ao longo de séculos, Coelho (2009, p. 85) apresenta que

“Se voltarmos nosso olhar para a Antiguidade, chegamos à Paidéia grega que, consubstanciando aquela formação humana mais completa, já continha o germe do que mais tarde se denominou educação integral – formação do corpo e do espírito”. É evidente que a noção de uma formação que integrasse corpo e mente já era presente em outros períodos históricos.

A educação integral é comumente discutida por dois vieses, sendo o primeiro sócio-histórico, que abrange uma formação humana. Enquanto o segundo possui características contemporâneas, girando em torno de políticas públicas, por exemplo, como as jornadas escolares em tempo integral.

Existem elementos de educação integral de concepções gregas, do período da Revolução Francesa com a constituição da educação formal, das escolas por meio dos jacobinos, que foi um momento crucial para maiores discussões em torno de uma formação humana completa. A perspectiva anarquista também contribui com ênfase nas ideias de igualdade, liberdade e autonomia.

No Brasil, diferentes projetos políticos saem em defesa desse tipo de educação que se pretende uma formação completa, cada um com intencionalidades próprias. A formação humana integral é uma das concepções reivindicadas no campo da Educação Profissional Tecnológica (EPT), pelo menos no que concerne ao Ensino Médio Integrado (EMI) estando ligada aos conceitos de formação omnilateral e politécnica.

“Formação integrada” é um termo que começou a ser utilizado com maior intensidade na conjuntura política do ano de 2003 com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e esteve presente no ano de 2010 no segundo mandato do presidente (Ciavatta; Ramos, 2012). “Integrado” e “Integrada” possuem uma série de sentidos, tanto na legislação educacional, expressando as possibilidades de articulação do ensino médio à educação profissional, quanto em termos conceituais, filosóficos e pedagógicos.

Ao fazer uma análise tendo da formação humana integral nas legislações brasileiras, Nicolau (2022), discorre que a formação omnilateral está fundamentada em algumas obras de Karl Marx. O pesquisador apresenta como autores clássicos da EPT, entendem a aproximação deste conceito com o da formação politécnica.

Em resumo, o primeiro carrega a ideia da formação geral em todas as dimensões. O segundo conceito enfatiza a formação integral do ser humano sob o prisma da formação politécnica. Logo, os dois conceitos possuem grandes aproximações de sentido com a educação humana integral.

Por outro lado, divergem quanto aos usos, Moura, Filho e Silva (2015) ao discorrerem sobre os conflitos teóricos que envolvem esses conceitos, colocam que Karl Marx associa o

ensino politécnico como um ponto fundamental para alcançar uma formação que trate da educação intelectual, física e tecnológica, ou seja, uma formação integral do ser humano: “Assim, é pela formação politécnica que se daria a formação intelectual, física e tecnológica, o que sugere que o conceito de politecnicidade pode abarcar com a ideia de formação humana integral” (2015, p.1061).

A formação humana integral, teria tido origem nos pilares da educação socialista como um recurso para integrar as múltiplas dimensões que compõem os seres humanos: “A formação integrada sugere tornar íntegro e inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e ação de pensar, dirigir ou planejar” (Ciavatta, 2005, p.2). A formação integral seria um aspecto primordial do ensino politécnico apoiado na concepção da omnilateralidade.

Para além das contribuições marxianas, as contribuições de Antônio Gramsci com a Escola Unitária constituem a formação humana integral, uma escola desinteressada em uma formação imediata e pragmática. A escola aprofunda o dualismo da divisão do trabalho sobre os sujeitos, fomentando ideias de como se houvesse apenas dois caminhos, que seria um ligado a ida para a universidade, no qual poucos irão ter acesso; outros para o mundo do trabalho, destino de grande parte.

Uma formação humana plena não se restringe ao sistema educacional, pois elementos como ciência, trabalho, tecnologia e cultura, que são intrínsecas à concepção de formação integral, transcendem a instituição escolar. É uma pauta urgente, constituir uma formação emancipatória dos sujeitos ao estimular uma consciência crítica das opressões que constituem as bases da sociedade na qual vivemos.

Dentre essas camadas de opressões, destacamos o sexismo, afetando variados grupos em maior ou menor medida. É falacioso acreditar que o feminismo é um movimento de lutas em busca de políticas que reparem apenas mulheres, já que existe o reconhecimento de que toda a sociedade é afetada pelas práticas e pensamentos sexistas, principalmente quando se incentiva a manutenção de masculinidade ou feminilidade. Uma educação que não parta de bases sexistas tem um papel determinante para a construção de uma consciência crítica (hooks, 2018).

Ao falar de uma pedagogia crítica, bell hooks realiza interlocuções com Paulo Freire. A autora coloca que uma pedagogia feminista atua em vista de não reforçar a cisão entre corpo e mente, que é tão presente na nossa sociedade. O corpo, no entendimento de submissão e docilidade (Foucault, 1979; hooks, 2018). O modo de produção capitalista produz e reproduz as divisões entre corpo e mente, manual e intelectual.

Fazendo uma reflexão sobre uma formação humana integral em articulação com as compreensões críticas feministas, entendemos que essa formação precisa levar em consideração outros processos pedagógicos que visem a transformação dessa educação ainda sexista, racista e classista.

Louro (1997, p.122) corrobora ao dizer que: “Há, no entanto, um modo novo de exercer essa ação transformadora, pois, ao reconhecer o cotidiano e o imediato como políticos, não precisamos ficar indefinidamente à espera da completa transformação social para agir”. Essa fala reafirma a possibilidade de plantarmos as sementes dessa transformação em meio às diversas contradições da sociedade capitalista rumo a essa educação humana integral em sua forma plena.

Uma formação que estimule os sujeitos a se desenvolverem e descobrirem as próprias potencialidades (Ramos, 2014; Frigotto, 2005) através dos mais variados conhecimentos produzidos pela humanidade como os fundamentos científicos, filosóficos, culturais, sociais, políticos, tecnológicos e que possa ter possibilidade de escolher os caminhos que deseja trilhar.

A ideia de uma formação completa foi almejada em momentos históricos distintos, cada qual partindo de suportes ideológicos-metodológicos diversos. Olhar criticamente para essa formação é buscar estratégias de aplicação dessa concepção nas práticas curriculares, que permeiam o cotidiano da sala de aula.

3 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA OU PROCEDIMENTOS E MÉTODO

O estudo dos fenômenos educacionais passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, estando pautado inicialmente pela influência da filosofia positivista, que realizava o isolamento de determinados acontecimentos e a separação do sujeito e objetivo, no sentido de uma ideal de neutralidade a ser alcançado (Ludke; André, 2018).

As pesquisas educacionais se diversificaram nos anos 80 e 90, caracterizando-se por aportes interdisciplinares, produzindo transformações no papel da pessoa pesquisadora, ou seja, houve uma valorização da subjetividade, do olhar da pessoa que está conduzindo a pesquisa (André, 2001).

A pesquisa conta com o aporte teórico-metodológico das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e estudos feministas num diálogo interdisciplinar, fundamentados em Ramos (2008, 2011, 2014), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Scott (1995), Louro (1997, 2000) e outros que dão suporte para as várias possibilidades de análise do gênero na organização do currículo integrado.

3.1 A escolha qualitativa e seus fundamentos

Buscamos realizar uma análise mais detalhada das questões sociais por uma perspectiva dos sujeitos, ou seja, as percepções e concepções acerca de questões que fazem parte do objeto de estudo (Minayo, 1994; Gil, 2021), por isso configura-se como uma abordagem qualitativa, um tipo de pesquisa que se atenta a um conjunto de significados presentes nas relações.

Percebe-se uma variabilidade de procedimentos de pesquisa nessa modalidade, o qualitativo é centrado nessa captação das percepções dos sujeitos da pesquisa, seus modos de expressar e comunicar. Bicudo (2011, p.20) afirma: “Não se obtém *verdades lógicas* sobre o investigado, mas indicações de seus modos de ser e de se mostrar”.

Nesse caso, a abordagem qualitativa é um campo marcado por múltiplos olhares teóricos conforme os momentos históricos que a perpassam, o presente e futuro são marcados por demandas, que requerem que as ciências sociais e humanas sejam espaços críticos de diálogos de temas como democracia, gênero, classe, questões raciais e entre outros. Sem dúvidas, esse tipo de abordagem contribui para a expressão de um espaço democrático (Denzin; Lincoln, 2006).

A proposta é de caráter exploratório (Gil, 2024), pois o tema em questão é pouco explorado no lócus do estudo e é de natureza aplicada, tendo a finalidade de contribuir com

conhecimento científico de ordem mais teórica (ibidem, 2024). Tendo a preocupação da ordem prática, ou seja, caminhos reais para resolução de determinado problema do cotidiano escolar, estando diretamente relacionado ao nosso terceiro objetivo de pesquisa, a elaboração de um produto educacional.

Assumimos o sentido da Análise Textual Discursiva (ATD), que é um método de análise que visa a reconstrução de discursos a partir da compreensão da pesquisadora. Tem por técnica de entrevista a História Oral (Freitas, 2006; Meihy, 2005) e análise de documentos (Ludke; André, 2018).

A pesquisa qualitativa foi adequada para a investigação proposta, porque buscamos mergulhar no universo de concepções dos sujeitos participantes acerca das questões de gênero no currículo, o nosso segundo objetivo específico da pesquisa, a compreensão das percepções docentes. Estando alinhada com o primeiro objetivo específico, a identificação das possibilidades de discussão de gênero no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso técnico de nível médio de Edificações na forma integrada.

A pesquisa de campo é uma das etapas fundamentais do trabalho, que proporcionou uma compreensão mais aprofundada das experiências do grupo estudado (Gil, 2002; Minayo, 1994) o campo é um espaço dinâmico que favorece a descoberta de novos aspectos e interpretações que ampliam a compreensão do tema, sendo importante que a pessoa que pesquisa possua um posicionamento flexível ao estudo da sua problemática e sobretudo, sua postura no campo de pesquisa.

Salientamos que a pesquisa passou pelos procedimentos de submissão do Comitê de Ética em Pesquisa Com Seres Humanos (CEPSH), devidamente amparada nas Resoluções nº 466/2012 e a Resolução nº 510/2016, que versam sobre as normas e diretrizes das pesquisas envolvendo seres humanos e as especificidades das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, respectivamente. Como dispõem as resoluções, o trabalho de coleta de dados da referente pesquisa, somente iniciou após a aprovação do colegiado, expresso no CAAE: 79559524.9.0000.8119 e N° do Parecer: 6.995.613. O parecer está disponível no Anexo A.

3.2 Reunindo as vozes: Constituição do *Corpus* da análise

A coleta de dados foi realizada por meio de diferentes instrumentos, incluído a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos e a aplicação de entrevistas que se complementaram na construção e aprofundamento das informações necessárias ao estudo. A análise de documentos

foi constituída do PPC do curso técnico em Edificações na forma integrada, obtida no próprio *site* do IFAM Campus Manaus Centro. Esse tipo de fonte faz parte de um conjunto maior de técnicas de coleta de dados que se complementam. É um tipo de fonte fundamental para analisar a expressão de determinadas problemáticas de uma forma mais ampla (Ludke, André, 2018).

A entrevista possui o intuito de obter as perspectivas, experiências e conhecimentos acerca das questões de gênero do pessoal docente. De acordo com Severino (2013, p.108), a entrevista é uma técnica na qual: “o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam”. O roteiro de entrevista foi semiestruturado, ou seja, perguntas previamente formuladas, mas admitindo uma flexibilidade para questões que surgissem ao longo da entrevista.

A entrevista foi fundamentada em conceitos advindos da História Oral, mais especificamente na temática, na qual se busca esclarecimentos a respeito de uma única temática (Meihy, 2005). Para tanto, o pessoal docente constitui a colônia, que compreende o grupo que constitui os sujeitos entrevistados, pessoas que possuem uma trajetória em comum. Como se trata de um grupo amplo, o conceito de rede delimita a população entrevistada. Tendo isso em vista, os colaboradores foram definidos com base no “Ponto Zero”, uma entrevista de referência para a busca de outras colaborações.

As entrevistas foram marcadas previamente via e-mail e aplicativo de comunicação, *Whatsapp*, todas ocorreram presencialmente, algumas foram reservadas salas com antecedência para a realização da entrevista, outras, o local ficou a critério do participante. Em resumo, todas ocorreram no estabelecimento da Instituição.

Sob o ângulo de que a entrevista é um processo de escuta e abertura para que o colaborador se sinta confortável para falar, a pesquisadora no início de cada entrevista fez uma breve apresentação pessoal, na qual foram compartilhadas a formação acadêmica e o interesse pela pesquisa. Igualmente foi apresentado o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando aos colaboradores o direito de não responder o que não fosse considerado conveniente e solicitar a qualquer momento que a pesquisadora interrompesse a gravação (Apêndice A).

Comprendemos a entrevista como uma colaboração, ou seja, um diálogo, mesmo que a posição da pesquisadora seja mais de escuta do que estava sendo narrado:

Uma entrevista é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes. São pessoas que, apesar de pertencerem a diversas faixas etárias e

diferentes condições socioeconômicas e culturais, estarão dialogando e interagindo sobre uma mesma questão (Freitas, 2006, p.92).

Reiteramos que a entrevista é um momento em que a empatia e o respeito mútuo são um dos pontos cruciais para o seu desenvolvimento, a sensibilidade da “arte da escuta” (Portelli, 2016). Logo, as entrevistas foram conduzidas nessa perspectiva teórica.

As entrevistas foram gravadas pelo aparelho celular via aplicativo *Voice Recorder* e posteriormente transcritas pelo serviço de transcrição por IA (Inteligência Artificial) *TurboScribe*.

O roteiro de entrevista foi semiestruturado (Apêndice B), ou seja, perguntas previamente formuladas, mas admitindo uma flexibilidade para questões que surgissem ao longo da entrevista. Foi estruturado em quatro partes. A primeira parte foi voltada para a trajetória acadêmica e profissional. A segunda tratou das questões mais gerais sobre gênero. A terceira foi constituída de questões mais específicas de gênero no âmbito do curso de Edificações. Por fim, a quarta parte, que buscou coletar dados para a construção do produto educacional. Além disso, as perguntas estiveram alinhadas aos objetivos da pesquisa.

3.3 Lócus de pesquisa: Percalços na construção da rede de colaboradores

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Atualmente, a Rede conta com mais de 702 campi de Institutos Federais (IFs) por todo o país. O estado do Amazonas conta com dezessete campi distribuídos pelos municípios. A capital dispõe dos seguintes: Campus Manaus Zona Leste (CMZL), Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI) e o Campus Manaus Centro (CMC).

A pesquisa teve como lócus o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro - IFAM-CMC, localizado na Avenida 7 de Setembro, nº 1975, no centro da cidade, que oferta os cursos técnicos de nível médio na forma integrada e subsequente os seguintes cursos: Química, Eletrotécnica, Informática, Mecânica e Edificações. Por último, Meio ambiente e Segurança no trabalho são oferecidos na forma subsequente. Existem ainda os cursos técnicos na modalidade PROEJA e concomitante. O Instituto também conta com as especializações técnicas de nível médio e superior; cursos de bacharelados, licenciaturas e tecnológicos; Pós-graduação e Educação a distância. Por isso, uma estrutura pluricurricular.

A pesquisa foi realizada com docentes do núcleo comum e técnico que atuam e atuaram no curso técnico em edificações na forma integrada. A lista dos contatos dos docentes do núcleo técnico foi obtida no Departamento Acadêmico de Infraestrutura – DAINFRA. Ao todo, foram convidados via e-mail 28 docentes, apenas 3 manifestaram interesse em participar.

Houve uma grande dificuldade na obtenção de lista de contatos do pessoal docente das disciplinas comuns, tentativas sucessivas de idas aos departamentos competentes, incluindo comunicação via e-mail. Enquanto aguardava algum retorno, tendo em vista que a autorização pelo Comitê de Ética (CEP) para o trabalho de campo havia saído há algumas semanas. Recorremos à indicação de contatos por intermédio de uma colega servidora da instituição, assim estabelecemos nosso marco de entrevistas.

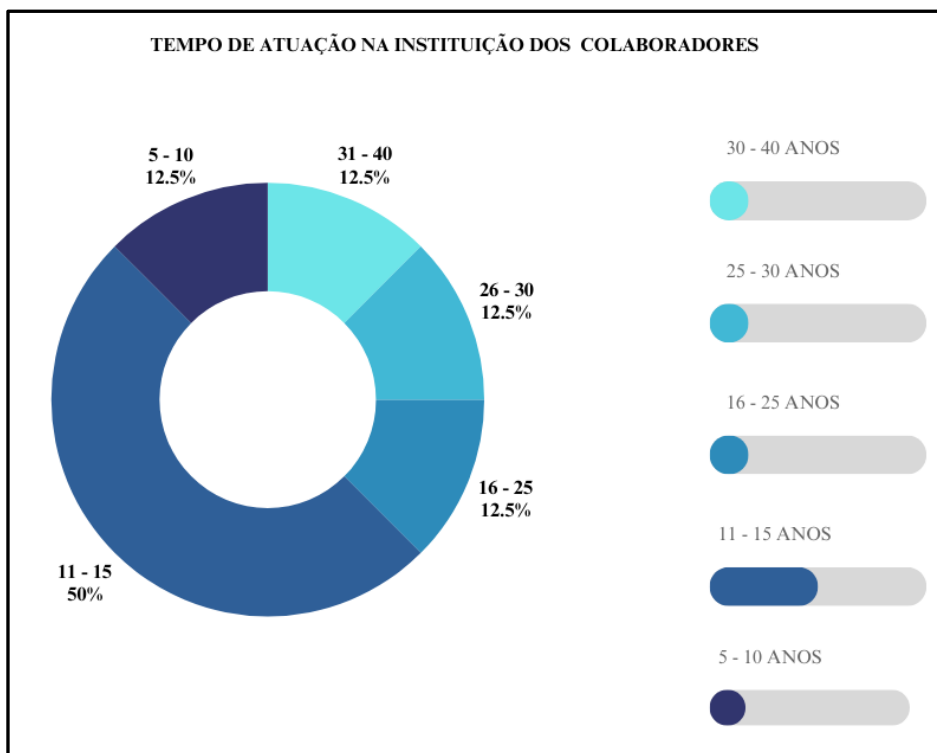
Tendo como referência a entrevista com o primeiro docente, foi instituída uma rede de colaboração. À medida que as entrevistas iam acontecendo, ao final solicitava-se a indicação de mais docentes, que pudessem contribuir, constituindo dessa forma a rede. No período de 22 de agosto a 17 de setembro, foi feito um total de 8 entrevistas, sendo 3 professoras e 5 professores. Desta amostra, 5 docentes do núcleo comum e 3 do núcleo técnico.

Na construção do roteiro de entrevista, dois aspectos foram considerados essenciais tendo em vista a técnica de entrevista fundamentada na História Oral, o tempo de atuação e a trajetória acadêmica e profissional dos docentes. O intuito não realizar uma história de vida, mas trata-se de elementos cruciais para compreender o processo de constituição do sujeito e suas concepções, ou seja, as relações entre os sujeitos e as dimensões que o estudo busca analisar (Louro, 1990).

O tempo de atuação fez parte de uma dessas questões iniciais do roteiro de entrevista, em virtude do IFAM-CMC enquanto uma instituição centenária, vivenciou inúmeras transformações. Por isso, foi primordial para compreender o contexto de fala dos participantes, o tempo de atuação variou de 5 a 40 anos na instituição. Na figura 1 está o gráfico que representa uma composição geral do tempo de atuação.

No objetivo de mapear o perfil dos colaboradores, as questões iniciais foram voltadas para a trajetória acadêmica e profissional do docente. Na realidade, foi um momento mais aberto para que o docente ou a docente se sentisse à vontade para compartilhar de forma mais conveniente. Compreendemos como os elementos que constituem essas trajetórias podem influenciar a maneira como os docentes percebem gênero e formação humana integrada, por exemplo.

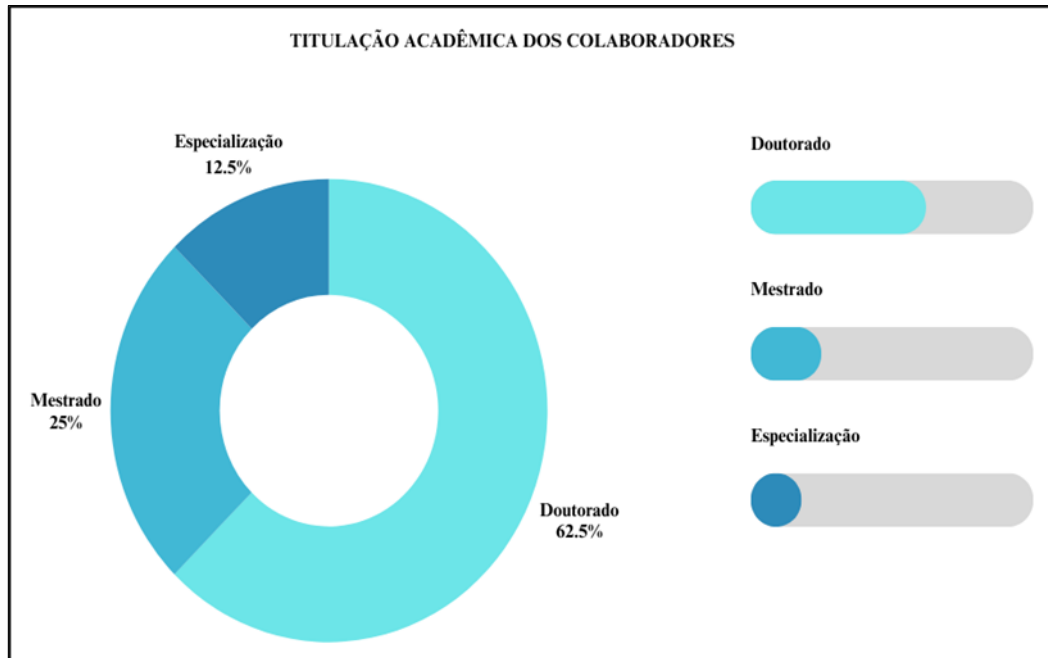
Figura 1 - Percentual do tempo de atuação docente no IFAM



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

A formação acadêmica das pessoas entrevistadas foi outro ponto para inferir a percepção docente acerca dos estudos de gênero, foi questionada posteriormente se houve a contemplação da temática na formação inicial e/ou continuada. No tocante a esse último, somente três colaboradores responderam que em algum momento tiveram alguma abordagem, sendo em formações continuadas do tipo *stricto sensu*, *lato sensu* e um treinamento, que ocorreu há bastante tempo no Instituto. A Figura 2 demonstra o percentual da formação do público entrevistado.

Figura 2 – Titulação dos colaboradores



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

3.4 Percurso da Análise Textual Discursiva (ATD)

A análise das entrevistas e do Projeto Pedagógico de Curso de Edificações foram ancoradas na Análise Textual Discursiva (ATD), uma metodologia que envolve a combinação da Análise de Conteúdo (AC) e Análise do Discurso (AD), mas com o desenvolvimento de características próprias que se distanciam de ambas as metodologias de origens francesas.

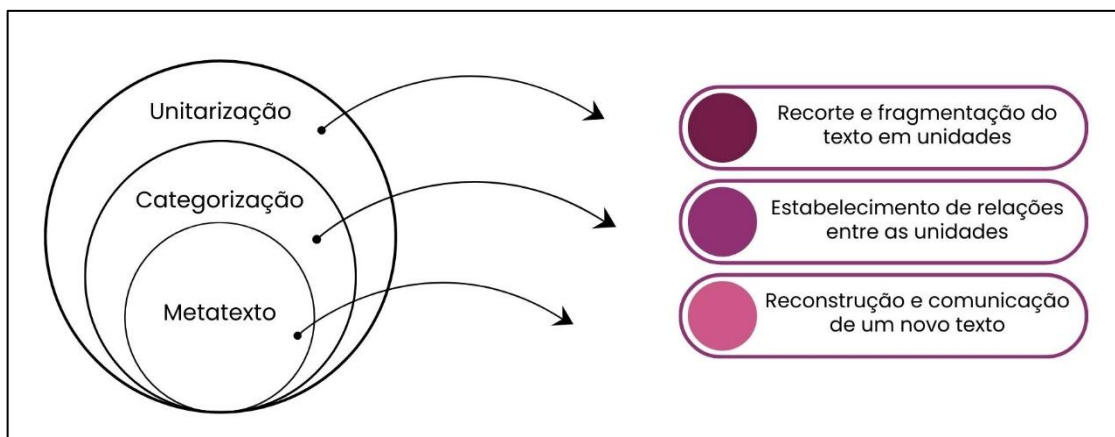
A Análise Textual Discursiva é uma proposta de metodologia brasileira, desenvolvida pelo Professor. Dr. Roque Moraes e pela Professora Dr^a. Maria do Carmo Galiuzzi. Esta metodologia de análise é fortemente influenciada pela Fenomenologia e Hermenêutica, a atitude fenomenológica parte da abertura à manifestação do fenômeno, que implica na atenção às perspectivas do outro (Galiuzzi; Lima; Ramos, 2020).

Por isso, os autores a situam como metodologia que se situa entre os extremos das abordagens mencionadas. “Sua pretensão é num sentido radicalmente hermenêutico, de construção e reconstrução de compreensões sociais e culturais relativas aos fenômenos que investiga” (Moraes, Galiuzzi, 2020, p.169). Entendemos com isso de que a atitude está em

considerar as construções que os sujeitos trazem, ao passo que serão realizadas reconstruções dessas compreensões.

A análise textual discursiva é composta por três etapas fundamentais, conforme ilustra a Figura 3: 1) Unitarização; 2) Categorização e 3) Produção do Metatexto. O conjunto dos materiais analisados é denominado de *corpus*, podem ser documentos produzidos para a pesquisa, como as transcrições das entrevistas coletadas e/ou documentos previamente existentes, como o PPC do curso de Edificações.

Figura 3 – Representação esquemática das três etapas da Análise Textual Discursiva (ATD)



Fonte: elaborado pela própria autora (2025)

A unitarização é constituída pela desmontagem do *corpus* documental, ou seja, a fragmentação. Nesse momento, o caos é predominante, ao ser caracterizado como uma tempestade de ideias (Moraes; Galiazzi, 2006). É o processo de imersão no material, considerado signficante, sendo atribuídos significados e sentidos por quem analisa. Portanto, são criadas unidades-base/empíricas, que podem ser frases pequenas ou trechos inteiros. Ao final, essas unidades são reescritas (Moraes, 2003).

A categorização constrói relações entre as unidades geradas, podem ser de duas naturezas: a) categorias à priori, nesse tipo são elaboradas previamente e as unidades são encaixadas nos títulos correspondentes; b) categorias emergentes, as que surgem proveniente das unidades de significado construídas.

Para ter validade, essa etapa necessita respeitar algumas propriedades, como: a) os sujeitos participantes perceberem suas vozes contempladas no produto final e b) princípio da homogeneidade, o procedimento de produção das categorias deve ser o mesmo para cada uma e c) as categorias precisam ser úteis aos objetivos da pesquisa.

A produção do Metatexto é a fase de comunicação das compreensões feitas acerca dos fenômenos, as unidades e as categorias foram sistemas criados para atender a essa finalidade.

4 CAMADAS DE MUNDOS: DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Esta seção busca detalhar o tratamento dos dados obtidos com vistas a alcançar os objetivos específicos, respectivamente, identificar as possibilidades de discussão das relações de gênero no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso técnico de nível médio integrado em Edificações, IFAM, *Campus* Manaus Centro e investigar as percepções dos docentes em relação às abordagens de gênero nos currículos.

A linguagem, como um sistema que compreende a escrita, possui uma ligação íntima com escrever e reescrever, movimentos intrínsecos à produção de novos conhecimentos, principalmente a escrita criativa. O contato com diferentes visões é o que enriquece o processo de aprendizagem, o que possibilita lançar luz sobre novas compreensões de um fenômeno (Moraes, 2009, 2020).

A Análise Textual Discursiva (ATD) requer uma intensa impregnação nos materiais analisados, a própria característica da metodologia é a de recursividade, com as constantes idas e vindas nos materiais fazendo parte do mergulho nos textos. A desconstrução e reconstrução dos discursos têm como sustento as múltiplas vozes, tanto dos participantes quanto da pessoa pesquisadora, pois esse processo vai sendo construído sob a compreensão dessas manifestações discursivas.

As metáforas, como um recurso que auxilia em uma maior fluidez textual, fazem parte da ATD, uma vez que é um elemento crucial na compreensão dos fenômenos que se apresentam, ajuda também no estímulo da criatividade durante a análise. Uma marca fundamental para que a autoria de quem analisa seja construída. Moraes (2020, p.607) afirma:

As metáforas ajudam o pesquisador a mover-se em espaços discursivos desconhecidos, contribuindo para aproveitar a intuição, a imaginação e os conhecimentos tácitos do pesquisador na elaboração e comunicação de novos entendimentos construídos ao longo das análises. As metáforas construídas são modos de ampliação de horizontes de compreensão do pesquisador.

É uma figura de linguagem capaz de expressar como foi concebido o desenvolvimento da investigação, as nuances identificadas na análise de cada discurso concedido são como camadas/escamas desde as mais superficiais às mais profundas, cada reflexão foi despertada do diálogo com o empírico e o teórico. Por esse motivo, as metáforas em questão nascem das próprias falas dos colaboradores e colaboradoras.

A expressão de mundos traduz as perspectivas percebidas de como cada sujeito percebe e vivencia gênero, soma-se isso a como cada camada desses mundos traz suas próprias complexidades, visto que processo interpretativo exige o aprofundamento indo de uma camada mais superficial as mais profundas.

4.1 Mundo além das camadas: Unitarização das entrevistas e PPC

A unitarização caracteriza o início do mergulho nos textos que compõem o *corpus* documental. O desenvolvimento dessa fase exige debruçamento no material mediante a intensificação da leitura e seleção dos excertos, que geram as unidades de significado. Um elemento que compõe essa parte é o sistema de códigos de identificação para cada unidade, como uma forma de facilitar o acesso aos textos na íntegra quando for preciso consultar o material.

Neste trabalho, adotamos alguns códigos que correspondem ao colaborador ou colaboradora participante (C) e um número de identificação, como Colaborador 1 (C1). Caso ele pertença ao Núcleo Técnico (NT) ou a Núcleo Comum (NC). A contextualização da fala, que trata da questão no roteiro que estava sendo respondida, por exemplo, Questão 8 (Q8): “Para você, como a abordagem de gênero poderia auxiliar os (as) futuros (as) formados (as) no mundo de trabalho das edificações?” Por fim, o número da unidade construída nessa entrevista, unidade treze (U13). A seguir foi colocado um fragmento de exemplo.

Quadro 1 - Fragmento do recorte de unidades de significado das unidades

Código	Unidade de significado	Título
CNT1Q8U13	(...) eu converso muito com eles sobre isso, desse mundo que eles vão encontrar, principalmente, trabalho. Eu procuro fazer reflexões a respeito, dizer palavras de incentivo, falar, olha, as mulheres podem tudo, elas podem tudo que elas quiserem (...)	Diálogo sobre o mundo do trabalho que as/os discentes irão encontrar

Fonte: elaborado pela própria autora (2024).

A unidade de significado corresponde ao trecho da fala do colaborador e o título atribuído é o que julgamos ser o núcleo da ideia apresentada. A princípio foi realizada a leitura das transcrições e com isso o exercício de interpretação na fragmentação textual de cada

transcrição. As unidades elaboradas foram organizadas em um documento no editor de texto *Word*. Desse modo, foram criados quadros para cada uma das entrevistas.

Os autores ressaltam critérios amparados na linguística para o recorte e construção das unidades, os domínios: léxico (ênfase nas palavras), sintático (disposição de palavras/frases nos discursos) e semântico (significação das palavras). Nesse viés, a pesquisa operou com a combinação desses domínios, como, por exemplo, a incidência de palavras nos discursos, assim como a semelhança de sentidos nas ideias. Além da análise por temas que surgiam das unidades. A inferência é uma marca nas pesquisas que tratam do discurso.

A unitarização requer a interpretação da leitura, feita das transcrições. Moraes e Galiuzzi (2016), colocam que nenhuma leitura é neutra, mas é orientada por teorias, seja de forma consciente ou inconsciente. É comum que um mesmo fragmento desperte diferentes leituras e interpretações de cada pessoa que tenha acesso. Nesse primeiro momento, a desorganização e a desconstrução são aspectos presentes, fazem parte do processo desorganizar para organizar e desconstruir para construir.

Caracterizada pela fragmentação no início, isso faz parte do ciclo proposto pela metodologia, que em síntese é o de desconstrução, reconstrução e comunicação. Portanto, não está desconectada da finalidade ou problema de pesquisa, mas é ligada à próxima fase, a categorização, se tiver em vista a totalidade das etapas do método.

Ao todo foram construídas cento e sessenta e cinco (165) unidades de significado (Apêndice A), que inclui a fragmentação das transcrições das entrevistas e a análise do PPC, realizada após a unitarização das primeiras. As entrevistas originaram cento e quarenta e duas (142) unidades e o PPC gerou vinte (20) unidades.

A pertinência de cada unidade está ligada aos temas que se intenciona explorar e nos objetivos da pesquisa. É um processo construído gradativamente à proporção que vamos nos aprofundando no material (Moraes, Galiuzzi, 2016). Certamente é um exercício difícil, pois à primeira vista tudo se revela interessante e relevante de ser abordado. No quadro 2 pode ser observado trechos de unidades geradas na leitura do PPC alinhada aos objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 2 - Unidades de significado geradas da análise do PPC

Objetivo específico 1		
Identificar as possibilidades de discussão das relações de gênero no Projeto Pedagógico de Curso (PPC)		
Código	Unidade empírica	Título
PPC06	(...) reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero , raça, cor, assegurando o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos .	Respeito e igualdade de oportunidade entre todos
PPC07	O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania , para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho.	Conquista dos direitos da cidadania
PDS02.2	Identidade de gênero e diversidade	Identidade de gênero e diversidade sexual

Fonte: elaborado pela própria autora (2024).

O quadro 2 revisita o pressuposto que utilizamos para analisar especificamente o PPC, direcionamos um olhar global para o documento, mas especificamente nos atentamos a dois aspectos, como a linguagem identificada no documento através da busca de menções a “gênero” relacionadas aos nossos estudos e nos conteúdos programáticos de todos os anos. Com base em Louro (1997, p.65): “(...) a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças”. Sendo então fundamental na composição curricular.

Os planos de cursos e conteúdos programáticos foram analisados em busca de elementos que orientassem as possibilidades da abordagem das relações de gênero. Em quatro das disciplinas totais, que são Geografia, Filosofia, História e Sociologia foram disciplinas que trazem questões que de forma indireta podem tratar sobre gênero, exceto a última, que apresentam em seu plano de forma mais direta e explícita.

Mesmo que sejam poucas as ocorrências, entendemos que existem temas que carregam implicitamente gênero, como as noções de cidadania, direitos humanos e igualdade, temas recorrentes no PPC. Cidadania é expressa dentre vários entendimentos, o de que todas as pessoas são iguais, pois possuem os mesmos direitos. Dagnino (1994) enfatiza a noção de uma nova cidadania, que está ligada a experiência dos movimentos sociais pela busca de conquista dos direitos, muitas delas em diálogo, como as organizações feministas em suas diferentes

vertentes e fases no Brasil, assim como os movimentos homossexuais, que décadas mais tarde se tornaria o LGBT, organizado nas referidas identidades Lésbica, Gays, Bissexuais e Transexuais.

Ainda consoante Dallari (1994), a noção de cidadania é imprecisa na Constituição brasileira, permitindo interpretações diversas para o significado do conceito. Contudo, mais do que os direitos e deveres que constitui a cidadania, os direitos fundamentais da pessoa humana estão, sem dúvidas, cima do Estado, independente que a pessoa seja considerada ou não cidadã.

Em relação às análises das transcrições das entrevistas, relacionamos aos objetivos específicos 2 da pesquisa, que pode ser conferido no quadro 4. Podemos identificar relatos, como: a de que o curso não aborda questões de gênero na estrutura do Projeto Político Pedagógico; a ideia de que estão presentes, mas não de forma explícita; e a de que o PPC deve ser neutro, não devendo mencionar questões a respeito de gênero.

Quadro 3 - Recorte das unidades das transcrições de entrevista alinhadas com o objetivo específico 2 da pesquisa.

Objetivo específico 2		
Investigar as percepções dos docentes em relação à abordagem de gênero nos currículos		
Código	Unidade empírica	Título
CNC7U6	Olha, eu sinceramente não vejo de uma forma explícita no PPC do curso . Eu vejo mais o esforço dos docentes para trazerem essas questões, para fazerem isso de maneira, digamos assim, não oficial, devido à demanda atual e às questões que acontecem dentro da sociedade.	Questões de gênero não estão explícitas no PPC do curso
CNC4U28	A mudança do PPC é algo urgente, necessário . Se não mudar o PPC do curso, por mais que os docentes sejam estimulados com piscinas, formação, orientação, muitos deles não se veem na obrigatoriedade de tocar no assunto.	Necessidade de mudança do PPC
CNT5U11	Agora, como coloca isso no PPC? Eu não sei. Até porque, pra mim, o PPC tem que ser geral, independente do tipo de sexo da pessoa . A gente foca em formar um profissional. Então, esse profissional é homem, ou mulher, ou gay, ou LGBTQIA+.	PPC tem que ser neutro/agênero

Fonte: elaborado pela própria autora (2024).

Convém mencionar que como dito anteriormente o total de unidades foi de cento e sessenta e cinco (165) ao todo, porém com o intuito de criação das primeiras categorias, as unidades foram classificadas conforme a semelhança de sentidos. No final, as unidades que originaram as primeiras categorias foram listadas abaixo, num total de sessenta e duas unidades (62)

Quadro 4 - Seleção final das unidades de análise geradas

Quant.	Unidades de significado
1	Respeito uns aos outros
2	Boa convivência
3	Bullying/desrespeito
4	Aceitação entre os pares
5	Educador precisa entender e respeitar
6	Manter uma distância ética
7	Ética traz a primazia pelo respeito com o diferente
8	Se sentir ofendido pelo diferente
9	O respeito começa na questão da opinião das pessoas
10	Preconceito entre discentes
11	Gênero enquanto identidade: alunos e alunas transgêneros
12	Falar sobre opção sexual, machismo, questões feministas
13	A questão do masculino/feminino
14	Cuidado ao falar de gênero
15	As questões de gênero são desvirtuadas pela falta de informação
16	Tipos de assédio
17	Gênero através das mídias/cotidiano
18	Gênero atravessando a instituição como um todo
19	Gênero como uma questão de inclusão
20	Falta de consciência sobre assédio/preconceito
21	A luta das mulheres pela busca do direito de igualdade
22	Papel igualitário entre os gêneros
23	Masculinidades e feminilidades
24	Ser homem e mulher não é uma questão biológica
25	Diversas mulheres

26	Despreparo dos servidores
27	Diversidade sexual causa espanto
28	Não aceitação vem de alguns profissionais
29	Professores com tendência conservadora
30	Preconceito na instituição é velado
31	As questões de gênero são desvirtuadas pela falta de informação
32	Muito preconceito ainda na instituição
33	Mundo do trabalho que os discentes irão encontrar
34	Papéis bem definidos e flexibilizados na sala de aula
35	Trabalho com as questões de gênero dentro da própria disciplina
36	Abordagens do papel da mulher na sociedade à época
37	Mediação em sala de aula
38	Esforço de alguns docentes
39	Linguagem
40	Ausência de clareza no PPC
41	Temas importantes falados apenas nas datas comemorativas
42	Falta de suporte e clareza nos documentos legais
43	A formação que o aluno traz de casa
44	As questões de gênero são desvirtuadas pela falta de informação
45	Formação que o aluno traz de casa
46	Ausência de formação continuada
47	Educar para sensibilizar
48	Educação sexual é pertinente
49	Meninas/Mulheres conhecerem os próprios direitos
50	Minimizar estrutura preconceituosa
51	Gênero como uma questão de inclusão
52	Respeito com pessoas de todos os gêneros
53	Não permitir que os alunos sofram bullying
54	Fortalecimento da identidade e autoestima das meninas/mulheres
55	Conhecimento de gênero como uma proteção
56	Presença de mulheres na construção civil
57	Questões de gênero são fundamentais para nomear violências
58	Discente como sujeito complexo
59	Educação mercadológica
60	Desconhecimento das bases do instituto pelo docente
61	Relações de trabalho são complexas
62	Desigualdades sociais, cidadania, direitos humanos

Fonte: elaborado pela própria autora (2024).

4.2 Unindo mundos: Entre o reconstituir e construir

A categorização é a fase de construir relações entre as unidades de significado produzidas na fase anterior. De acordo com o dicionário Michaelis, categorizar significa “Dispor, distribuir por categorias; classificar, ordenar”. Logo, essa etapa implica na organização das unidades a fim de que a análise se torne mais precisa, afinal essa é uma das funções da criação de um sistema de categorias.

O reconstituir está ligado aos sentidos, pois com a fragmentação os sentidos ficam isolados e tende naturalmente a uma descontextualização do todo. Envolve o uso de critérios que necessitam ser explicitados, em virtude de existirem modos de produção desse sistema.

O método pelo qual as categorias foram produzidas neste estudo foi pelo indutivo, indo do particular para o geral. Dessa maneira, as categorias não estão dadas à priori, mas emergiram no processo. Isso é resultado de uma constante impregnação nos materiais recortados, condição para que o novo possa emergir (Galiazzi; Moraes, 2016).

Indutivo, dedutivo ou intuitivo, Moraes e Galiazzi (2016) ressaltam que a intuição está presente em todo movimento analítico, para interpretar o fenômeno a intuição seria um dos elementos essenciais, que na ATD se inicia desde a descrição (Galiazzi; Souza, 2020). Os autores (Ibidem, p.1117) colocam “A descrição é o discurso que conduz pelas marcas à coisa. Conduz à singularidade da coisa que a distingue das outras, focando, então, no objeto mais do que em quem descreve”.

Seja à priori ou emergente, as categorias pressupõem teorias, à priori quando existe uma teoria explícita que orienta a compreensão do fenômeno e a emergente quando emerge da análise do *corpus*. A ancoragem nas bases teóricas e empíricas é uma forma de validação das categorias, ou seja, a interlocução com as vozes (Moraes e Galiazzi, 2016; Galiazzi e Souza, 2022).

Cada trabalho tem seu próprio sistema de categorias, o essencial é que independente do sistema estabelecido, este tenha validade, o que significa que categorias válidas possuem alguns atributos, de acordo com autores, como a capacidade das categorias de responderem ao problema de pesquisa proposto; a presença de teorização, seja da experiência dos sujeitos envolvidos, como da própria pessoa pesquisadora, no geral a que se constrói ao longo da pesquisa, ainda que existam teorias à priori. A depender do tipo de análise empreendida, predomina uma maior valorização para a subjetividade ou objetividade.

As unidades com sentidos e significados semelhantes foram classificadas paralelamente aos temas que emergiram. Ressaltamos, que um dos aspectos da ATD é o profundo vínculo

com a linguagem, que justifica o modo de operação com base dos sentidos e significados do discurso. Moraes e Galiazzi (2016, p. 29) afirmam: “O ser reside na linguagem. Esta é a sua casa. Investigar a linguagem é, portanto, investigar o próprio ser, tendo a fala o poder efetivo de traduzir a essência do ser e dos fenômenos”.

As categorias podem ser divididas em iniciais, intermediárias e finais. A elaboração foi composta pelo seguinte critério: a semelhança de sentidos das unidades de significado. Nessa primeira etapa, elaboramos doze (12) categorias iniciais, o quadro completo está no anexo C, porém abaixo no quadro 6 dispomos um recorte para exemplificar como ocorreu.

Quadro 5 - Categorias iniciais mapeadas

Unidades de significado	Categorias iniciais
Respeito uns aos outros	Respeito e Aceitação
Boa convivência	
Bullying/desrespeito	
Aceitação entre os pares	
Educador precisa entender e respeitar	
Manter uma distância ética	
Ética traz a primazia pelo respeito com o diferente	
Se sentir ofendido pelo diferente	
O respeito começa na questão da opinião das pessoas	
Preconceito entre discentes	
Gênero enquanto identidade: alunos e alunas transgêneros	Identidade de gênero e "opção sexual"
Falar sobre opção sexual, machismo, questões feministas	
A questão do masculino/feminino	
Cuidado ao falar de gênero	Masculinidades e feminilidades
As questões de gênero são desvirtuadas pela falta de informação	
Tipos de assédio	Assédios
Gênero através das mídias/cotidiano	
Gênero atravessando a instituição como um todo	Igualdade entre os gêneros
Gênero como uma questão de inclusão	
Falta de consciência sobre assédio/preconceito	Mulheres em sua diversidade
A luta das mulheres pela busca do direito de igualdade	
Papel igualitário entre os gêneros	
Masculinidades e feminilidades	
Ser homem e mulher não é uma questão biológica	
Diversas mulheres	

Fonte: elaborado pela própria autora (2024).

“Respeito e Aceitação” foram duas palavras expressivas nos diferentes contextos das falas dos colaboradores. A incidência dessas palavras gerou um tema, no qual as unidades

referentes a essa temática foram ordenadas. As outras cinco categorias dispostas, como “Identidade de gênero e ‘opção sexual’; masculinidades e feminilidades; assédios; igualdade entre os gêneros e mulheres em sua diversidade, também seguiram os mesmos critérios. Como descrito anteriormente, a homogeneidade, a qual é o seguimento dos mesmos critérios em todo o procedimento do sistema de categorias, foi considerada.

As categorias intermediárias foram criadas a partir da síntese das iniciais, de forma recursiva se atentando as unidades de significado. Bem como a categoria final, também exigiu um esforço de síntese das intermediárias. As categorias caminharam da precisão para uma menor imprecisão com a finalidade que fosse mais abrangente para que permitisse uma maior riqueza de compreensões. Ao final, elaboramos quatro (4) categorias intermediárias e uma (1) categoria final.

Quadro 6 - Todas as categorias elaboradas

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categoria final
Respeito e aceitação	Construindo tolerância: Respeito pelo diferente	A complexidade das questões de gênero nos caminhos de formação para o mundo do trabalho: Construindo pontes entre mundos
Identidade de gênero e "opção sexual"	Pluralidade de concepções de gênero	
Masculinidades e feminilidades		
Assédios		
Igualdade entre os gêneros		
Mulheres em sua diversidade		
Despreparo para lidar com a diversidade de sujeitos	Educar para sensibilizar: a diversidade é uma realidade	
Gênero em sala de aula: Diálogos com discentes	Entre ausências e presenças: Abordagem de questões de gênero como uma forma de preparar para a vida	
Desafios na abordagem das questões de gênero		
A Importância da abordagem de gênero sob a ótica docente		
Formar para além do mercado de trabalho		

Fonte: elaborado pela própria autora (2024).

Classificar requer o conhecimento de que a análise implica em escolhas teóricas e interpretações próprias de quem o faz, (Moraes; Galiuzzi, 2006). A pessoa pesquisadora precisa estar atenta à forma como concebe a realidade e os contextos de que parte, pois “cada pesquisador fala a partir de uma comunidade interpretativa distinta que configura, em seu modo especial, os componentes multiculturais, marcados pelo gênero, do ato da pesquisa” (Denzin; Lincoln, 2006, p.32).

Por isso, explicitamos que as categorias foram construídas sob a perspectiva teórica dos estudos de gênero, que nos ajudam a compreender que emergem masculinidades e feminilidades, ou seja, homem e mulher não representam categorias homogêneas, mas possuem especificidades como sexualidade, identidade étnico-racial, geração, classe e entre outras. No entanto, buscou-se evitar uma análise e interpretação que buscasse encaixar os dados obtidos, mas priorizar como os próprios colaboradores expressam suas percepções.

4.3 A expressão de novos mundos através da escrita

Os sistemas de unitarização e categorização foram etapas indispensáveis para o desenvolvimento de novas compreensões sobre os fenômenos investigados, propiciou estruturas para que essas compreensões surgissem, que se desenvolve com a produção textual e a comunicação. Nessa etapa, descrição, interpretação e argumentação estão ainda mais envolvidas.

Argumentar está diretamente ligado a explicitar as relações entre as categorias, faz parte de construir argumentos necessários à defesa de uma tese (Moraes, 2003). Escrever é condição necessária para elaborar os argumentos:

A argumentação tecida movimenta-se no sentido de construção de respostas plausíveis, verossímeis, à questão inicialmente formulada, isto é, o que está sendo dito é uma resposta possível, sem estatuto de verdade, sem ser considerada a única resposta possível (Galiuzzi; Lima; Ramos, p.625, 2020).

Produzir está ligado diretamente a escrever, nesse caso. Moraes e Galiuzzi (2016, p. 118). orientam que “Escrever é um exercício constante de modo que se refine e aprimore as análises, saber empregar as categorias construídas na análise para organizar a produção escrita é uma forma de atingir descrições e interpretações válidas dos fenômenos investigados”.

A prática da escrita condiciona ao aperfeiçoamento, pois à medida que praticamos, o processo vai se auto-organizando, os argumentos são gerados e apresentam cada vez mais fluidez, assim sendo o metatexto é composto por argumentos que giram em torno das categorias. Contudo, é necessário perder o medo de escrever.

Entendemos que a escrita é um processo naturalmente desafiador, ainda mais para determinados grupos, evidenciando questões de gênero e étnico-raciais. Não é difícil perceber quando olhamos para a história da colonização e escravidão em nosso continente. A presença forte ainda de uma superioridade eurocêntrica sobre a cultura de determinados povos em distintos ambientes, culminou em tentativas de silenciamento. As relações linguísticas estão imbricadas nesse processo (Veronelli, 2016).

Audre Lorde descreve que sua experiência de transformação do silêncio em linguagem, propiciou uma aproximação com outras mulheres em um exercício coletivo de romper com o silêncio, sendo um ato doloroso, mas essencial para a humanização e a transformação da realidade desses grupos. Escrever, para além de técnica, se torna um ato de coragem política por tornar nossa existência visível. Lorde expressa (2019, p.54): “Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará”.

Em relação às mulheres, Anzaldúa (2000) relata as dificuldades de as mulheres iniciarem processos de escrita, historicamente caracterizada pela frequente invisibilidade. Escrever, nesse sentido, é uma forma de registrar nossa autoria, que, para além de objetos de estudos, temos capacidade de teorizar. Moraes e Galiuzzi (2016) se conectam a essa concepção, uma vez que abordam que a pessoa pesquisadora, ao se envolver intensamente com a ATD passa por transformações:

Assim, no uso da Análise Textual Discursiva, ao mesmo tempo que atinge novas compreensões em relação aos fenômenos que investiga, o pesquisador sofre metamorfoses em seus entendimentos de ciência, em seus paradigmas e em suas convicções metodológicas (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 213).

A transformação que está no centro da experiência dessa metodologia carrega alguns preços, sendo a insegurança presente no caminhar. Ainda assim, os autores defendem que é no aprender a lidar com as incertezas dos caminhos da análise que permite um desenvolvimento com mais criatividade, a desconstrução não ocorrendo somente com os textos, mas com as próprias perspectivas de quem pesquisa.

Uma forma de validação desse exercício de teorizar a construção do Metatexto é a inclusão das falas dos sujeitos no texto, Moraes e Galiuzzi (2016, p.120) afirmam “As descrições precisam ser densas, com intensas ancoragens na realidade empírica. Isso garante, ao mesmo tempo, sua validade e contextualização”.

Em síntese, o produto é composto pelas interlocuções com os sujeitos da pesquisa, a interlocução empírica, etapa mais descritiva, juntamente com as categorias e subcategorias representadas no texto. Bem como, o diálogo com as teorias, que auxiliam no aprofundamento das análises e na interpretação dos dados.

Como resultado das análises empreendidas, produzimos o seguinte metatexto: “**A complexidade das questões de gênero nos caminhos de formação para o mundo do trabalho: Construindo pontes entre mundos**”.

Analisar fenômenos que envolvem questões de gênero no âmbito escolar é uma tarefa delicada, sobretudo nos currículos, pois cada discurso carrega camadas de convergências, divergências, inseguranças e incertezas. A pluralidade de concepções de gênero é uma das faces do desafio, que leva a procurar os elementos tidos como fixos, tais como masculino e feminino: “Quando é gênero masculino e feminino, né? (...) A gente tem muitos gêneros do LGBTQIAPN+”. (CNT5U1).

O masculino e feminino são pontos de referências, mas que na contemporaneidade assumem outras perspectivas: “(...) essa masculinidade que a gente chama, está realmente muito adoecida, o machismo está muito presente, e muitas vezes as meninas também agem de forma machista, agem de forma misógina, sem saber.” (CNC8U3).

Os discursos apontam que as identidades baseadas no sexo/gênero/desejo estão permeadas de dinamicidade, ainda que exista um imaginário geral acerca de homens e mulheres “tradicionais”, que seriam os indivíduos que minimamente atendem às expectativas sociais aos gêneros que foram designados antes mesmo do nascimento. Louro (2002, p.72), afirma: “Sem ignorar as representações de masculinidade e de feminilidade hegemônicas, é tempo de reconhecer os desafios postos pelas novas e múltiplas formas de ser homem e de ser mulher”.

Nesse sentido, existem diversos atravessamentos que constituem as identidades, como os marcadores que diferenciam os grupos, como as questões étnico-raciais, de sexualidade, de geração, classe e entre outras. Categorias sociais que auxiliam na compreensão da complexidade das desigualdades no sistema de relações (Zamboni, 2014). **Mulheres em sua diversidade** podem ser negras, brancas, indígenas; bissexuais, lésbicas, heterossexuais; idosas, adolescentes e etc.

O cenário político dos últimos anos, no qual houve um crescimento de negação da ciência e um maior acirramento de disputas em torno das questões que envolvem gênero², as reafirmações de masculinidades³ e feminilidades hegemônicas adicionam mais camadas de incompreensões nessas dimensões, elevando o preconceito e a intolerância na realidade brasileira.

Os desafios da abordagem de gênero no currículo são inúmeros, envolvem a formação inicial e continuada dos profissionais, a falta de suporte nos documentos legais quanto às orientações dessas abordagens, como nos próprios Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) conforme um dos nossos colaboradores:

A semana pedagógica deste ano, do início do ano, foi sobre inclusão. Então, ela tratou do aluno que é pessoa com deficiência. É uma área importante? Sim, é uma área importante. Mas por que não incluir a questão do gênero também na formação pedagógica? A questão do **respeito**, enfim, as várias áreas que podem ser tratadas em relação à questão do gênero. Então, é uma parte que pode ser trabalhada também com os docentes (CNC4U25).

Frisamos que esse posicionamento se assemelha ao de outros seis colaboradores, mas se verifica a presença de uma concepção nesse universo que apresenta contrapontos aos demais, como a defesa de uma neutralidade no PPC e o questionamento quanto à relevância de possíveis formações nos temas. Há o reconhecimento da função da instituição em acolher determinados grupos através do apoio psicológico/emocional, mas profissionalmente não haveria muitas ações a serem desenvolvidas na questão técnica:

Agora, como coloca isso no PPC? Eu não sei. Até porque, pra mim, o PPC tem que ser geral, independentemente do tipo de sexo da pessoa. A gente foca em formar um profissional. Então, esse profissional é homem, ou mulher, ou gay, ou LGBTQIAPN+. Ele vai sair daqui profissional. A forma como ele age, como ele se veste, isso aí vem desde criança. A gente não pode fazer muita coisa, não (CNT5U11).

Visões como essas são compreensíveis, tendo em vista que existem gerações distintas, questões religiosas, subjetividades moldadas por experiências próprias. Faz menos de 40 anos,

² Entre os anos de 2020 e 2021, a *Human Rights Watch* (Organização Internacional dos Direitos Humanos) realizou uma pesquisa que identificou mais de 200 projetos legislativos e leis contra a educação de gênero e sexualidade. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942#9010>

³ No primeiro ano da pandemia da COVID-2019, ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que usar máscara era “coisa de viado”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml>

por exemplo, que a Organização Mundial de Saúde (OMS), retirou a homossexualidade do rol de doenças ou transtornos mentais, reflexo de inúmeras lutas das décadas anteriores de despatologização dessa sexualidade. Apenas em 2019 que a OMS⁴ removeu da lista do código internacional de doenças o “transtorno de identidade de gênero”, como era caracterizada a transexualidade (OMS, 2019).

Por outra perspectiva, entendemos gênero e sexualidade como parte das demandas pela valorização e asseguramento de direitos às **diversidades sexuais e de gênero**. A diversidade parece uma realidade que causa mais espanto em servidoras/servidores da instituição do que entre estudantes: “Essa parte do espanto, essa parte de lidar com essas coisas como sendo não natural, vamos dizer assim, é mais de alguns profissionais que não aceitam, que não aceitam e já olham diferente” (CNC2U15).

Ao passo que, entre uma parte dos discentes, de acordo com alguns relatos também é possível identificar incômodos, pontualmente em relação a pessoas transgêneros, podemos perceber que no geral existe uma incompreensão quanto à identidade dessas pessoas. O primeiro relato é sobre um incômodo de uma discente e o segundo é um incômodo originado da experiência docente:

(...) certa vez, uma aluna do curso da Multi veio até mim pedindo providências porque ao entrar no banheiro feminino, se deparou com essa garota trans no banheiro e essa pessoa dizendo para mim que estava se sentindo ofendida, se sentiu desrespeitada e que eu tomasse providências. Pedi a ela que fosse agir, em que providências eu teria que tomar. Em algum momento lhe desrespeitou? Em algum momento lhe assediou? A resposta foi “não” (CNC6U15).

Eu não sei se é errado. Eu acho que é tipo assim, incerto. Por exemplo, a Maria (nome fictício), ela é uma menina. Só que ela tem pinto. E ela vai no banheiro das meninas. Assim, tem umas coisas que eu não sei como é que funciona. Então, pra mim, isso é incoerência. Só porque a pessoa tá vestida de mulher, tem o cabelo grande e usa batom, e vai lá no banheiro das meninas. (CNT5U6).

Identidade é um aspecto amplo, entretanto nesse caso a identidade de gênero, está relacionada ao modo como nos entendemos, para além das definições de masculinidade, feminilidade e neutralidade (Imani, 2023). Nem todas as pessoas se identificam com as expectativas sociais ao gênero que lhes foi atribuído muito antes de nascerem, como por exemplo, as pessoas transgêneros, a liberdade de expressão de gênero não é um direito que deve ser restringido as pessoas que fogem dessas normas (Butler, 2017). A reafirmação de valores

⁴ Nações Unidas. (2019). **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. Disponível em: [OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais | As Nações Unidas no Brasil](#)

personais por determinados grupos como se exclusivamente seus valores e crenças fossem legítimos não é um fator que deve estar acima da dignidade e liberdade das pessoas de exercerem seus direitos sobre seus próprios corpos.

Tendo isso em mente, reafirmamos a urgência da construção de práticas escolares que estejam fundamentadas na tolerância e no respeito para com as diferenças. A reivindicação da diferença como um direito reflete uma luta de movimentos sociais por uma concepção de cidadania mais alargada, ao contrário de uma reafirmação de que todos são iguais perante às leis em uma dimensão política formal, a diferença não seria na linha de obter privilégios, mas como afirma Dagnino (1994, p. 108): “A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal, o direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação”.

Levando em conta que cada pessoa possui valores, ideais, visões de mundos, é válida a ação de construir pontes entre esses mundos. A **ideia de tolerância e respeito** não sinaliza que temos que deixar de lado aspectos significativos à nossa existência, mas entendermos que existem outros aspectos consideráveis à existência de outras pessoas. Consoante Freire (1985, p.15): “Para mim, a nível político, a tolerância é a sabedoria ou a virtude de conviver com o diferente para poder brigar com o antagônico. Neste contexto, ela é uma virtude revolucionária e não liberal-conservadora”.

As ações orientadas por esses valores são fundamentais na orientação de práticas pedagógicas em uma formação humana integrada. **Educar para sensibilizar** é uma noção que ultrapassa os muros escolares e se liga diretamente ao mundo do trabalho. Assim como o preconceito de natureza diversa se faz estruturais, como o racismo, sexismo e entre outros. Lutar por práticas escolares que desconstruam preconceitos requer um empenho de criar condições de abertura a nível macro e micro da vida social (Junqueira, 2013).

A última etapa da educação básica, o ensino médio, possui uma relação conflituosa em torno de uma identidade, etapa frequentemente associada à preparação para o mercado de trabalho, sistema que não é neutro, ainda que os discursos meritocráticos reforcem que basta se esforçar para conseguir: “Hoje, o Instituto Federal talvez ainda tenha resguardado, ainda resquício, vamos dizer, da escola que só prepara pessoas para o mercado de trabalho” (CNC2U19). Discussão embasada por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) ao historicizar a constituição da integração entre ensino médio e técnico como componentes indissociáveis.

O mundo do trabalho não se resume ao mercado, mas é um sistema complexo de relações, atividades, normas, subjetividades e entre outros fatores que caracterizam a atividade

humana (Figaro, 2008). Por conseguinte, é fundamental que a **formação discente** seja concebida cotidianamente para **além do mercado de trabalho**, uma formação que englobe ferramentas teóricas de pensamento crítico e autonomia sobre esse mundo do trabalho que os sujeitos irão atuar, independente dessa pessoa seguir ou não a área de Edificações. A respeito dessa formação, um dos nossos colaboradores afirma:

É que ele precisa levar um conhecimento, não só um conhecimento técnico, matemático, o domínio de uma máquina, o domínio de computador. Ele precisa entender que ele vai se relacionar com pessoas diferentes, visões de mundo diferentes, diferentes concepções de religião e de sexualidade. Então ele precisa entender que ele não pode impor a sua visão de mundo. Ele tem que entender que nós vivemos num mundo diverso, um mundo heterogêneo. **O respeito ao diferente**, o respeito às pessoas, o respeito à hierarquia do mundo de trabalho (CNC6U12).

Reconhecer o gênero como um elemento importante que faz parte das outras dimensões da vida, como a ciência, a cultura e a tecnologia. De certo, uma concepção que está direcionada para uma formação humana integral, pois a abordagem de gênero relaciona-se intimamente com o conceito de justiça social proposto por Ball (2009, p.307): “(...) uma concepção ampla de questões de equidade, oportunidade e justiça”, aspectos significativos no enfrentamento de desigualdades sociais.

A dimensão da categoria gênero pode ser uma dessas ferramentas na construção de uma consciência crítica, os colaboradores oferecem pontos de vista no que concerne a **abordagem de gênero** baseada em suas próprias experiências de vida e/ou em sala de aula, a primeira como uma experiência pessoal em relação ao mundo do trabalho: “Então, foi a primeira vez que eu sofri **preconceito por ser mulher**. E ninguém me preparou para isso” (CNT1U6). A instituição escolar como um dos espaços por excelência na socialização dos sujeitos necessita assegurar um compromisso mais explícito na minimização de quaisquer formas de discriminação e respeito:

Tem muita mulher extremamente fora, e muitas vezes ela sofre feminicídio, e muitas vezes não sabe nem o que é isso. Sofre preconceito familiar, às vezes até no casamento e ela não entende. Então, muitas vezes essa base de informação tem que ser dada para ela dentro da escola, para que quando ela entre no **mercado de trabalho**, ela entenda (CNT3U18).

Ainda que esteja presente no PPC o reconhecimento de indivíduos independentes do gênero, é um ato político que precisa estar mais detalhado, porque existem movimentos políticos contra políticas/projetos educacionais que versam sobre gênero e diversidade sexual. Os próprios marcadores de linguagem identificados no documento revelam tensões, como a

predominância do masculino genérico, como: “auxiliar o **engenheiro civil** ou **arquiteto** (PPC01)”, ora um marcador inclusivo, embora binário: “trazer as experiências e vivências **dos/as educandos/as trabalhadores/as** (PPC02)”.

A manifestação das temáticas nas salas de aulas, nos conselhos de classes, nos corredores e entre outros espaços de socialização evidenciam que não existe uma imposição dos docentes, como alguns grupos defendem, a chamada “ideologia de gênero”, mas por conta da complexidade das relações sociais, a realidade de alguma forma se sobrepõe. Seja para quebrar o silêncio em relação a assédios, desigualdades históricas entre os gêneros, primordialmente continuidades e rupturas dos papéis exercidos por mulheres ao longo dos períodos históricos, questões da atualidade que envolvem masculinidades:

Hoje os meninos estão muito ligados agora na corrente, corrente não, não digo corrente, mas uma tendência que saiu agora, a chamada “*Red Pill*”. Como professor, eu sei, eles me falam o que é isso, seria a **postura do homem, o papel do homem**, por que o homem é isso, por que o homem é aquilo. Aonde você assiste? “Eu assisto aos podcasts”, porque são **firmados na ideia do homem como sendo superior**, como sendo, como eu posso dizer na verdade, é o que manda, ou é o **dominante por natureza**, e **a mulher a tendência dela é obedecer sempre a essa questão** (CNC2U4).

O gênero submerge nos discursos como uma forma de preparar os alunos para a vida, ou seja, ter condições para se posicionar diante das desigualdades, discriminações e violências de gênero existentes, seja em ambientes domésticos e escolares, seja por meio de manifestações de bullying, por exemplo. O ambiente de trabalho não está isento, principalmente na área da construção civil, para as/os jovens que pretendem seguir na carreira.

Alguns discursos ressaltam a contribuição da abordagem de gênero para o mundo de trabalho das Edificações “A edificação retratando um papel igualitário entre os gêneros”. Porque na edificação ainda se tem aquela ideia de que o homem tem que estar no campo da obra e a mulher deve exercer apenas funções administrativas ou mais burocráticas” (CNC4U11).

A abordagem da presença das mulheres na área da construção civil aparece como um aspecto que poderia ser incluído na formação, a elaboração de eventos com profissionais dessa área, os quais pudessem ter profissionais convidados para falar desses desafios:

(...) então tem que abordar isso, muito **a presença da mulher na construção civil** como ensinar as meninas a serem chefes de peões é um sofrimento que a gente passa na obra você tem sempre que manter uma postura, você não pode brincar você não pode se relaxar porque aí já vem outras questões que você

precisa comandar porque elas precisam aceitar o seu comando. As meninas sofrem muito isso, às vezes elas desistem do canteiro de obras, vão trabalhar no escritório projeto e tal, porque aquela convivência ali não deu certo porque o que elas mandam fazer, o que elas dizem para fazer, o cara diz que não sabe de nada (CNT1U15).

Não somente das mulheres, mas similarmente pontuar que existe uma diversidade de gênero e sexualidade, por ser possível construir um universo de possibilidades que as/os discentes podem alcançar, como o seguimento em determinadas carreiras independentemente dos desafios aos papéis de gênero que essas profissões e/ou áreas ainda representem:

Na questão do gênero, no caso de ser uma mulher, uma mulher transgênera, sei lá, em obra. Existe, sofre preconceito, sofre, mas aí vai depender dela e da condição dela, da imposição dela ter os resultados que hoje as mulheres têm e que alcançaram por conta da sua imposição. Isso aí, claro, mas o preconceito existe e é muito. É grande (CNT3U13).

Esse posicionamento de que para seguir na área, se deve sustentar toda uma postura para que sejam levadas com seriedade no exercício de suas funções é um traço forte do sexismo presente nessas áreas. A presença da abordagem de gênero nos currículos de modo interdisciplinar é um ponto basilar para os primeiros passos de uma mudança naturalmente paulatina:

As questões de gênero certamente vão fortalecer a identidade, a autoestima delas, então elas vão saber reconhecer os abusos e vão saber se defender, diferentemente talvez de meninas e meninos que não tenham acesso a isso e assumam cargos de chefia, mas sejam tratadas socialmente de forma mais subalterna, rebaixada (CNC8U8).

A interdisciplinaridade é uma das ferramentas propostas no currículo integrado. Está presente, portanto, na concepção pedagógica do PPC e é colocada como uma das formas de trabalho para o problema da fragmentação dos conhecimentos. Ao tratar do tema, Frigotto (2010) aborda os desafios da interdisciplinaridade no trabalho pedagógico, já que a formação docente não a contempla.

Refletindo na forma como as disciplinas e conteúdos escolares estão organizados. A dualidade educacional se traduz nessa divisão de conhecimento também, principalmente entre os conteúdos considerados da formação geral e os da área técnica ou também nas áreas de ciências humanas e as de ciências exatas:

:

Temas como esse, às vezes fica até vontade de no conselho de classe se estabelecer uma problemática e a gente ter atenção, **pelo menos a gente de humanas** fica assim, à disposição do que foi coletado de um resultado de um problema, vindo ali, discutido no conselho de classe, a gente leva para trabalhar (CNC2U14).

Conhecer as questões de gênero não é um papel exclusivo de docentes da área de humanas, porém das demais áreas também. A abordagem interdisciplinar pode ser compreendida como uma ponte entre as áreas, uma forma de interagir com múltiplas áreas partindo de uma mesma problemática ou recorte comum, visto que temas complexos como gênero e diversidade sexual exigem uma compreensão multifacetada.

As disciplinas de Filosofia, História, Sociologia e Geografia, logo, carregam em seus conteúdos as possibilidades de abordagem de gênero em diversas temáticas, pois as discriminações de quaisquer naturezas ferem o asseguramento do respeito e do direito à dignidade humana (ONU, 1979).

A proposta de uma formação humana integral pode fazer parte dos caminhos de formação para o mundo do trabalho: “Eu acho que a contribuição que se dá hoje às disciplinas para a formação humana integral do aluno é percebendo e jogando e conversando com ele o caminhar dele. Como é um processo de formação humana integral, eu acho que cada um tem o seu aporte” (C2U26).

Diante disso, face à complexidade de abordar questões de gênero, reafirmamos a necessidade de uma abordagem explícita nos documentos, bem como asseguramento de formação continuada para que o pessoal docente e o corpo pedagógico construam coletivamente um arcabouço para lidar com as questões que emergem do cotidiano. Dessa forma, contribuindo para uma formação humana integrada de profissionais formados e em formação na área técnica, mais do que uma habilitação técnica, mas é composta pelo desenvolvimento da compreensão e análises críticas do contexto social de produções dos sujeitos e de determinadas profissões/áreas.

Pensando em fornecer subsídios para a formação continuada dos docentes em gênero e diversidade sexual, elaboramos um produto educacional com a finalidade de proporcionar reflexões e desenvolver uma consciência crítica, de modo a construir uma formação humana integrada. No próximo capítulo, você poderá ter dimensão do processo de construção desse produto.

5 O PRODUTO EDUCACIONAL – Guia para Mundos Possíveis: Formação docente e Gênero no técnico de nível médio no IFAM

Neste capítulo tratamos do percurso metodológico de desenvolvimento do produto educacional intitulado “Formação docente e Gênero: Desafios e possibilidades no ensino técnico de nível médio no IFAM”.

A elaboração de materiais educacionais é uma obrigatoriedade que faz parte dos cursos de mestrados e doutorados profissionais. O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT pertencente à Área de Ensino corresponde à Área 46 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Um dos aspectos dessa área é o foco na produção e aplicação real das produções educacionais para além da elaboração da dissertação ou tese, bem como a avaliação desses materiais. A busca por atender as demandas e necessidades sociais e educacionais gerais ou específicas é um dos intuítos dos programas de pós-graduação da área de ensino.

A ficha de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) define produto educacional como um processo que nasce a partir de uma pesquisa, tendo como base solucionar um problema ou lançar luz sobre alguma questão relacionada à prática profissional, podendo ser um produto físico ou virtual (Brasil, 2019).

O Produto Educacional – PE pode ser palpável ou não, um serviço, um processo ou atividade. Os tipos de produtos podem ser diversos, alguns exemplos elencados pela CAPES são: materiais didáticos, desenvolvimento de *software*, um evento organizado, manual/protocolo, carta/mapa, curadoria de mostras e exposições, entre outros.

Contudo, para além de uma forma, esses produtos precisam ser pensados de uma maneira que proporcione facilidade no ensino-aprendizagem em alguma dimensão (Kaplún, 2003), para adquirir dimensões formativas na sua totalidade. A relevância será atribuída pelo público-alvo para o qual o produto foi elaborado, avaliado conforme o atendimento às necessidades do público.

Existe ainda a avaliação feita pela CAPES dos programas de pós-graduação da área, que dispõe de critérios referentes às produções feitas, como a aderência, ou seja, o alinhamento das produções às linhas de pesquisa dos programas; o impacto, a aplicabilidade, a inovação e a complexidade. Internamente, cada critério é definido por classificações, como baixo, médio e alto teor (Brasil, 2019).

É imprescindível que o material seja elaborado de modo a enriquecer a experiência de aprendizagem em algum nível, já que existem diversos materiais que não necessariamente

foram pensados com finalidades propriamente educativas, mas cumpre a função dependendo da forma como serão utilizados (Kaplún, 2003).

5.1 Fundamentos teóricos-metodológicos da construção do guia

Para construir o produto educacional foram fundamentais os eixos propostos por Kaplún (2002, 2003) na elaboração de materiais educativos, bem como as contribuições de autoras e autores, que também possuem ancoragem no referido autor, como Freitas (2021) e Leite (2018), que promovem reflexões que ampliam a visão sobre a concepção dos produtos. Partimos dos três eixos colocados por Kaplún (2002), o eixo conceitual, pedagógico e comunicacional.

O eixo conceitual requer primeiramente dois tipos de pesquisa, a diagnóstica e a temática. A primeira ressalta a importância de conhecer as necessidades dos destinatários do material sobre a temática que se está investigando. Para tanto, deve igualmente existir uma pesquisa aprofundada sobre a temática. O momento inicial da elaboração do material ou mensagem educativa requer esses dois tipos de investigação, que proporcionam a base para o desenvolvimento dos demais eixos.

O eixo pedagógico é definido como um caminho que a pessoa pesquisadora precisa traçar para que o material em construção seja de fato educativo, para que se configure como uma possibilidade de aprendizagem para o público pensar ou repensar seus conceitos em relação à temática proposta. É crucial enfatizar o processo que envolve a construção e desconstrução de ideias necessárias para proporcionar a aprendizagem, não à destruição delas (Kaplún, 2003). Por sua vez, esse eixo seria a proposta de metodologia do material (Freitas, 2021).

O eixo comunicacional é o aspecto que exige um maior processo de criatividade por abranger as diversas formas de linguagem, que necessita de diálogo com o eixo pedagógico. Pode envolver a produção de histórias com uma criação própria de uma narrativa e personagens, os usos do humor (Kaplún, 2003). Desse modo, o objetivo é apresentar a temática de gênero de modo que o conhecimento possa ser apropriado. Para isso, uma linguagem acessível e clara é fundamental.

As etapas de desenvolvimento do material englobam:

- 1- Pesquisa temática: Aprofundamento nos temas e conteúdo a serem abordados;
- 2- Pesquisa diagnóstica: A coleta de dados possibilitou identificar as principais demandas dos próprios docentes;

3-Elaboração de um plano: definição de objetivos, conteúdos programáticos, perguntas norteadoras, base para a construção dos módulos;

4-Desenvolvimento dos módulos: escrita dos conteúdos, a divisão das seções e subseções, os materiais complementares que iriam compor o material, *hiperlinks*.

5-Construção do *design* na plataforma *Canva*, que contou com recursos gratuitos e pagos. Processo conduzido pela própria pesquisadora.

Durante o trabalho de coleta e análise de dados, os temas que mais apareceram foram: as dificuldades de diferenciar identidade de gênero e orientação afetiva sexual; a diversidade como um aspecto da realidade discente; a ênfase no respeito e tolerância; a ausência de formação continuada em gênero e diversidade sexual; as desigualdades baseadas no gênero e violências, como assédios e feminicídios, temas que salientam a necessidade de abordar gênero no contexto institucional, mais especificamente nas práticas curriculares.

Devido às nuances de cada tema e ao nível de complexidade, delimitamos os conteúdos. Nossa meta foi proporcionar ao público-alvo a abordagem de uma compreensão da complexidade das questões de gênero na educação profissional técnica de nível médio na forma integrada. No geral, consideramos os seguintes fatores para a organização do conteúdo: a) interesse do público-alvo; b) complexidade da temática; c) divisão em níveis de conhecimento e contextualização.

A princípio, a intenção de um guia didático despertou algumas inquietações, a dúvida se um guia atenderia às necessidades diagnosticadas, dado que a ideia de “guia” e “didático” traz a expectativa de um manual de orientações, como “faça isso” ou “faça aquilo”. Tratar de gênero e diversidade sexual requer um olhar multifacetado dos desafios, que nos faz pensar que não existem caminhos simples e definitivos para temas sensíveis. Araújo (2006, p.64) traz alguns dos desafios na produção de materiais educativos:

A cena social e discursiva que a maioria estabelece está formada por um pólo que sabe e tem a prerrogativa de ensinar e outro pólo que necessita aprender. Porém, uma comunicação tem mais chances de dar certo quando os interlocutores reconhecem como legítimos os lugares de fala de cada um.

A produção de um material é caracterizada por uma produção ampla de sentidos, que se entrelaçam com sentidos de circulação e recepção do material. A interlocução é formada por camadas que englobam fatores individuais e sociais. Produzir um material, se ativa essa rede

de interlocução, porque cada indivíduo terá uma experiência de aprendizado (Ruiz et al., 2014; Araújo, 2006).

Tendo em vista que materiais educativos podem assumir esse enfoque pouco dialógica e mais impositiva de uma determinada concepção. Buscamos nortear o guia sob a perspectiva dialógica (Freire, 1967; hooks, 2013), pois como esperar que os docentes elaborem atividades com os discentes sem antes ter uma reflexão sobre as temáticas? Então, as perguntas norteadoras propostas no Guia perpassam sua estruturação.

O autoquestionamento faz parte de uma dimensão fundamental de construção de novas práticas educativas, considerando que reflexão crítica faz parte da prática docente, bem como a curiosidade, o reconhecimento da experiência de que aprender não se esgota, a aceitação do diferente e a construção da autonomia e ética nas relações (Freire, 1996).

Para nortear esse autoquestionamento foram feitos os roteiros ao fim de cada seção, uma sugestão que surgiu de um Curso e Oficina intitulado “Mulheres na Investigação Científica” ministrado pela doutoranda e mestre em Ensino Tecnológico – PPGET IFAM, Maria Izaíra da Silva, durante essa atividade a professora sugeriu a construção de roteiros para compor o produto, o propósito seria o de oferecer suporte teórico para crítica e autocrítica, pilares significativos no pensamento feminista para desestabilizar racionalidades baseadas em hierarquias (Louro, 1997).

O “Guia para Mundos Possíveis: Formação docente e Gênero no técnico de nível médio no IFAM” se alinha como um todo ao desenvolvimento dos objetivos da pesquisa, uma vez que buscamos um enfoque nas percepções docentes, analisar possibilidades no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações de abordagem de gênero, bem como em Resoluções do Instituto Federal.

A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos na EPT”, enfoque no currículo integrado, especificamente o macroprojeto 5 de “Organização do currículo integrado na EPT”, caracterizada por projetos de pesquisa voltados para trabalhar aspectos da organização e planejamento do currículo, tendo em vista a interdisciplinaridade e a articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

5.2 Descrição do produto educacional

O Guia é configurado como produto do tipo material escrito. Objetiva ser um subsídio para formação continuada docente em relação às questões de gênero na EPT no currículo integrado. O material tem como propósito ser um ponto de partida para as reflexões docentes

em relação à temática. Não somente, mas como é um material voltado para a formação, os pedagogos e pedagogas também podem se apropriar como para o desenvolvimento de formações para os docentes e interessados em compreender como gênero perpassa o ambiente institucional.

O produto educacional se faz necessário pela ausência de materiais voltados para a formação continuada docente e da comunidade em âmbito institucional das questões de gênero e diversidade sexual. A Resolução Nº 052/CONSUP/IFAM, que trata das Políticas de Ações Afirmativas no âmbito do IFAM evidencia a necessidade de formação contínua para toda a comunidade que faz parte da Instituição e a construção de diretrizes que combate quaisquer preconceitos voltado para o gênero e orientações afetivo-sexuais. Tendo isso em mente, estruturamos o Guia de modo que contemplasse a legislação existente acerca do tema.

O material é composto pelas seguintes seções principais: Apresentação do Guia; introdução; do que se trata gênero; apresenta elementos fundamentais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada; elementos fundamentais; os pressupostos do currículo integrado; aborda o planejamento de atividades, conta com sugestões de atividades a serem realizadas interdisciplinarmente; apresenta ações desenvolvidas por outros Institutos Federais na promoção de uma educação alinhada a abordagem de gênero e diversidade sexual.

As seções complementares foram organizadas em: “Você sabia?” que traz informações que buscam despertar o interesse para a temática e também uma informação pouco conhecida; a seção “Saiba mais” traz sugestões de leituras, documentário, *podcasts* e vídeos que podem ser acessados via *hiperlinks* disponíveis com o desígnio de enriquecer a experiência; “Para se inspirar” apresenta figuras femininas que contribuíram para a história nos seus respectivos campos de atuação.

Esses recursos são fundamentais para estimular o letramento sobre um determinado tema em diferentes linguagens e mídias, que abrangem a comunicação verbal quanto não verbais, como vídeos e *podcasts*. Na formação docente continuada, os recursos selecionados possuem a função de ampliar as condições para uma compreensão crítica e reflexiva (Castro *et al.*, 2021).

A identidade visual do referido Guia conta com ícones, ilustrações, imagens e uma paleta de cores, que se evidencia com efeitos de tinta, que assim como uma pintura, o tema abordado apresenta muitas camadas. O processo criativo de uma obra é permeado por muitas nuances, desde a criação até a sua recepção. A capa está exposta na figura 3:

Figura 4 - Capa do produto educacional



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

5.3 Avaliação e análise do guia como um produto educacional

A validação dos produtos educacionais pelos destinatários é uma etapa fundamental estabelecida pela CAPES, é um modo de verificar a aceitação, eficácia e satisfação do público ao material produzido. Diante disso, foi elaborado um questionário através do *Google Forms* com dezessete perguntas, que tiveram como base os eixos propostos por Leite (2018), como:

- a) Estética e organização do material educativo (avaliar se o Guia é visualmente agradável e organização equilibrada);
- b) Capítulos do material educativo (avaliar se os módulos possuem coerência, clareza e coesão);
- c) Estilo de escrita apresentado no material educativo (avaliar se a linguagem do material é clara e acessível);
- d) Conteúdo apresentado no material educativo (avaliar se o conteúdo é apresentado de forma compreensível e se consegue sensibilizar);
- e) Propostas didáticas apresentadas no material educativo (avaliar a viabilidade e aplicabilidades das propostas; a eficiência dos recursos propostos);
- f) Criticidade apresentada no material educativo (avaliar se o guia consegue ser um subsídio para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas)

Assim que o questionário ficou pronto (Apêndice D), a versão teste do produto educacional “Guia para Mundos Possíveis: Formação docente e Gênero no técnico de nível médio no IFAM” foi disponibilizada em formato PDF (*Portable Document Format*) em uma pasta do *Google Drive* visível para que qualquer pessoa com o *link* pudesse ter acesso.

Os convidados tiveram aproximadamente vinte dias para retornar com o questionário. Dos dezesseis convidados, ao todo, 10 pessoas responderam. Desses 10 participantes, 30% possuem Doutorado, 30% Mestrado, 30% Especialização e 10% Graduação. Portanto, o público está predominantemente na pós-graduação, pois mesmo os que optaram por especialização e graduação estão cursando mestrado. Cumpre mencionar que entre esses participantes, estão duas especialistas nos estudos de gênero e sexualidade.

Quanto à atuação, 80% é atuante na Rede Federal de Ensino e os outros 20% estão distribuídos em docente em Instituição de Ensino Superior (IES) ou na condição de discente de mestrado, sem exercício profissional na área educacional no período analisado. 60% estão

distribuídos como docentes do IFAM, outros docentes do Instituto Federal de Sergipe e IES (20%), Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) e discente do mestrado (20%).

Para realizar a análise das respostas obtidas utilizamos uma escala do tipo *Likert* para mensurar o nível de concordância do público para com o guia elaborado. Essa técnica de análise de estudos qualitativos tem como intuito de quantificar percepções e é amplamente utilizada no campo educacional (Josh *et al.*, 2015).

A escala adotada está distribuída em 1 – Não, 2 – Pouco, 3 – Parcialmente, 4 – Sim e 5 – Muito. Para análise, calculamos a tendência central (moda e média) – que permite identificar o consenso do grupo e a distribuição das respostas. A moda destacou as respostas mais frequentes, enquanto a média como um complemento, percebemos o quanto essa última é sensível a amostras menores. De modo geral, as três são importantes para assimilar a magnitude de todas as respostas. Além das respostas numéricas, também coletamos os comentários livres do público via espaço disponível para críticas, elogios e sugestões.

A moda é o valor que mais se repete nas respostas, por exemplo, 70% (7 pessoas) escolheram a nota 4 e 30% escolheram a nota 5. Logo, a moda é 4, a nota mais frequente em uma escala 5. Enquanto a média é a soma de todas as respostas dividida pelo número total de participantes. Mediante esses dados, a média é calculada da seguinte maneira:

$$Média = \frac{(7 \times 4) + (3 \times 5)}{10} = \frac{28 + 15}{10} = \frac{43}{10} = 4,3$$

Como uma forma de classificar os comentários das seções, foram criadas as seguintes categorias: elogios (exclusivamente aspectos positivos), mista (elogio+crítica ou crítica+sugestão), crítica específica (somente críticas sem sugestões) e sugestão (propostas de melhorias). As perguntas foram organizadas por seções, a seção 1 aborda a estética e a organização do produto, permitindo a avaliação da atratividade e a organização da estrutura. O quadro 7 sintetizou os dados quantitativos e os qualitativos.

Os dados revelam uma tendência positiva, equivalendo às opções “Sim” e “Muito”. Destaque para a nota 4, que obteve 70% de indicação de concordância, enquanto 30% escolheram 5 (nota máxima), refletindo máxima adesão. A média de 4,3 da estética indica que, embora o material tenha sido bem recebido, existiram aspectos que demandaram ajustes, por exemplo, as cores tiveram destaque nos elogios (3), porém não foi unânime (“Gostei muito da estética do Guia, porém nas páginas 31, 39, 44, cuja página parece um caderno as marcações

coloridas do lado esquerdo desagradou à minha visão. Sugestão é somente retirar essas marcações coloridas” – av.8).

Quadro 7 - Amostra de dados da estética e organização

Questão	Dados quantitativos	Comentários
1. Estética estimulante e adequada	Média: 4,3 Moda: 4 70% nota 4 e 30% nota 5	Elogio (av.2, av.4, av.10) Mista (av.6, av.8, av.9) Crítica específica Sugestão (av.7)
2. Organização é equilibrada	Média: 4,1 Moda: 4 50% nota 4; 30% nota 5 e 20% nota 3	

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Enquanto um comentário destacou “Uma beleza de estilo, de escolha das imagens etc” – av.4), outro refletiu a necessidade de incluir mais ilustrações no material “Questão 1. O uso de ilustrações (imagens, diagramas) em maior medida enriqueceria ainda mais o Produto Educacional (PE) [...] – av.9”. A sugestão revela um dos aspectos essenciais do eixo comunicacional de um material, que fundamentam e elucidam pontos de vistas e significados (Cordeiro, Altoé, 2021). Diante disso, como um modo de tornar mais próximo de situações reais, integramos mais imagens à linguagem verbal.

No tocante às ilustrações foram considerados os princípios que norteiam a produção de materiais didáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), atendendo aos princípios de promoção à imagem de mulheres em diferentes profissões e espaços, abordagem de gênero, incluindo o enfrentamento às violências e discriminações contra pessoas LGBTQIA+ (Brasil, 2017).

Em relação à organização do material, uma das lacunas mais significativas apontadas foram a ausência de proporção do primeiro módulo (um número menor de páginas) em relação aos demais e o sumário:

Av.7: (...) Na apresentação do Guia destaca-se que serão apresentados em 4 módulos, mas fiquei na dúvida se o item Boas práticas faz parte do quarto módulo, se é um outro módulo. Talvez seria interessante colocar a numeração dos módulos e o número da página vir ao lado.

Av.9: Questão 2. Deve-se evidenciar o que é módulo ou seção no Sumário, pois não está compreensível. Além disso, o módulo sobre gênero conta apenas com 12 páginas de um total de 70. Embora o conceito de gênero perpassasse por todo o PE, essa desproporção não é interessante.

Para garantir coerência, foi necessário redesenhar a organização do conteúdo, o que foi consideravelmente complexo. A tarefa consistiu em rever a estrutura e disposição dos conteúdos, maior aprofundamento e exemplos de conceitos fundamentais, subsidiada por uma maior revisão bibliográfica.

Sobre a quantidade de páginas, tivemos perspectivas diferentes, enquanto um comentário destacou a objetividade do material: “O produto educacional é **objetivo** e de fácil entendimento. As sugestões de leitura e vídeos são incríveis, o PE busca expandir sobre o tema. Excelente! – av.10”. Outro expressa: “Acredito no grande potencial deste produto, mas acredito que ele poderia ser mais **sucinto**. Sugestão para título da Unidade 1 - Contextualizando Gênero – av6”. Em outra seção:

Av6: Acredito no grande potencial deste produto, mas pontuo que ele poderia ser mais sucinto, ele ficou grande, e por ser grande, pode ficar disperso em um momento de formação, uma vez que na prática docente, os momentos são pensados durante 4 horas. Fiquei curiosa para saber o tempo estimado para percorrer o guia/ formação, foi testado? Acredito que poderia sinalizar o tempo previsto.

Essas percepções foram vitais para identificar a necessidade de esclarecer os pressupostos temporais da nossa proposta, pois compreendemos que as formações de curta duração fazem parte das experiências mais comuns de formação docente, atendendo a objetivos distintos e possuem seu próprio valor. Contudo, a nossa proposta se fundamenta em uma visão de longo prazo a ser explorada de modo contínuo e reflexivo.

90% dos participantes avaliaram que o material pode ser utilizado como um material de formação continuada, validando seu propósito principal. Ao passo que a pesquisa se insere no campo da organização curricular, o material propõe uma reflexão sobre as próprias práticas. Ademais, a sugestão indica que o guia possui potencial adaptativo para outros tipos de formações, como oficinas e minicursos.

É relevante destacar que existem modelos de formação docente dependendo do ponto de partida teórico, como de uma racionalidade prática ou racionalidade crítica. No primeiro, existe uma priorização da reflexão sobre a prática, no segundo, para além da prática, existe um maior foco na transformação das próprias estruturas sociais (Pereira, Zeichner, 2012). A

abordagem de gênero como uma ferramenta política capaz de romper com lógicas de desigualdade no espaço escolar e para além dele.

Para avaliar se os módulos apresentavam lógica interna e conexão entre si para o público-alvo, tivemos como resultados os dados no quadro 8. As médias obtidas sugerem que os módulos que compõem o Guia possuem coerência e coesão, porém indica que melhorias significativas precisaram ser feitas para o material alcançar um número maior de consensos.

Uma crítica específica foi “Penso que se demora para citar a comunidade LGBTQIA+ – av.4”. Nos ajustes, citamos a comunidade desde o primeiro módulo, anteriormente a menção para além da apresentação, ocorria somente no segundo módulo, quando apresentávamos o tópico “Identidade de gênero”. Para isso, reorganizamos as seções e subseções.

Quadro 8 - Amostra de dados dos módulos do Guia

Questão	Dados quantitativos	Comentários
3. Os módulos são interligados e coerentes	Média: 4,2 Moda: 4 80% nota 4 e 20% nota 5	Elogio (av.10) Mista (av.7, av.9) Crítica específica (av.4) Sugestão (av.8)
4. A sequência dos módulos, seções e subseções apresenta clareza e coesão	Média: 4,1 Moda: 4 90% nota 4 e 10% nota 5	

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Percebemos uma divergência de perspectivas na avaliação do módulo 2 de EPTNM na forma integrada. Por haver elogios ressaltando a importância dessa seção, outro destacou que a seção poderia ser remanejada para a dissertação:

Av.10: Capítulo 2 explica o que o trabalho tem a ver com a EPT, onde destaca uma formação humana integral e primordial para sociedade, pois é fundamental pra formar um cidadão crítico.

Av. 9: Os módulos estão desproporcionais, conforme dito anteriormente. O conteúdo do módulo 2 até a página 31 poderia ser remanejado para a Dissertação e retirado do PE.

Apesar de alguns participantes considerarem o módulo crucial, compreendemos que existiu a necessidade de reestruturação. Optou-se por mais imagens reais associadas aos

princípios educativos dessa modalidade de educação e pela permanência do módulo, já que abordar a concepção pedagógica da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio é importante para situar a reflexão das práticas docentes:

Av.8: No módulo 2, para o leitor que não conhece as bases da EPT não fica muito claro. Senti um pouco solto os conceitos e explicação sobre FHI e os princípios norteadores da EPT. Pode ser que com o Roteiro 2 fique mais claro a concepção e o motivo pelo qual esses princípios são importantes.

O comentário sinalizou que a escrita a respeito dos princípios norteadores da modalidade poderia ser em maior medida explícita e articulada, a fim de facilitar a compreensão pelo público-alvo. Para atender a essa demanda, reformulamos a seção teórica, como a menção a dois marcos fundamentais da discussão da formação humana integrada. A avaliação específica da percepção geral do estilo de escrita no material obteve um alto grau de concordância com uma média de 4,6, como pode ser observado no quadro 9.

Quadro 9 - Amostra de dados da escrita

Questão	Dados quantitativos	Comentários
5. Apresenta conceitos técnicos em linguagem clara	Média: 4,6 Moda: 4 60% nota 4 e 40% nota 5	Elogio (av.10) Mista (av.4, av.8) Crítica específica Sugestão (av.9)

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Apesar de alta satisfação, foi imprescindível reescrever determinadas partes do material para que os conteúdos tivessem mais conexão e clareza devido aos comentários:

Av.4: Há por vezes uma confusão entre sexo e gênero. Ver página 36. Na página 41, autoras muito importantes usam a expressão Divisão sexual do trabalho, mas por que não se trata de uma divisão de gênero? o que você pensa sobre isso?

Av.9: Precisa realizar uma revisão ortográfica. Sugiro ainda mais aprofundamento e exemplos, quando possível.

A escrita está diretamente relacionada ao aprofundamento dos conteúdos, avaliamos se os conteúdos atendiam às necessidades docentes e se conseguiam sensibilizar para o desenvolvimento de novas práticas docentes, observável no quadro 10. O guia teve uma

recepção moderada no tocante à sensibilização, sinalizando que houve uma sensibilização maior para determinados participantes, elevando a necessidade de ajustes para ampliar a sensibilização, 20% dos comentários sugeriu mais exemplos para haver uma maior sensibilização:

Av.6: O processo de sensibilização é interno, por isso, é necessário sempre buscar compreender o outro dentro da sua diversidade. Acrescentaria no produto, um tópico avaliativo para que quem participasse da formação escrevesse sobre esse processo.

Justamente por compreender que a sensibilização é uma parte de um movimento que envolve: “informação, conhecimento e também desejo e disposição política” (Louro, 1997, p.121), o material é um ponto de partida ao oferecer suporte para pensar conceitos, legitimar a diversidade de experiências e estimular a autorreflexão. Diante disso, o material cumpre seu papel de ponto de partida, ainda que não tenha atingido a excelência, indicando a importância de mais exemplos reais e aprofundamento para conseguir criar uma conexão maior com o público-alvo.

Quadro 10 - Dados da amostra do conteúdo apresentado

Questão	Dados quantitativos	Comentários
6. Contribui para a compreensão da complexidade das questões de gênero	Média: 4,3 Moda: 4 70% nota 4 e 30% nota 5	Elogio (av.2, av.10) Mista (av.6, av.8, av.9) Crítica específica Sugestão
7. Sensibiliza o público sobre o tema abordado	Média: 4,1 Moda: 5 40% nota 5, 30% nota 4 e 30% nota 3	

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Foi avaliado se as sugestões propostas eram aplicáveis e os recursos eficazes no aprofundamento dos conteúdos, sendo alguns dos aspectos expressivamente mais satisfatórios mediante aos dados coletados no quadro 11. A média de 4,6 sugere uma recepção altamente positiva: “As propostas auxiliam na reflexão e aplicação no planejamento docente. Muito bom! – av.9”.

As propostas e recursos foram os dois aspectos que tiveram uma frequência de 5, sugerindo plena concordância entre os participantes. Uma das sugestões feitas para aprimorar essa seção foi a seguinte:

Av. 8: Poderia ter linkado a pesquisa como princípio pedagógico nas atividades. Está implícito nas proposições esse princípio. Mas seria bom ressaltar nas orientações das atividades quando couber.

Para atender a essa demanda foi realizada a inclusão de um texto que relaciona cada atividade proposta ao princípio pedagógico da pesquisa. De fato, como apontado, esse princípio estava subjacente às proposições metodológicas, especialmente na ênfase à participação ativa dos docentes e estudantes na concretização dessas propostas. Demo (p.44) defende “Quem sabe dialogar com a realidade de modo crítico e criativo faz da pesquisa condição de vida, progresso e cidadania”. Portanto, o estímulo a formações continuadas que apontem o ato de pesquisar como uma ferramenta de construção e socialização de conhecimentos na redução de desigualdades no espaço escolar.

Demo (p.44), defende: “Quem sabe dialogar com a realidade de modo crítico e criativo faz da pesquisa condição de vida, progresso e cidadania”. Portanto, o estímulo a formações continuadas que apontem o ato de pesquisar como uma ferramenta de construção e socialização de conhecimentos na redução de desigualdades no espaço escolar.

Quadro 11 - Amostra de dados das propostas didáticas apresentadas

Questão	Dados quantitativos	Comentários
8. As propostas didáticas são aplicáveis e viáveis	Média: 4,4 Moda: 5 50% nota 5, 40% nota 4 e 10% nota 3	Elogio (av.6, av.9 av.10) Mista
9. Os recursos propostos enriquecem a compreensão e aprendizado do público-alvo	Média: 4,6 Moda: 5 60% nota 5, 40% nota 4	Crítica específica Sugestão (av.8)

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

No que se refere à linguagem do material, a escrita foi considerada acessível por grande parte dos participantes. Agora, como estruturante da organização na introdução de conceitos, aplicação e apropriação dos conhecimentos de forma crítica, existiu uma dispersão moderada

com uma média de 4,1, sinalizando que uma ausência maior de exemplos e esquemas didáticos impactou na recepção.

Classificado como um auxílio no desenvolvimento de práticas docentes mais inclusivas, ao mesmo tempo, é reconhecido pela sua capacidade inovadora: 70% do público atribui nota 4 a essa característica. Essa pontuação reflete que o material é viável à experimentação. Conforme indica o comentário:

Av.9: O material é inovador, pois apresenta conceitos e caminhos. Uma sugestão é diminuir a quantidade de assuntos para privilegiar os que permanecerem abordando-os com mais embasamento. Entendo a escolha em criar um material mais panorâmico, mas essa escolha compromete o aprofundamento e apropriação de conceitos.

A partir desse comentário, entendemos que o material atingiu seu propósito de construir caminhos possibilitando que novas práticas para a abordagem de gênero possam ser pensadas como um movimento fundamental na consolidação de uma formação humana integrada, não só para discentes, como também entre os próprios docentes.

Quadro 12 - Amostra de dados da criticidade do material

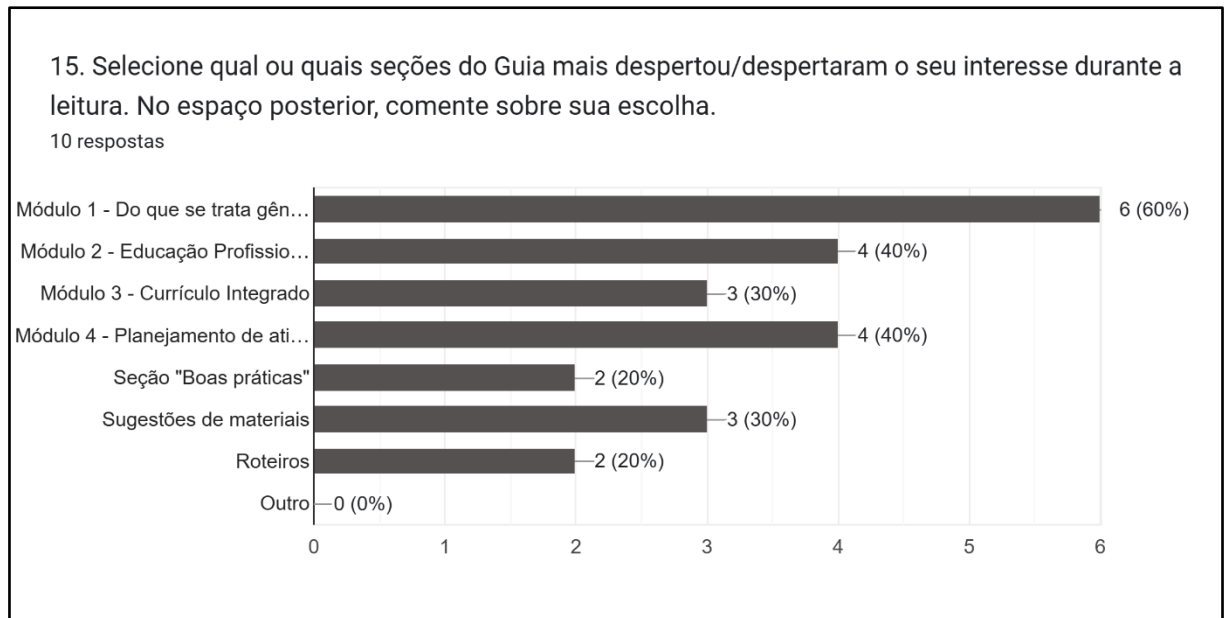
Questão	Dados quantitativos	Comentários
10. Contribui para um ponto de partida em suas reflexões	Média: 4,4 Moda: 4 60% nota 4, 40% nota 5	Elogio (av.10) Mista (av.6. av.8) Crítica específica Sugestão
11. É um subsídio para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas quanto às questões de gênero	Média: 4,3 Moda: 4 70% nota 4, 30% nota 5	
12. É inovador e adequado para as necessidades e desafios do seu contexto profissional	Média: 4,1 Moda: 4 70% nota 4, 20% nota 5 e 10% nota 3	
13. Permite a introdução a conceitos, aplicação e apropriação dos conhecimentos de forma crítica	Média: 4,1 Moda: 4 70% nota 4, 20% nota 5 e 10% nota 3	

14. Pode ser utilizado como material de formação continuada	Média: 4,3 Moda: 4 50% nota 4, 40% nota 4 e 10% nota 3	
---	--	--

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Por fim, foi avaliado quais módulos ou seções os participantes mais gostaram no Guia. O módulo 1, que aborda de forma específica sobre as questões de gênero, foi o mais bem avaliado, considerado atrativo e informativo. No entanto, as críticas ao módulo giraram em torno de que os conteúdos deveriam ter um aprofundamento maior (1) e mais exemplos (3). No gráfico 3 pode ser observada mais detalhadamente as seções que mais despertaram interesse pelo público.

Figura 5 – Percentual de interesse do público nas seções do guia



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Os dois módulos mais bem avaliados depois do módulo 1 foram o 2 e 4, o último considerado o de maior contextualização prática, “Por ser um módulo que sugere aplicações no contexto da sala de aula, foi o que mais me despertou o interesse – av.8”. Em seguida o módulo 3 e as sugestões de materiais chamaram atenção, “O Currículo Integrado me despertou maior interesse, porque acredito que esse seja a grande dificuldade que é a integração entre as disciplinas – av.8”.

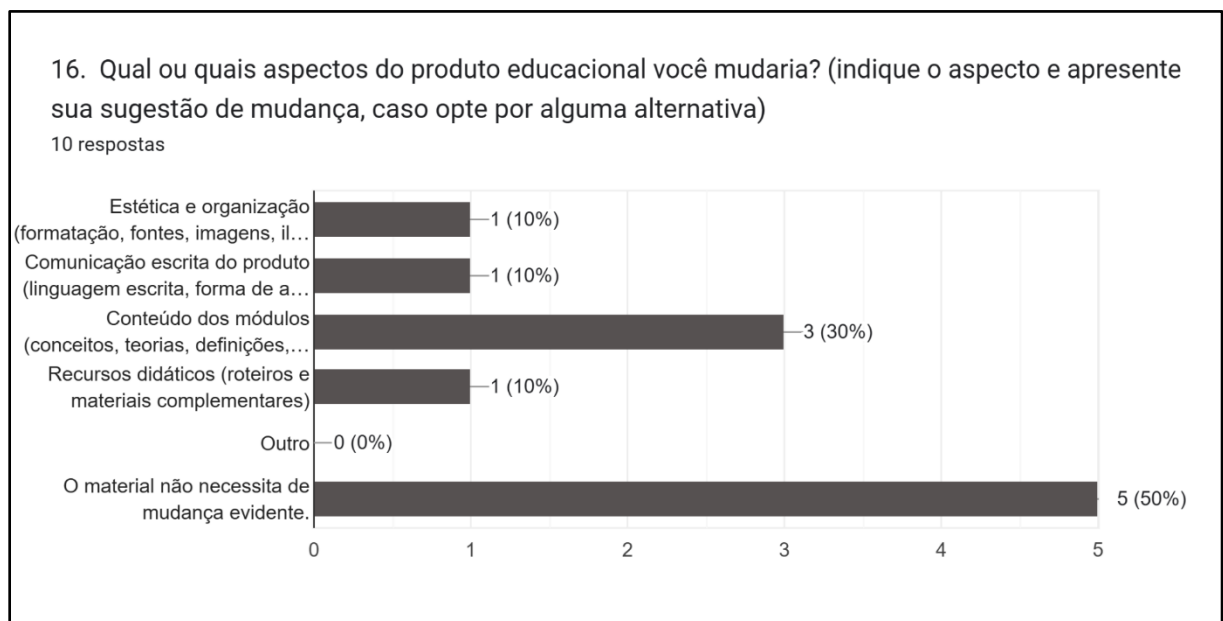
A seção “Boas práticas” e os roteiros apresentaram uma fragilidade na avaliação quantitativa, embora existam comentários positivos em relação aos últimos, “(...) A seção de Roteiros porque oferece uma sugestão para entender melhor e, ao mesmo tempo, instiga o

educador por meio das perguntas – av.7” e “(...) Pode ser que com o Roteiro 2 fique mais claro a concepção e o motivo pelo qual esses princípios são importantes – av.8”.

Diante disso, a seção “Boas práticas” foi repensada e realocada no módulo 2 de EPNTM. Anteriormente posicionada no final do Guia, a seção foi integrada após a apresentação de uma legislação específica do IFAM, criando uma relação de sentido mais coerente: primeiro, a contextualização do marco legal; em seguida, os exemplos concretos de boas práticas adotadas em outros Institutos Federais.

Identificamos os aspectos principais do material que mais demandaram ajustes conforme o público, que pode ser conferido no gráfico 4.

Figura 6 - Percentual de mudanças sugeridas pelo público no guia



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Dos participantes avaliaram o material 50% afirmaram não necessitar de mudanças evidentes, “O Produto Educacional não precisa de mudanças fundamentais. As sugestões sobre as impressões e de mudança foram pontuais e já descritas anteriormente – av.8”. Por outro lado, 30% dos participantes indicam fragilidades na estrutura dos conteúdos:

Av.9: Faria a escolha de reduzir a quantidade de temas e abordaria com maior aprofundamento os temas selecionados tendo como foco principal a situação da mulher em um mundo regulado pelo binarismo de gênero. Senti falta de conceitos como: machismo, misoginia, violência de gênero, patriarcado.

Embora reconheçamos a importância central das discussões com enfoque na situação da mulher, optamos por uma abordagem mais ampla, que dialogue com as múltiplas experiências de gênero e sexualidades presentes na fase da pesquisa de campo. A sugestão foi cuidadosamente considerada, pois buscamos apresentar o machismo/misoginia de um modo mais amplo, o sexismo e a violência de gênero como um problema que não se limita à mulher/homem, mas se expressa de formas específicas contra pessoas LGBTQIAPN+. Outro comentário dialoga com essa questão:

Av2: Acrescentaria ou substituiria: estatísticas sobre a presença de mulheres LGBTQIAP+ em cursos técnicos, barreiras enfrentadas por estudantes em função do gênero e identidade, estratégias com dinâmicas para tornar a sala de aula mais inclusiva, exemplos de boas práticas em escolas técnicas e Institutos Federais.

No atual cenário, as estatísticas oficiais da presença de pessoas LGBTQIAPN+ em diferentes segmentos da sociedade ainda são uma lacuna, salvo por ONGs, plataformas e associações. No Brasil, ainda não há um sistema que colete esses dados no contexto escolar, um sintoma do quanto há ausência de políticas públicas para esses grupos. A numerosa produção acadêmica e dos movimentos sociais evidenciam os inúmeros problemas que essas populações enfrentam no cotidiano.

Estudos regionais, como no mapeamento do IFRN em 22 campi (2021), apontam que dos 360 respondentes LGBTQIAPN+, estudantes em sua maioria do ensino médio integrado, 58,30% já afirmaram ter sofrido violência psicológica no campus por expressar sua orientação sexual (Nogueira, Cavalcanti, Cavalcante, 2021).

Em relação às estratégias com dinâmicas para sala de aula mais inclusivas, foram destacadas no módulo 2 três aspectos, o primeiro deles é o de respeito ao nome social (no caso de pessoas transgênero e travestis) é fundamental, considerando que ainda existe um certo estranhamento ao chamar alguém pelo nome social e pronome correspondente. Utilizar o nome social é reconhecer e visibilizar a existência de alguém. Como ressalta a psicóloga Cássia Andrade Bonato (2022): “Pessoas trans sentem sua identidade negada o tempo todo e ter que ficar repetindo e lutando por algo que é tão simples, como um nome ou um pronome, é violento e adoecedor” (apud IF SUDESTE MG, 2022).

Perguntar e utilizar o pronome de tratamento são ações de fortalecimento de uma sala que combata desigualdades e hierarquias de qualquer natureza, são estratégias que se apresentam como caminhos, não como estratégias fechadas e impostas. Zabala (1998) define

esses conteúdos como atitudinais, envolvendo valores, normas e atitudes, destacando a reflexão pessoal e coletiva dos docentes, gestores e toda comunidade escolar.

Outro comentário bem apontou uma inconsistência nos conceitos apresentados de gênero e sexo, podendo ser visualizado a seguir:

Av4: A expressão “ideologia de gênero” é um termo cunhado no âmbito católico". É verdade, porém isto se difundiu muito por conta dos evangélicos, em especial, os neo-pentecostais.

O gênero é designado conforme os órgãos genitais externos e internos. Não foi isso que você disse anteriormente. Essa afirmação de que gênero = órgãos genitais contraria os conceitos de cunho social que você utilizou anteriormente. Órgãos genitais definem o sexo do ponto de vista biológico, não?

Mulheres e meninas ocupam 57,9% das matrículas na EPT (INEP, 2023)." a segregação por curso é forte. se isto não é mostrado pode parecer que as meninas estão bem na EPT e só se complicam lá fora, no trabalho!

As ponderações foram fundamentais para identificarmos as incoerências conceituais e esclarecermos as diferenças entre sexo e gênero, conforme nossa concepção teórica sobre os estudos de gênero ancorada em Scott (1995, 2012) e Butler (2018) ao interpretar gênero e sexo como categorias abertas, longe de reforçar determinismos e hierarquias de gênero.

Como resultado, reavaliamos a estrutura dos conteúdos e os apresentamos com maior profundidade no primeiro módulo. Além de ter contribuído para um olhar mais crítico, essa crítica quanto aos dados estatísticos na EPT cruza-se com outros estudos que abordam a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho e nos cursos de ensino superior na área CTEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática).

Por último, a revisão do texto foi um dos aspectos mais sugeridos, na atividade 1 da seção de sugestões de atividades, utilizamos a sigla LGBTQIAPN+ ao invés de LGBT. O comentário seguinte nos auxiliou a revisão dessa inconsistência:

Av6: **Como este produto ainda será publicado, acredito que pode ampliar a nomenclatura do grupo LGBT para informação**, acrescentar um *forms* como um perfil de avaliação da aprendizagem, uma sugestão de possíveis recursos para registrar a escrita. Também precisa fazer uma revisão geral, acrescentar as traduções em inglês no título, descrição técnica e apresentação.

As outras melhorias foram sugeridas na Estética e organização; comunicação escrita do produto e recursos. O material foi aprimorado com base nas sugestões destacadas,

reconhecendo, porém que para incorporar integralmente essas demandas e ajustes mais pontuais, seria necessária uma amostra maior e avaliação contínua.

Como última questão a ser avaliada, questionamos à disposição do público-alvo de utilizar o Guia, obtemos 60% sim, nota 4 a 40% muito, nota 5, sugerindo uma aceitação significativa e que realizando os ajustes indicados pode aumentar a adesão inicial, uma vez que possui um potencial relevante para o contexto produzido.

6 REFLEXÕES FINAIS PARA PENSAR EM MUNDOS POSSÍVEIS

Este estudo partiu da seguinte questão: De que forma as discussões de gênero no currículo integrado, com foco no curso de técnico na forma integrada em Edificações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no estado do Amazonas, Campus Manaus Centro, pode contribuir para uma formação humana integral? Ao longo da pesquisa buscamos compreender como o gênero se apresenta no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações e sob a perspectiva dos docentes.

A principal contribuição deste trabalho foi evidenciar as percepções dos docentes sobre o tema, ainda pouco mapeado no próprio IFAM, oferecendo novos entendimentos de como gênero atravessa o ensino, revelando a presença das questões de gênero no cotidiano da instituição, aparecendo nos relatos docentes, como: discentes que fazem parte de diversidade de gênero e sexualidade, reprodução de desigualdades nos discursos entre os próprios discentes e/ou servidores, a discussão de algum tema em sala de aula, ainda que com enfoque nas mulheres. O trabalho de campo evocou inúmeras representações, sendo perceptível um cuidado ao falar sobre o tema.

Além dessas percepções, a análise revelou que a atitude de respeito se concretiza em ações informais, como diálogos que reforçam a valorização para com a diversidade de gênero e sexualidade, uma atenção maior a conflitos entre discentes que trazem à tona o reforço de estereótipos de gênero. Essas práticas não formalizadas, frutos do cotidiano são evidências da marca do gênero no cotidiano escolar e também da importância do diálogo com os discentes.

Reconhecemos o esforço e dedicação desses profissionais, que com a própria experiência e sensibilidade lidam com essas questões cotidianas. Contudo, a falta de suporte estrutural indica um grande impacto, traduzido através da ausência de formações continuadas para esse grupo e para a toda comunidade escolar.

A respeito das possibilidades de discussão de gênero no PPC do curso, identificamos através da linguagem do documento, em alguns momentos, uma linguagem mais inclusiva, que contempla mais a experiência humana, ao invés da centralidade no masculino. No entanto, é preciso avançar na clareza e concretude dessas ações, uma vez que as falas dos docentes enfatizam a necessidade de discussões sobre as temáticas amparadas na identidade de cada curso.

Tivemos como apoio os anseios e sugestões dos colaboradores para construir o guia “Guia para Mundos Possíveis: Formação Docente e Gênero no técnico de nível médio do

IFAM”, para ser utilizado por docentes/pedagogos e demais interessados no tema. O produto tem como finalidade proporcionar reflexões acerca das questões de gênero no ensino médio integrado, visando uma formação mais crítica e consciente das questões de gênero. Sendo este um ponto central para uma formação continuada, a reflexão sobre a prática mediante recursos teóricos e práticos.

Enxergamos esse guia como uma ponte que reconhece os desafios da abordagem de gênero no espaço escolar, mas, valoriza simultaneamente as possibilidades de construir práticas mais inclusivas calcadas no gênero como formação humana integrada que considera a diversidade das experiências humanas.

Embora a pesquisa ofereça contribuições relevantes, vale sublinhar algumas limitações, como a proporção da amostra de participantes, porque apenas 3 docentes do núcleo técnico do curso de Edificações aceitaram participar. Assim, essa limitação pode ser um sintoma de como as discussões de gênero são ainda associadas às disciplinas de ciências humanas e sociais, dificultando a própria integração entre as disciplinas.

Um dos desafios que impactou foi a dificuldade de diálogo entre os departamentos responsáveis pelo contato dos docentes, se mostrando uma estrutura rígida e pouco acessível, podendo ser vista como um reflexo da própria compartimentalização dos saberes. Isso chama a atenção para que, para existir integração entre as disciplinas, é essencial romper com essa lógica que reforça a fragmentação disciplinar e estabelece quais conteúdos são considerados mais pertinentes.

O caminho da pesquisa exige flexibilidade e abertura às mudanças, principalmente durante a pesquisa de campo, as “questões de gênero” que o trabalho mais se concentrava eram inicialmente voltadas para os papéis e estereótipos associados aos gêneros com reflexos no mundo do trabalho, entendendo a pluralidade desse campo. Contudo, uma percepção central identificada no trabalho de coleta foram questões envolvendo a identidade de gênero e orientação sexual, carecendo de uma menção mais clara à população LGBTQIAPN+.

A adoção de uma postura mais aberta também permitiu que os colaboradores se sentissem à vontade para expressar suas percepções partindo de suas próprias experiências, o que gerou dúvidas entre alguns participantes, se eles de fato estavam contribuindo para a pesquisa. Esse modelo permitiu um conjunto rico de percepções que podemos reunir em categorias consoante a Análise Textual Discursiva (ATD), que através da desordem inicial fez emergir novas relações nos fenômenos estudados (Moraes, Galiuzzi, 2020).

A própria riqueza de percepção nos faz refletir sobre a potencialidade de abordagens que o gênero carrega, além de destacar a relevância desse trabalho para a valorização da

diversidade das experiências humanas, sendo a escola um espaço mais plural. Para além da inclusão nos projetos pedagógicos de curso, a instituição necessita assumir um posicionamento central na garantia de ações contra a discriminação de gênero e sexualidade, a exemplo de outros Institutos Federais, que possuem na sua materialidade os núcleos de estudos de gênero e sexualidade.

Uma das conquistas centrais desta pesquisa é conectar a abordagem de gênero a uma forma de preparar para a vida, conseqüentemente para o mundo do trabalho. Podendo estimular a autonomia dos estudantes e posicionamento diante das inúmeras desigualdades que constituem a realidade social, sobretudo as que se concentram no trabalho. Para tanto, reiteramos a necessidade de mudanças curriculares e o cumprimento das políticas de afirmação em âmbito institucional para o fortalecimento de um espaço mais democrático.

A caminhada de pesquisar gênero assume particularidades, que no espaço escolar é potencializada devido ao pânico moral em torno das temáticas de gênero e sexualidade, visto que ainda são consideradas temáticas marginais (Cavalcante; Esperança, 2025). Desse modo, a escolha metodológica da Análise Textual Discursiva nos convoca a nos posicionar como sujeitos autores, capazes de interpretar e reconstruir discursos.

Este trabalho não apenas discutiu questões de gênero e sexualidade, mas foi igualmente atravessado por elas, como quando uma vez em uma apresentação nas aulas do mestrado, ao trazer sobre gênero no currículo, um docente apontou a “neutralidade do currículo”, que não tinha gênero, em virtude de o documento vir direto do Ministério da Educação (MEC). Conforme essa lógica, o tema não poderia ser objeto de pesquisa.

Esse episódio, embora breve, traz à tona a urgência de proporcionar formações críticas e contínuas para que se possa pensar a dimensão política que perpassam os currículos, pois os lugares ainda secundarizados relegados às temáticas de gênero, sexualidade, raça e entre outros temas parte de uma lógica que naturaliza a reprodução de desigualdades.

A pesquisa oferece um leque de outros caminhos que podem ser explorados, como afirma Evaristo (2021) “O importante não é você ser a primeira ou o primeiro, o importante é você abrir caminhos”, com base nisso uma recomendação seria investigar gênero e sexualidade do ponto de vista dos discentes, temas específicos como a LGBTfobia ou sexismo na instituição ou no estágio dos cursos técnicos. Seria interessante a aplicação de oficinas e minicursos de letramento às temáticas e intervenções pedagógicas.

A experiência de produzir a escrita de um trabalho é atravessada por processos como nascimento, amadurecimento, morte e renascimento, perpassando desde o micro ao macro da existência da pesquisa e de quem pesquisa. Considerar o gênero como parte inerente de uma

formação humana integrada está no cerce do trabalho, nos convocando e convidando a consolidar como uma atitude diante do mundo. Como resultado, construir formações e currículos que integrem gênero e sexualidade não é uma benevolência ou concessão, mas o cumprimento de políticas afirmativas e um compromisso ético-político.

REFERÊNCIAS

- ALLAIN, Clara. JUDITH BUTLER ESCREVE SOBRE SUA TEORIA DE GÊNERO E O ATAQUE SOFRIDO NO BRASIL. Folha de São Paulo, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 113, p. 51-64, jul. 2001. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TwVDtwynCDrc5VHvGG9hzDw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 23 out. 2024.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Grupo A, 2006. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536315584/>. Acesso em: 06 ago. 2024.
- ARAUJO, E. R.; OLIVEIRA, J. C. P.; Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de Gênero: uma breve retrospectiva da trajetória da educação feminina no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1 , n. 22, p. 1-14, e13139, Maio. 2022. ISSN 2447-1801. Disponível: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13139/3292>. Acesso em: 4 jul.2023.
- ARAÚJO, I. **Materiais educativos e produção de sentidos na intervenção social**. In: MONTEIRO, S.S., VARGAS, E.P. Educação, Comunicação e Tecnologia Educacional: interfaces com o campo da saúde, p. 49-70. Editora Fiocruz, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/9n7jy/pdf/monteiro-9788575415337.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- ARROYO, M. A educação profissional e tecnológica nos interroga. Que interrogações? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 5-18, 2019. DOI: 10.36524/profsept.v3i1.374. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/374>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- BERGAMO, Monica. Máscara é ‘coisa de viado’, dizia Bolsonaro na frente de visitas. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml> . Acesso em: 22 ago. 2023.
- BRASIL, CAPES. Documento de Área – Ensino. Brasília, 2019.
- BRASIL, CAPES. Ficha de Avaliação - Programas Acadêmicos e Profissionais. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. PNLD 2018: língua portuguesa – guia de livros didáticos – Ensino Médio/Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: https://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2017/pnld_2017_lingua-portuguesa.pdf . Acesso em: 30 maio. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº01/2021. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, janeiro/2021. Disponível em: [RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 - DOU - Imprenshttps://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578a](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578a) Nacional. Acesso em: 11 jun. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2019.

CASTRO, Nadia S. Estima de; Oliveira, Elisa L.; STOCHERO, Cleusa M P.; et al. Modelos de Análise e Elaboração de Materiais Didáticos. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. pág. 47. ISBN 9786556901251. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901251/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

CAVALCANTE, Lidiany; ESPERANÇA, C. Ângelo. Trajetórias de pesquisas e estudos LGBTQIA+ no Amazonas: experiências, vivências e aprendizados. In: **PLENÁRIA MANAUARA LIVRE LGBTQIA+**, 2025. Manaus: UFAM, 16 maio 2025.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 27 fev. 2024.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado**. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COELHO, Lúgia Martha Coimbra da Costa. História(s) da educação integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 21, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2420/2159>. Acesso em: 08 abr. 2024.

CORDEIRO, Robson Vinicius; ALTOÉ, Renan Oliveira. Fatores comunicacionais para elaboração de produtos/processos educativos em Programas Profissionais de Pós-graduação na área de Ensino/Educação em Ciências e Matemática: reflexões emergentes e em movimento. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, Belém, v. 17, n. 39, p. 253-270, dez. 2021. ISSN 2317-5125. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/11627>>. Acesso em: 30 maio 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/amazrecm.v17i39.11627>.

CONCEIÇÃO EVARISTO. Roda Viva. [S. l.: s. n.], 2021.1 vídeo (97 min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://youtu.be/O2bxQJH-Plk?si=b-3cPCJy6OytFGHz> . Acesso em: 30 jun. 2024.

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania”. In: Evelina Dagnino (org.). **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, pp.103-115, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Ser cidadão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 61-64, set. 1984. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sR7vnFr5NCszBPdYwk8BZnm/?lang=pt#>. Acesso em: 21 set. 2024.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41. Disponível em: https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/686522/mod_resource/content/1/1-A_disciplina_e_a_Pratica_da_Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 19 fev.2024.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986>. Acesso em: 8 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Rony. PRODUTOS EDUCACIONAIS NA ÁREA DE ENSINO DA CAPES: O QUE HÁ ALÉM DA FORMA? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimento**. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FRIGOTTO, G. A INTERDISCIPLINARIDADE COMO NECESSIDADE E COMO PROBLEMA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS. **Ideação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. p.41–62, 2010. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 14 out. 2024.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de**

desenvolvimento. Rio de Janeiro: Uerj Lpp, 2018. p. 249-267. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

GALIAZZI, Maria do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. E-book. p.161. ISBN 9786586074192. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586074192/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

GALIAZZI, Maria do C.; SOUSA, Robson Simplicio de. **Análise textual discursiva: uma ampliação de horizontes.** (Coleção educação nas ciências). Ijuí: Editora Unijuí, 2022. E-book.. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541903196/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

GALIAZZI, Maria do Carmo; LIMA, Valderez Marina do Rosário; RAMOS, Maurivan Güntzel. A fusão de horizontes na análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 8, n. 19, p. 610–640, 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/371>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio de. O QUE É ISSO QUE SE MOSTRA: O FENÔMENO NA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA?. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1167–1184, 2020. DOI: 10.7867/1809-0354.2020v15n4p1167-1184. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8384>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GIL, Antonio C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book.. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latina-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUSMÃO, Lucy Lany Ribeiro; TRINDADE, Deilson do Carmo. As questões de gênero na educação profissional técnica de nível médio na forma integrada. *In: LACERDA JUNIOR, José Cavalcante; SOUZA, Jeanne Moreira de; SALAZAR, Deuzilene Marques. Revisões Sistemáticas na EPT: Múltiplos Olhares*. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2024. Disponível em: https://www.poisson.com.br/livros/individuais/Revisoes_Sistematicas_EPT/. Acesso em: 23 abr. 2023.

HIRATA, H. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, [S. l.], v. 11, n. 21, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8854>. Acesso em: 13 ago. 2024.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, [s. l.], p. 139–156, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2024.

HIRATA, Helena; KEAGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Acesso em: 11 jun. 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da Liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. “Tenho medo, esse era o objetivo deles” Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942#9010> . Acesso em: 11 jun. 2023.

IF SUDESTE MG. INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS GERAIS. Uso do nome social: saiba mais sobre marcos legais e importância. 2022. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/conheca-o-caminho-da-legislacao-sobre-o-uso-do-nome-social> DESTE MG. Acesso em: 30 maio.2025.

IFAM. Missão e visão. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/instituicao/missao-e-visao>. Acesso em: 07 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MANAUS CENTRO. **Projeto pedagógico de curso técnico de nível médio em edificações na forma integrada**. Manaus: IFAM – Campus Manaus Centro, 2020. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/guia-de-cursos/ppc#CMC> . Acesso em: 28 jun. 2025.

IMANI, Blair. **Leia isso e aprenda**: sobre raça, classe, gênero, deficiência e muito mais. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2023. E-book. p.147. ISBN 9788550819532. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550819532/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

JOSHI, A. et al. Likert Scale: Explored and Explained. *British Journal of Applied Science & Technology*, v. 7, n. 4, p. 396–403, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276394797_Likert_Scale_Explored_and_Explained. Acesso em: 22. mai. 2025. jul. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. A educação frente à diferença/diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 23, n. 44, p. 162–181, 2013. DOI: 10.18675/1981-8106.vol23.n44.p162-181. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7966>. Acesso em: 2 out. 2024.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, v.27, p. 46 – 60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 30. out. 2023.

LEITE, P.S.C. Produtos educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: VII CONGRESSO IBERO AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA. **Anais [...]**. Atas CIAIQ v.1, p. 330-339, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. A História(Oral) da educação: algumas reflexões. **Em Aberto**, Distrito Federal, v. 9, n. 47, p. 21-28, set. 1990. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/190>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176 p. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023. Ltda. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 05

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

MACEDO, Alice Casimiro; LOPES, Elizabeth. In: MACEDO, Alice Casimiro; LOPES, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-42.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KCJrrfcWgxsnhp8ZVN4R4Jt/?lang=pt>. Acesso em: 7 de jul.2024.

MACHADO, M. L. B. Formação profissional e modernização no Brasil (1930-1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de Lucie Tanguy. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 97–114, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100007>. Acesso em: 7 de jul. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora: Melhoramentos

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20cont. Acesso em: 02 nov.2023.

MORAES, Roque. **Educar pela pesquisa**: possibilidades para uma abordagem transversal no ensino da Química. [s. l.], 2009.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, [s. l.], v. 12, p. 117–128, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui**, São Paulo, vol. 39, n. 3, p. 705-720, set. 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v39n03/v39n03a10.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 20, p. 1057–1080, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNcTcD9CvkMMxfq8NyQy/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2024.

NICOLAU, Paulo Roberto Arce. **A formação integral e as legislações norteadoras da EPT**: um recorte com foco nas contribuições para a formação discente. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/997>. Acesso em 30 out. 2024.

NOGUEIRA, Natasha Mendonça; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Mapeamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica: as políticas de diálogos inclusão nos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 21, p. e13518, 2021. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13518>. Acesso em: 22 maio. 2025.

NUNES DE MELO, Maria Stela Vasconcelos. **De Escolas de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**: cem anos de história. Manaus: Editora, 2009.

ORIENTE, Silvana Barreto. **Políticas públicas educacionais que amparam práticas pedagógicas que versam sobre a valorização da mulher no Estado do Amazonas**. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8969>. Acesso em: 04 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais, 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as-mentais> . Acesso em: 04 ago.2023.

ONU MULHERES. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf . Acesso em: 30 nov. 2024.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, [s. l.], v. 24, p. 77–98, 2005.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Interdisciplinaridade**. In: FIOCRUZ. Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 17, n. 01, p. 159–189, 2009.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

POPKEWITZ, Thomas S. História do Currículo, Regulação Social e Poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 173-210.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PROTAGONISMO de mulheres. Revista CFT, [S.l.], 2. ed., p.30, mar. 2023. Disponível em: [Revista do CFT - setembro de 2023 - CFT: Conselho Federal dos Técnicos Industriais](#). Acesso em: 16 nov. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008. Disponível em: [Microsoft Word - PROEJA - TEXTO PROEJA ENCONTRO DIA 03.09.2008.doc \(wordpress.com\)](#). Acesso em 7 ago.2023.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, v. 19, n.39, p. 15-29, jan./jun. 2014 Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 23 out. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NrgqwnZ4vG6DP8p5ZYGn4Sm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2023.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-58.

RUIZ, Luciana et al. **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014. Disponível em: <https://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2015/07/2-Prod-Materiales-B.pdf>. Acesso em 22 mai. 2025.

SACRISTÁN, José G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848503/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: ARTmed, 1998. São Paulo: Editora Brasiliense, pp.103-115, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol.20, nº2, jul./dez.1995, pp.71-99.

SCOTT, Joan Wallach. OS USOS E ABUSOS DO GÊNERO. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 45, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 156 p.

SILVA, Vannessa Ribeiro da. **A mulher no ensino profissional em Manaus: visibilidade, espaços e dinâmicas na ETM e ETFAM (1937-1971)**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6794>. Acesso em: 20 out. 2024.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VERONELLI, Gabriela A. Sobre la colonialidad del lenguaje y el decir. **Universitas Humanística**, [S. l.], v. 81, n. 81, 2015. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/11432>. Acesso em: 23 out. 2024.

ZABALA, Antonio. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998. ZAMBONI, Marcio. **Marcadores Sociais da Diferença**. Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades), São Paulo, v. 1, p. 14 - 18, 01 ago. 2014.

ANEXO A – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gênero na organização do currículo integrado dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada

Pesquisador: LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 79559524.9.0000.8119

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.995.613

Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como temática: "Gênero na organização do currículo integrado dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada". Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como método de análise de dados a Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016) e envolvendo a realização de entrevistas semiestruturadas com os docentes atuantes no curso técnico em Edificações. Esta proposta tem como intuito a investigação de possíveis articulações das temáticas de gênero na organização do currículo integrado através da análise das ementas do Projeto Pedagógico do Curso - PPC. Como resultado a pesquisadora pretende elaborar um produto educacional, que visa auxiliar na inclusão de gênero no planejamento de aula dos docentes do Curso Técnico em Edificações. O Guia tem como objetivo problematizar as relações de gênero e articular as temáticas de forma interdisciplinar no curso, ao conciliar as disciplinas do núcleo comum e as disciplinas técnicas de uma maneira que contribua para formação humana integral dos indivíduos com base nos princípios norteadores da Educação. A ideia é que esse produto seja aplicado e validado pelos docentes para termos uma noção de que o material de fato esteja atendendo às necessidades de planejamento do currículo. Além dos aspectos que fazem parte da concepção do material, como a estrutura conceitual, pedagógica, comunicacional e estética. Um dos objetivos secundários é que esse material seja potencialmente replicado em outros contextos. *Levar um olhar mais crítico para as relações

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 **Fax:** (92)9810-1010 **E-mail:** cep@ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM



Continuação do Parecer: 6.993.613

de gênero é um dos caminhos para que a formação de cada indivíduo seja mais consciente e mais crítica ao abordar as desigualdades e os possíveis caminhos para desconstruí-las”.

*As informações elencadas neste campo foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2290213).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as inclusões e exclusões das questões de gênero no currículo integrado com foco no Curso Técnico em Edificações na forma integrada, no IFAM - Campus Manaus Centro.

Objetivos Secundários:

- Identificar as possibilidades de discussão das relações de gênero no Projeto Pedagógico de Curso;
- Investigar as percepções dos docentes em relação à abordagem de gênero nos currículos;
- Analisar os desafios e entraves enfrentados na inclusão das questões de gênero na grade curricular.

*As informações elencadas neste campo foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2290213).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são assim apontados nos documentos:

*Os procedimentos na pesquisa apresentarão riscos mínimos, pois não provocarão danos morais, físicos, financeiros ou religiosos; mas toda investigação envolve certos riscos, e mesmo que sejam mínimos, ao lidar com pesquisas envolvendo seres humanos, a abordagem da pesquisadora será centrada na análise e na proposição de medidas para amenizar desconfortos como:

- Nenhuma filmagem ou registro fotográfico será realizado durante a pesquisa. Caso haja necessidade de utilização de imagens, será solicitada permissão prévia e estaremos garantindo a total privacidade dos participantes.
- Invasão de privacidade durante as entrevistas: disponibilizaremos um local reservado para a coleta de dados, e você tem todo o direito de não responder a perguntas que considere

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus, AM
 Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)9823-4114 Fax: (97)9810-1010 E-mail: ceps@ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM



Continuação do Parecer: 6.995.613

constrangedoras.

- Risco de sentir-se estigmatizado ao compartilhar vivências: asseguramos-lhe a confidencialidade e o respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos.
- Indisponibilidade de horário: faremos uma consulta antes para ajustarmos um cronograma que atenda sua disponibilidade de horários. Será respeitado o tempo do participante e nenhum participante será obrigado a permanecer por mais tempo do que desejar.
- Respostas que provoquem estados emocionais inesperados: a pesquisadora estará atenta aos sinais verbais assim como aos não verbais. Se necessário, interromperemos a entrevista para preservar o seu bem-estar emocional e fornecer apoio e encaminhamento ao serviço psicossocial.
- Caso ocorram situações de riscos, será garantido pela pesquisadora a disponibilização de suporte quanto aos problemas e implicações provenientes da pesquisa. Todavia, a fim de prevenir ou reduzir eventuais riscos, a pesquisadora optará por adotar abordagens que promovam uma interação colaborativa e respeitosa entre o pesquisador e você participante. Isso será feito levando em consideração suas singularidades como valores, sejam eles de natureza moral ou social, crenças, cultura, dentre outros*.

Quanto aos benefícios:

Os benefícios desta pesquisa se darão por meio de três aspectos: pessoal, social e institucional. No pessoal, o docente poderá trazer de volta as memórias, ações que o levarão a analisar sobre a sua formação. No social, a geração de conhecimento científico proporcionará informações valiosas que possa auxiliar na identificação de possibilidades para inclusão das questões de gênero no campus, ademais de um fortalecimento de vínculo social entre a comunidade e a escola e no institucional, contribuindo para o surgimento de novas práticas pedagógicas para o fortalecimento da educação profissional tecnológica de nível médio no Campus Manaus Centro/IFAM.

*As informações elencadas neste campo foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa, projeto Detalhado e TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo será realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM - Campus Manaus Centro, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT e se justifica pela promoção do debate

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Rectoria, 2º andar, Manaus / AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** ceps@ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM



Continuação do Parecer: 6.993.613

e reflexão sobre a construção de uma sociedade menos desigual para os que trabalham, uma classe que historicamente esteve excluída da construção de uma educação que atendesse para além das necessidades. Logo, analisar gênero sob perspectiva de inserção de mulheres nessa modalidade de ensino é refletir sobre como estabeleceram-se as relações entre os gêneros e quais marcas políticas, históricas e sociais as moldaram. Estabelecer as relações de gênero como uma dimensão de pesquisa no currículo escolar é uma pauta que possui relevância social significativa, pois essas relações refletem na construção do currículo escolar.

A pesquisa tem financiamento próprio e pretende entrevistar 16 participantes, 8 professores do núcleo tecnológico e 8 do núcleo básico, todos atuantes no curso de Edificações.

Os objetivos da pesquisa estão claros, bem redigidos e adequados ao tipo de pesquisa proposta, sendo perfeitamente possíveis de se alcançar em virtude da metodologia sugerida.

A pesquisa poderá apresentar importantes contribuições para o campo de investigação em que se insere ao apresentar uma abordagem no curso de Edificações a qual pode ser fundamental para que os egressos possam ter uma concepção mais crítica quanto às relações de gênero no mundo do trabalho.

*As informações elencadas neste campo foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2290213) e Projeto Detalhado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os documentos necessários à avaliação ética da pesquisa, segundo Resoluções CNS n.º 466/12 e CNS nº. 510/16:

- a) Folha de rosto;
- b) Projeto detalhado com todos os elementos que compõem o gênero (introdução, objetivos, hipóteses, metodologia, descrição de riscos e benefícios, etc.);
- c) Carta de anuência;
- d) Declaração de uso de infraestrutura;
- e) Termo de Consentimento (TCLE);
- f) Roteiro de Entrevistas;
- g) Cronograma;
- h) Orçamento;

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus, AM
 Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)9823-4114 Fax: (97)9810-1010 E-mail: capsh.ppgi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM**



Continuação do Parecer: 6.993.613

- i) Os pesquisadores apresentam ainda uma declaração afirmando que a pesquisa somente será iniciada a partir da obtenção da aprovação do projeto pelo Sistema CEP-CONEP e que os resultados obtidos com esse projeto serão anexados na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo a identidade dos participantes.
- j) Nesta submissão, foi incluída carta resposta à pendência da submissão anterior.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando o atendimento à pendência apresentada no parecer anterior (o TCLE não esclarecia quanto à indenização, ressarcimento e assistência em virtude de danos decorrentes da pesquisa, em consonância ao que orienta a Resolução CNS 466/2012), observado no documento em questão e sinalizado na carta resposta enviada pela pesquisadora, delibera-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Cabe ao pesquisador responsável, após realização da pesquisa, apresentar a este colegiado o Relatório Final de Pesquisa, que será avaliado em reunião ordinária do comitê para verificação do cumprimento dos preceitos éticos na pesquisa com seres humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Cabe ao pesquisador responsável, após realização da pesquisa, apresentar a este colegiado o Relatório Final de Pesquisa, que será avaliado em reunião ordinária do comitê para verificação do cumprimento dos preceitos éticos na pesquisa com seres humanos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2290213.pdf	19/07/2024 18:37:46		Aceito
Outros	carta_resposta_2.docx	19/07/2024 18:36:59	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_modificado_2.docx	19/07/2024 18:34:03	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
Cronograma	cronograma_modificado.pdf	15/07/2024 15:31:18	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cep@pgj@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM**



Continuação do Parecer: 6.995.613

Outros	Carta_Resposta_CEP.docx	15/07/2024 15:26:45	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_modificado.docx	15/07/2024 15:24:58	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_modificado.docx	15/07/2024 15:20:52	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
Outros	Anuencia_modificada.pdf	15/07/2024 15:19:24	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_pesquisador_assinado_ assinado.pdf	11/04/2024 15:48:30	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
Orçamento	Orcamento_de_pesquisa.pdf	10/04/2024 08:58:28	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.pdf	10/04/2024 08:42:06	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	09/04/2024 17:13:03	LUCY LANY RIBEIRO GUSMAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 09 de Agosto de 2024

**Assinado por:
EDSON MAIA
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus, AM
Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 Fax: (92)9810-1010 E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

APÊNDICE A – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “**Gênero na organização do currículo integrado dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada**” a ser realizada pela Pesquisadora **Lucy Lany Ribeiro Gusmão**, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Manaus Centro, sob a orientação da **Professor Dr. Deilson do Carmo Trindade**.

A pesquisa tem por finalidade discutir uma proposta de abordagem de gênero no currículo integrado com o intuito de desenvolver um produto educacional que auxilie você docente no planejamento de aulas para o Ensino Médio Integrado de uma forma que inclua gênero na formação integral dos indivíduos. O estudo se justifica, sobretudo, pela relevância da abordagem de gênero em um espaço institucional, no qual a formação não é voltada apenas para o mercado de trabalho, mas para a formação humana integral do indivíduo. Sendo assim, a pesquisa pode contribuir significativamente para uma prática docente mais reflexiva e crítica quanto às questões de gênero.

O resultado consistirá para você, docente, no desenvolvimento de um material com ênfase em estratégias que os auxiliem, esse material será um *Minicurso* com propostas de planejamento curricular que vão de encontro a proposta da formação humana integral do Campus Manaus Centro/IFAM.

Em termos metodológicos, o estudo é composto pela pesquisa bibliográfica, análise de documentos e a pesquisa de campo é uma das etapas mais importantes, sendo composta pelas entrevistas semiestruturadas que serão realizadas com docentes atuantes no curso técnico em Edificações na forma integrada. A finalidade dessa coleta de dados compreender a complexidade e os detalhes das informações para nosso fenômeno.

Esta pesquisa está em consonância com o Conselho Nacional de Saúde, resolução de nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre as orientações éticas da pesquisa. Onde considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo pessoas, assim como considera, dentre outros aspectos, o respeito, a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano. Dentro desse contexto, informo que sua identidade não será revelada em hipótese alguma, asseguramos sua privacidade e confidencialidade para proteger a sua imagem.

Rubrica _____
 Pesquisador

Rubrica _____
 Participante 1/5



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).



Ao participar desse trabalho você estará contribuindo para melhoria na inclusão das questões de gênero nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada do CMC/IFAM, além de favorecer uma ampliação do debate e reflexão no âmbito institucional, social e científico.

Caso você aceite participar da pesquisa, utilizaremos como instrumento de coleta entrevistas semiestruturadas. A entrevista acontecerá de maneira presencial, no melhor local, horário e data para você. Para dar mais comodidade, acolhimento e para garantir a sua privacidade, reservamos uma sala para você no Campus Manaus Centro do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, localizado na Av. Sete de setembro nº 1975, cep: 69020-120 no município de Manaus – Amazonas ou outro local que se sinta mais à vontade, ficando a sua escolha. Nas entrevistas um gravador de voz para gravar ou um celular, para posterior transcrição e análise qualitativa.

Os procedimentos aos quais você será submetido na pesquisa apresentarão riscos mínimos, pois não provocarão danos morais, físicos, financeiros ou religiosos; mas toda investigação envolve certos riscos, e mesmo que sejam mínimos, ao lidar com pesquisas envolvendo seres humanos, a abordagem da pesquisadora será centrada na análise e na proposição de medidas para amenizar desconfortos como:

- Nenhuma filmagem ou registro fotográfico será realizado durante a pesquisa. Caso haja necessidade de utilização de imagens, será solicitada permissão prévia e estaremos garantindo a total privacidade dos participantes.
- Invasão de privacidade durante as entrevistas: disponibilizaremos um local reservado para a coleta de dados, e você tem todo o direito de não responder a perguntas que considere constrangedoras.
- Risco de sentir-se estigmatizado ao compartilhar vivências: asseguramos-lhe a confidencialidade e o respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos.
- Indisponibilidade de horário: faremos uma consulta antes para ajustarmos um cronograma que atenda sua disponibilidade de horários. Será respeitado o tempo do participante e nenhum participante será obrigado a permanecer por mais tempo do que desejar.
- Respostas que provoquem estados emocionais inesperados: a pesquisadora estará atenta aos sinais verbais assim como aos não verbais. Se necessário, interromperemos a entrevista para preservar o seu bem-estar emocional e fornecer apoio e encaminhamento ao serviço psicossocial.

Rubrica: _____

Rubrica: _____

Pesquisador

Participante



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).



Caso ocorram situações de riscos, será garantido pela pesquisadora a disponibilização de suporte quanto aos problemas e implicações provenientes da pesquisa. Todavia, a fim de prevenir ou reduzir eventuais riscos, a pesquisadora optará por adotar abordagens que promovam uma interação colaborativa e respeitosa entre o pesquisador e você participante. Isso será feito levando em consideração suas singularidades como valores, sejam eles de natureza moral ou social, crenças, cultura, dentre outros.

Caso o participante necessite de assistência por danos imediatos ou tardios decorrentes da participação do nosso estudo, nos dispomos a prestá-la de maneira integral e gratuita pelo tempo que for necessário, conforme as deliberações dos Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS n°. 466 de 2012. Estão assegurados o direito a pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa, conforme Resolução CNS n° 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7.

Sua participação é voluntária, caso concorde em participar. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento e/ou deixar de responder à pergunta que desejar. Seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade e, se desejar, poderá ser informado dos resultados dessa pesquisa. Asseguramos, assim, a confidencialidade e a privacidade, a proteção de imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou aspectos econômicos-financeiros, conforme o item II.2.i, Res. 466/2012/CNS e Constituição Federal Brasileira de 1998, artigo 5º, incisos V, X e XXVIII.

As informações concedidas serão divulgadas através da dissertação de mestrado, diante da banca para a defesa da mesma e posterior publicação, assim como há possibilidades de os resultados serem apresentados em eventos, congressos e publicados em periódicos científicos.

Durante a entrevista, a pesquisadora fará de um gravador de voz. Você não terá nenhum ganho ou gasto financeiro por participar desta investigação. Nos comprometemos a prestação de assistência integral quanto a eventuais danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela dignidade, integridade física e moral dos participantes. Você tem liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer questão, bem como para desistir de participar da pesquisa em qualquer momento que desejar sem nenhum prejuízo.

Rubrica _____
 Pesquisador

Rubrica _____
 Participante 3/5



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).



A sua participação é confidencial e ninguém, além da pesquisadora, saberá que foi você quem respondeu esta investigação. Será garantido seu anonimato, as opiniões emitidas e dados disponibilizados não serão divulgados individualmente e serão utilizados somente para esta pesquisa. A pesquisadora será responsável pela transcrição dos áudios desses encontros. Todo o material coletado será exclusivamente utilizado para esta pesquisa e será armazenado de maneira segura sob a supervisão da pesquisadora.

A sua colaboração será de grande valor para o desenvolvimento desta pesquisa. As informações coletadas farão parte dessa investigação e contribuirão para o desenvolvimento de um produto educacional poderá contribuir nas perspectivas de você docentes para ações inclusivas quanto às questões de gênero no Campus Manaus Centro/IFAM.

Os benefícios da sua participação nessa pesquisa se darão por meio de três aspectos: pessoal, social e institucional. No pessoal, você poderá trazer de volta as memórias, ações que levarão você analisar sobre a sua formação. No social, a geração de conhecimento científico proporcionará informações valiosas que possa auxiliar na identificação de possibilidades para inclusão das questões de gênero no Campus, ademais de um fortalecimento de vínculo social entre a comunidade e a escola e no institucional, contribuindo para o surgimento de novas práticas pedagógicas para o fortalecimento da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio no Campus Manaus Centro/IFAM.

Assim, se está clara a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peço por gentileza que assine este documento, no qual você ficará com uma via e a pesquisadora com outra. O participante ficará com a primeira via, contendo as assinaturas do pesquisador responsável assim como do participante da pesquisa, as rubricas estarão em todas as páginas por ambos. A segunda via ficará com o pesquisador responsável para armazenamento confidencial, na pasta do e-mail, assegurando a segurança e confiabilidade dos dados.

Rubrica _____
 Pesquisador

Rubrica _____
 Participante 4/5



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).



Certo de contarmos com sua participação, agradecemos e em caso de dúvidas ou se desejar algum esclarecimento sobre este estudo, colocamo-nos à disposição, você pode entrar em contato com a pesquisadora Lucy Lany Ribeiro Gusmão, telefone: (92) 99300-6143, endereço eletrônico: 2023100341@ifam.edu.br, ou com o orientador, Professor Dr. Deilson do Carmo Trindade, (92) 9165-4861, endereço eletrônico: deilson@ifam.edu.br, ou ainda com o Comitê de Ética com Pesquisas com Seres Humanos – CEP SH/IF AM, localizado no endereço, rua Ferreira Pena, 1109, prédio da Reitoria, 2º andar, CEP: 69025-010, Centro – Manaus–AM, telefone (92) 3306-0060, e-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br. Esta é a autoridade encarregada de avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, ponderando os riscos e direitos dos participantes.

Assinatura da Pesquisadora responsável:

Assinatura do participante:

Lucy Lany Ribeiro Gusmão

RG:

Data: ____/____/____

APÊNDICE B – ROTEIRO BASE PARA APLICAÇÃO DE ENTREVISTA

PARTE 1 – TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Professora/Professor, de início, quero lhe informar que essa primeira parte é mais voltada para conversarmos sobre a sua trajetória. Tudo bem?

1. Gostaria que a senhora/ o senhor me dissesse a sua área de formação, seu tempo de atuação, por favor, se sinta à vontade.
2. O que lhe motivou a seguir a carreira docente no IFAM?

PARTE 2 - QUESTÕES GERAIS DE GÊNERO

3. Eu gostaria que a senhora/o senhor me dissesse qual a sua percepção sobre as questões de gênero.
4. Ao longo da sua formação acadêmica ou profissional a senhora/o senhor já teve contato com essas temáticas (Exemplo, através de estudos, formações, cursos)?
5. Dentro do seu tempo de atuação no instituto, o senhor/ a senhora já presenciou alguma situação envolvendo gênero na sua vivência?

PARTE 3 - GÊNERO NO ÂMBITO DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES E PPC

6. Pensando nessas temáticas mais especificamente no curso técnico em Edificações na forma integrada, na sua concepção, o projeto pedagógico do curso contempla questões voltadas para o gênero?
7. Ao seu ver, como as discussões das temáticas de gênero poderiam contribuir para uma formação humana integral?
8. Para você, como a abordagem das relações de gênero poderia auxiliar os (as) futuros(as) formandos(as) no mundo de trabalho das edificações?
9. Pensando na sua atuação, quais são ou quais seriam os maiores desafios ao lidar com as questões de gênero?

PARTE 4 - PRODUTO EDUCACIONAL

10. O que a senhora/ o senhor sugere de conteúdos que possam contribuir para a maior inclusão das temáticas de gênero?
11. O que a senhora/o senhor sugere para auxiliar o planejamento do currículo no que concerne a inclusão dessas abordagens?

APÊNDICE C – TODAS AS UNIDADES DE SIGNIFICADO GERADAS

Quant.	Unidades de Significado
1	CNT1Q3U1 Gênero enquanto identidade: alunos e alunas transgêneros
2	CNT1Q4U6 Preconceito por ser mulher
3	CNT1Q7U9 Falta de preparo da instituição
4	CNT1Q*U10 Os adolescentes de hoje tem muitas informações
5	CNT1Q*U10 Mais livres para assumirem suas identidades
6	CNT1Q*U11 Dificuldades dos meninos com as meninas
7	CNT1Q8U12 Diálogo com os discentes
8	CNT1Q8U13 Questões difíceis, mas os adolescentes hoje em dia vivem melhor
9	CNT1Q8U14 Diálogo sobre o mundo do trabalho que os discentes irão encontrar
10	CNT1Q10U15 Falar sobre opção sexual, machismo, questões feministas
11	CNT1Q10U16 Não permitir que os alunos sofram bullying, desrespeito
12	CNT1Q10U17 Abordagem na semana pedagógica
13	CNC2Q3U1 Articulação das questões de gênero na disciplina de Filosofia
14	CNC2Q3U2 A questão do masculino/feminino, papéis bem definidos e flexibilizados na sala de aula
15	CNC2Q3U3 Questão de gênero polêmica
16	CNC2Q3U4 Meninos ligados a tendências que reforçam a postura/papel do homem
17	CNC2Q4U6 Docente aprende com os alunos
18	CNC2Q4U7 Aceitar porque deve se manter o respeito
19	CNC2Q4U8 Muito preconceito ainda na instituição
20	CNC2Q4U9 Definição de papéis exatos determinantes para tal gênero
21	CNC2Q4U10 Ponderação e aceitação entre discentes no Instituto Federal
22	CNC2Q5U11 A escola não é lugar para intimidade, mas se levanta a questão da opção sexual da pessoa
23	CNC2Q5U12 Opção sexual diferente não é mais algo de outro mundo entre os discentes
24	CNC2Q5U13 Despreparo dos servidores
25	CNC2Q5U14 Diversidade sexual causa espanto entre servidores
26	CNC2Q5U15 Aceitação entre os pares
27	CNC2Q*U16 Não aceitação vem de alguns profissionais
28	CNC2Q*U17 A diversidade entre os adolescentes é uma realidade
29	CNC2Q6U18 Curso de edificações sendo apropriado por mulheres
30	CNC2Q7U19 Resquícios de uma escola que só prepara para o mercado de trabalho
31	CNC2Q7U20 Desconhecimentos das bases do instituto pelo docente
32	CNC2Q7U21 Formação integral do aluno é cada disciplina fazendo uma contribuição
33	CNC2Q7U22 Discente como sujeito complexo
34	CNC2Q7U23 Acompanhar de perto e respeitar as mudanças do aluno
35	CNC2Q7U24 Maior preparação e capacitação para os docentes
36	CNC2Q7U25 Educação mercadológica
37	CNC2Q7U26 Cada disciplina tem um aporte na formação humana integral
38	CNC2Q7U27 Formar técnico para além do mercado de trabalho
39	CNC2Q8U28 Trabalho como uma forma de existir no mundo
40	CNC2Q9U29 Ética como um meio de trabalhar as questões de gênero
41	CNC2Q9U30 Ética traz a primazia pelo respeito com o diferente
42	CNC2Q10U31 A ausência de formações continuadas como algo grave
43	CNC2Q10U32 Falta de preparo para lidar com a diversidade
44	CNC2Q10U33 Falta de consciência profissional da realidade dos alunos
45	CNC2Q10U34 Enxergar os discentes em sua totalidade como seres humanos

46	CNT3Q3U2 Gênero como uma questão de inclusão
47	CNT3Q4U3 Preconceito na instituição é velado
48	CNT3Q5U4 Docente se informar é um dos caminhos
49	CNT3Q5U5 Educador precisa entender e respeitar
50	CNT3Q6U6 Suposição de que as questões de gênero estão incluídas nos cursos de "cultura geral"
51	CNT3Q6U7 Suposição que professores de licenciatura já fazem o trabalho com as questões de gênero
52	CNT3Q6U8 Faltaria um entendimento dos professores mais antigos
53	CNT3Q7U9 Dificuldades com os sistemas escolares: nome social
54	CNT3Q*U11 Mulher sofre preconceito no mercado de trabalho da engenharia
55	CNT3Q10U14 Toda e qualquer inclusão é feita através da informação
56	CNT3Q10U17 Evidenciar que os estudos tem base científica
57	CNT3Q11U18 Não tem consciência quando sofrem preconceito/assédio
58	CNT3Q11U19 Curso de formação
59	CNT3Q11U20 Minimizar estrutura preconceituosa através de formação e educação
60	CNT3Q11U21 As questões de gênero são desvirtuadas pela falta de informação
61	CNT3Q11U22 Qualquer curso que você queira fazer aqui já é de grande valia
62	CNC4Q3U1 Gênero na história concentrada na história das mulheres
63	CNC4Q3U2 Situação das mulheres em uma sociedade patriarcal
64	CNC4Q4U3 Abordagem na formação acadêmica
65	CNC4Q4U4 Dificuldade em formações de questões de gênero
66	CNC4Q4U5 Falta de documentos que orientem a abordagem do papel da mulher na história
67	CNC4Q5U6 Assédio entre servidores/Docente e alunas
68	CNC4Q7U7 Inclusão no PPC e nos livros didáticos
69	CNC4Q7U10 Discussão restrita à academia
70	CNC4Q8U11 Papel igualitário entre os gêneros
71	CNC4Q8U13 Papéis de gênero definidos a partir das/dos discentes
72	CNC4Q8U17 Questões biológicas de homens e mulheres
73	CNC4Q9U19 Falta de formação/Orientação
74	CNC4Q10U21 Personalidades femininas importantes ao longo da história
75	CNC4Q10U22 Mulheres nas diferentes áreas de conhecimentos
76	CNC4Q11U25 Gênero como pauta de inclusão na semana pedagógica
77	CNC4Q*U26 Necessidade de mudança do PPC
78	CNT5Q3U1 É gênero masculino e feminino, né?
79	CNT5Q3U2 Gênero como algo da vida particular
80	CNT5Q4U3 Se não foi visto na graduação, é irrelevante
81	CNT5Q5U6 Mercado de trabalho disponível independente do gênero da pessoa
82	CNT5Q6U8 Questão de gênero como orientação afetiva/sexual ou identidade de gênero
83	CNT5Q6U9 Incompreensões de identidade de gênero
84	CNT5Q6U10 Incompreensão entre o que é orientação sexual e o que é identidade
85	CNT5Q6U11 PPC tem que ser neutro/agênero
86	CNT5Q6U12 Formar um bom profissional independente do gênero/sexo
87	CNT5Q7U13 Instituição pode fazer o acolhimento emocional
88	CNT5Q10U14 Sair uma palavra ou outra que não agrade o público
89	CNT5Q10U15 A gente vem de uma formação mais conservadora
90	CNT5Q10U16 Um homem que virou mulher, mas ele não é uma mulher tradicional
91	CNT5Q10U17 Linguagem não precisa ser mudada
92	CNT5Q*U22 Grade curricular poderia incluir palestras/filmes

93	CNT5Q*U18 Tem serviços que uma empresa boa prefere que a mulher faça do que o homem
94	CNT5Q*U23 Chamar pelo nome
95	CNT5Q*U24 Incluir no planejamento pedagógico
96	CNC6Q3U1 Trabalho com as questões de gênero dentro da própria disciplina
97	CNC6Q3U2 Lutar contra os diversos tipos de assédio
98	CNC6Q3U3 O que as mulheres vão encontrar ao longo da vida
99	CNC6Q3U5 Contextualização histórica sobre as mulheres
100	CNC6Q4U6 Doutorado a partir de uma perspectiva interdisciplinar
101	CNC6Q4U7 Distância entre a teoria da universidade e a sociedade
102	CNC6Q5U8 Bullying a partir do machismo
103	CNC6Q6U9 Cuidado com a palavra, como vai se dirigir a eles
104	CNC6Q7U10 Humanidades e disciplinas técnicas
105	CNC6Q7U11 Educação sexual é pertinente
106	CNC6Q8U12 Leitura crítica de mundo para além dos conhecimentos técnicos
107	CNC6Q8U13 Há diferentes visões de gênero: questão da sexualidade
108	CNC6Q8U14 Alunos com nome social, alunos com cirurgia de transição
109	CNC6Q8U15 Preconceito entre discentes
110	CNC6Q8U16 Distância ética
111	CNC6Q9U17 Não possuir domínio sobre o tema
112	CNC6Q10U18 Desconhecimento/Inapetência de colegas (docentes)
113	CNC6Q10U19 Temas importantes falados apenas nas datas comemorativas
114	CNC6Q11U20 Sensibilizar os profissionais
115	CNC6Q11U21 Se sentir ofendido pelo diferente
116	CNC6Q11U22 Educar para sensibilizar
117	CNC7Q3U1 Percepção de maior número de homens nos cargos da instituição
118	CNC7Q4U2 Gênero através das mídias/cotidiano
119	CNC7Q5U3 Gênero atravessando a instituição como um todo
120	CNC7Q5U4 Abordagens do papel da mulher na sociedade à época- Continuidades e rupturas
121	CNC7Q5U5 Mediação em sala de aula acerca de questões de gênero
122	CNC7Q6U6 Questões de gênero não estão explícitas no PPC
123	CNC7Q6U7 Mais esforço de alguns docentes
124	CNC7Q7U8 A instituição poderia explicitar mais nos documentos
125	CNC7Q7U9 Respeito com pessoas de todos os gêneros
126	CNC7Q9U10 Desafio no que o aluno traz da formação de casa
127	CNC7Q10U11 Planejamento pedagógico
128	CNC8Q3U1 Questões não explícitas no currículo da própria disciplina
129	CNC8Q3U1 Questões não explícitas no currículo
130	CNC8Q3U2 Meninas/Mulheres conhecerem seus próprios direitos
131	CNC8Q3U3 Masculinidades/Feminilidades adoecidas pelo machismo/misoginia
132	CNC8Q3U4 Urgência nessa abordagem
133	CNC8Q5U5 Alunas procurarem para relato de assédio
134	CNC8Q6U6 Abordagem das questões de gênero é um trabalho complexo
135	CNC8Q7U7 Questões de gênero são fundamentais para nomear violências
136	CNC8Q8U8 Fortalecimento da identidade e autoestima das meninas/mulheres
137	CNC8Q9U9 Tempo para se dedicar é um desafio
138	CNC8Q10U10 Trabalhar os movimentos do feminismo
139	CNC8Q10U11 Conhecimento de gênero é o que vai proteger as pessoas

140	CNC8Q10U12 Diversidade de mulheres/Interseccionalidade
141	CNC8Q10U13 Ser homem ou mulher não é uma questão biológica
142	CNC8Q11U14 Precisamos de formação continuada
143	PPC01 Homem como centro na linguagem
144	PPC02 Marcador de linguagem mais inclusivo
145	PPC03 Reconhecer e valorizar experiência do educando
146	PPC04 Relações de trabalho são complexas
147	PPC05 Documento x realidade cotidiana
148	PPC06 Respeito e igualdade de oportunidades entre todos
149	PPC07 A conquista dos direitos da cidadania
150	PPC08 Problemática de temas cotidianos/relevância social
151	PDG01 Organização do espaço geográfico, população e urbanização
152	PDS02 Identidades diversas
153	PDS02.1 Papeis sociais e estigmas
154	PDS02.2 Identidade de gênero e diversidade sexual
155	PDS03 Desigualdades sociais, cidadania, direitos humanos
156	PDS03.1 Pensar politicamente as relações sociais
157	PDS04 Oportunidades iguais para todas as pessoas
158	PDG05 Relações humanas no trabalho
159	PDH06 Movimentos sociais e cidadania
160	PDH07 Conquistas nas lutas pelos Direitos Humanos
161	PDH07.1 A conquista dos direitos sociais
162	PDH07.02 Direitos humanos e Violência: O valor da vida
163	PDH07.03 Novos sujeitos, novas abordagens
164	PDG08 População e questão de gênero
165	PDF09 Temas da Filosofia: Direitos humanos e cidadania
Codificação	
CNT	Colaborador/Colaboradora Núcleo Técnico
CNC	Colaborador/Colaboradora Núcleo Comum
Q	Questão do roteiro de entrevista
Q*	Questão que não estava no roteiro
U	Unidade de significado
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PDS	Programa da Disciplina Sociologia
PDH	Programa da Disciplina História
PDG	Programa da Disciplina Geografia
PDF	Programa da Disciplina Filosofia

**APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL
PRODUZIDO NO *GOOGLE FORMS***

Questionário de Avaliação do Produto Educacional
SEÇÃO 1 - ESTÉTICA E ORGANIZAÇÃO
<p>1. A composição estética do Guia (cores fontes, ilustrações, imagens, ícones e etc) é estimulante e adequada?</p> <p>2. A organização do produto educacional (disposição do texto, espaçamento, número de páginas e etc) é equilibrada?</p>
SEÇÃO 2 - MÓDULOS DO GUIA
<p>3. Os módulos apresentados no material são interligados e coerentes?</p> <p>4. A sequência dos módulos, seções e subseções permite uma clareza e coesão de informações?</p>
SEÇÃO 3 - ESTILO DE ESCRITA
<p>5. O material apresenta conceitos técnicos em uma linguagem clara?</p>
SEÇÃO 4 - CONTEÚDO APRESENTADO NO MATERIAL EDUCATIVO
<p>6. O conteúdo apresentado contribui para a compreensão da complexidade das questões de gênero?</p> <p>7. O material consegue sensibilizar o público sobre o tema abordado?</p>
SEÇÃO 5 - PROPOSTAS DIDÁTICAS APRESENTADAS NO MATERIAL EDUCATIVO
<p>8. As propostas didáticas no material são aplicáveis e viáveis?</p> <p>9. Os recursos propostos enriquecem a compreensão e o aprendizado do público-alvo?</p>
SEÇÃO 6 - CRITICIDADE APRESENTADA NO MATERIAL
<p>10. O Guia contribui para um ponto de partida em suas reflexões acerca das temáticas de gênero?</p> <p>11. O material consegue ser um subsídio para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas quanto às questões de gênero?</p> <p>13. O material é inovador e adequado para as necessidades e desafios do seu contexto profissional?</p> <p>14. Pode ser utilizado como um material de formação continuada de docentes?</p>

PARA FINALIZAR

15. Selecione qual ou quais seções do Guia mais despertou/despertaram o seu interesse durante a leitura. No espaço posterior, comente sobre sua escolha. *

- Módulo 1 - Do que se trata gênero?
- Módulo 2 - Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada
- Módulo 3 - Currículo Integrado
- Módulo 4 - Planejamento de atividades
- Seção "Boas práticas"
- Sugestões de materiais
- Roteiros
- Outro

16. Qual ou quais aspectos do produto educacional você mudaria? (indique o aspecto e apresente sua sugestão de mudança, caso opte por alguma alternativa) *

- Estética e organização (formatação, fontes, imagens, ilustrações, cores, organização dos parágrafos)
- Comunicação escrita do produto (linguagem escrita, forma de abordagem, palavras ou expressões)
- Conteúdo dos módulos (conceitos, teorias, definições, exemplos, discussões e reflexões)
- Recursos didáticos (roteiros e materiais complementares)
- Outro
- O material não necessita de mudança evidente.

17. Numa escala de 1 a 5 , você estaria disposto ou disposta a utilizar o guia como recurso orientativo para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas que abordam questões de gênero? *

- 1 - Não
- 2 - Pouco
- 3 - Parcialmente
- 4 - Sim
- 5 - Muito